

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**NAS ENTRELINHAS DA DISTENSÃO: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NO  
ARQUIVO PESSOAL DE ERNESTO GEISEL.**

**BIANCA RIHAN PINHEIRO AMORIM**

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Samantha Viz Quadrat

Niterói  
2014

**NAS ENTRELINHAS DA DISTENSÃO: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NO  
ARQUIVO PESSOAL DE ERNESTO GEISEL.**

**BIANCA RIHAN PINHEIRO AMORIM**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

**Aprovada por:**

\_\_\_\_\_ - Orientador

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Samantha Viz Quadrat (UFF)

\_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alessandra Carvalho (UFRJ)

\_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucia Grinberg (UNIRIO)

**Suplentes:**

\_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Mauad (UFF)

\_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Paula Araujo (UFRJ)

Niterói

2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

**A837 Amorim, Bianca Rihan Pinheiro.**

Nas entrelinhas da distensão : a construção de memórias no arquivo pessoal de Ernesto Geisel / Bianca Rihan Pinheiro Amorim. – 2014.

133 f.

Orientadora: Samantha Viz Quadrat.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.

Bibliografia: f. 125-132.

1. Geisel, Ernesto, 1908-1996; política e governo, 1974-1979. 2. Ditadura. 3. Brasil; política e governo. 4. Arquivo privado. 5. Memórias. I. Quadrat, Samantha Viz. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.063

**À Roseana.  
Para além da matéria,  
seu amor vive em mim.**

**O que há é uma luta política ativa acerca do sentido do ocorrido. (...) O espaço de memória é então um espaço de luta política.**

**Elizabeth Jelin**

## **Resumo**

Bianca Rihan Pinheiro Amorim. **Nas entrelinhas da distensão: a construção de memórias no arquivo pessoal de Ernesto Geisel.** Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói. UFF/ICHF/PPGH, 2010. Dissertação (mestrado em História).

Partindo de questões teóricas que dizem respeito à construção dos arquivos pessoais, este trabalho se dedicará a análise do arquivo do ex- general e presidente do Brasil Ernesto Geisel, em depósito no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) /FGV, com o objetivo principal de investigar as memórias presentes em tal documentação. A principal hipótese trata da possível vontade do ex-ditador em se revelar como o presidente dedicado a restituir a democracia no país, e da importância de seu arquivo pessoal para consolidar tal memória.

**Palavras Chave: Arquivos Pessoais, Memórias, Ernesto Geisel, Brasil, Ditadura.**

## **Abstract**

Bianca Rihan Pinheiro Amorim. **Nas entrelinhas da distensão: a construção de memórias no arquivo pessoal de Ernesto Geisel.** Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói. UFF/ICHF/PPGH, 2010. Dissertação (mestrado em História).

Starting from the theoretical issues that relate to the construction of personal archives, this work will focus on analysis of the archive of the ex-president of Brazil Ernesto Geisel. The file is on the Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil (CPDOC) / FGV. The main reflexion is about Geisel's wish in shows himself to the people as a president dedicated to restoring democracy in the country, and how his personal archive shows this effort and aims to legitimize this memory.

**Key Words: Personal archives Memoirs, Ernesto Geisel, Brazil, Dictatorship.**

## Agradecimentos

Certamente, o espaço dedicado aos agradecimentos encontrará tamanho reduzido se consideradas as tantas contribuições para a minha evolução como pesquisadora e, sobretudo, como pessoa, que se representa um pouco nestas páginas.

Primeiramente gostaria de agradecer a CAPES pela bolsa concedida, ajuda mais que necessária, principalmente nos momentos finais da dissertação, em que a dedicação precisou ser redobrada.

Muito obrigada ao Programa de Pós-Graduação em História desta universidade tão estimada, que me acolheu desde a graduação. Aos ex- coordenadores Maria Fernanda Bicalho e Carlos Gabriel Guimarães, e às atuais coordenadoras Ana Maria Mauad e Samantha Viz Quadrat por toda a atenção com que tratam seus alunos. Às funcionárias Inês e Silvana e, principalmente, à Juceli, que se tornou uma grande amiga ao longo de minha trajetória na UFF.

Agradeço também às professoras Alessandra Carvalho e Lucia Grinberg por terem aceitado participar das bancas de qualificação e defesa desta dissertação, sugerindo, elogiando, criticando e estimulando um trabalho mais completo e complexo.

À Samantha novamente que, além de cumprir muito bem seu papel de coordenadora da pós, me orientou na graduação, no mestrado e na vida. Às vezes ralha comigo por meus atrasos e confusões, ou por algumas opções teóricas que considera “inapropriadas”, mas como eu já disse a ela uma vez, ao longo de todo esse tempo de convívio nunca desistiu da sua “menina superpoderosa”. Não posso me esquecer de que enquanto eu passava pelo momento mais difícil e triste da minha vida, ela me deu força pra continuar e me fez acreditar que eu era capaz. Suas marcas nunca sairão de mim.

À Luciana Heymann, profissional dedicada ao mundo dos arquivos há mais de vinte anos, e incrível professora com quem tive o prazer de ter contato durante uma disciplina externa cursada no CPDOC. Suas reflexões sofisticadas sobre memórias e arquivos contribuíram muito para o desenvolvimento do trabalho, sem contar com todas as conversas acerca de minha pesquisa e a ajuda para que eu conseguisse o inventário,



ou melhor, a lista das unidades documentais, com as informações gerais sobre o arquivo Geisel, o que apenas é possível por dentro do sistema de acervos do CPDOC.

À Maria Paula Araujo e a todos os colegas que cursaram sua disciplina no PPGHIS “História, memória, trajetórias de vida e testemunho” pelas discussões entusiasmadas e “filosofia” extra nas mesas de bar. Saudações especiais às queridas Cecília, Bel, Juliana e Desiree.

Ao professor Norberto Ferreras, por alimentar ainda mais minha paixão pela América Latina, e à professora Sonia Mendonça, que deu um dos cursos mais brilhantes que já assisti.

Aos queridos amigos que há muito compartilham a maravilhosa e indescritível sensação de fazer parte da Universidade Federal Fluminense: Gondim, Espiga, Fernandão, Senos, Topini, João Paulo, estamos juntos!

Às minhas grandes amigas e historiadoras preferidas Carol, Lari e Fê, que fazem de qualquer conversa um debate, e de qualquer riso uma gargalhada. Amo vocês.

À Bela e ao Alanzinho, companheiros de todas as horas. Do por do sol em Itacoatiara, ao sofrimento pré-defesa, me deram colo e amor sem que eu precisasse pedir. Compartilhar alegrias com amigos é das melhores coisas da vida, mas imprescindível é ter ao lado os que também sabem dividir dificuldades. Certamente esta empreitada teria sido mais difícil sem vocês.

Ao Daniel pelas revisões e incentivos ao longo do trabalho, além da parceria na vida, e das inúmeras trocas nos últimos anos, que me fizeram, sem dúvida, uma pessoa muito mais bonita.

À Miriam pelos abraços quentinhos nos momentos de angústia.

À minha família por toda a confiança depositada, mas especialmente ao meu irmão Rafael, que vem me ensinando o sentido literal da palavra irmandade. Sua coragem, inteligência e generosidade me inspiram profundamente. E por ter a pessoa mais maravilhosa do mundo ao meu lado sou grata todos os dias.

Por fim, a principal responsável por eu ter tornado este sonho possível. Mãe, não existem palavras pra agradecer tudo o que fez por mim. Seus sacrifícios, investimentos e afagos transformaram-se em determinação. Ainda me lembro de nossa última conversa, das suas palavras de confiança e a sensação de dever cumprido. Senti seu orgulho naquele sorriso sereno. E é por você que me esforço para tornar-me cada

dia melhor. Deu certo, acabei o mestrado e, aonde quer que você esteja agora, saiba que seu amor vive em mim.

## Sumário

Introdução.....	11
<b>1. Arquivos pessoais: a ilusão retórica e o poder simbólico.....</b>	<b>17</b>
1.1.Os documentos de arquivo e as ciências sociais .....	17
1.2.Indivíduo e sociedade nos arquivos pessoais .....	21
1.3.O poder por trás do arquivo.....	30
1.4.Arquivos pessoais entre usos e representações.....	34
1.5.O arquivo pessoal de Ernesto Geisel.....	36
<b>2. A abertura política do governo Geisel: na prática a teoria é outra .....</b>	<b>44</b>
2.1.Que transição? .....	45
2.2.A liberalização política do governo Geisel e os traços das tradições.....	49
2.3.O fim do aparato repressivo?.....	51
2.4.O debate eleitoral no projeto distensionista de Geisel.....	64
2.5.O pacto desenvolvimentista do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e a distensão política.....	74
2.6.A distensão entre avanços e retrocessos, entre projeto e processo.....	88
<b>3. A consumação do consenso sobre o artífice da abertura democrática .....</b>	<b>94</b>
3.1.A memória emblemática de Geisel.....	95
3.2.A exaltação da memória de Geisel e a possibilidade de redenção .....	100
3.3.Para além do arquivo: a memória sobre Ernesto Geisel.....	107
Conclusão.....	120
Bibliografia .....	125
Fontes.....	133

## Introdução

A partir de 2007, ainda durante a graduação nesta mesma universidade, fui bolsista de iniciação científica no projeto “O Exílio Argentino no Brasil Ditatorial”, coordenado pela professora Samantha Viz Quadrat. Também nessa época, tive a oportunidade de integrar as equipes dos projetos “Memória e Ditadura no Brasil (1964-1985)”, coordenado pela professora Denise Rollemberg; e “Fronteiras da memória: história e memória das ditaduras militares na Argentina e no Brasil”, coordenado pelas professoras Maria Paula Araújo e Ludmila Catela, e estabelecido pelo convênio internacional (CAPES/SECYT) entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense e a Universidad Nacional General Sarminento.

Privilegiada com a possibilidade de passar pela graduação de maneira tão intensa, nessa sinergia de encontros fui me transformando em pesquisadora. Devido aos projetos já citados, tive a oportunidade de analisar uma extensa documentação referente à memória de militares no Brasil, assim como os discursos de opositores ao regime que esses dirigiram.

Interessando-me pelas conflitantes formas a partir das quais os tantos atores envolvidos em um mesmo processo social experimentavam lembranças e esquecimentos, resolvi participar da seleção para o mestrado, e dedicar-me à reflexão das memórias, via acumulação de documentos, do quarto presidente militar do Brasil, Ernesto Geisel (1974-1985), ou o que se convencionou chamar de seu arquivo pessoal. Inicialmente, estive muito preocupada com as questões explícitas nas fontes, perguntando-me, talvez ingenuamente, o porquê de o arquivo Geisel fazer tanto silêncio sobre inúmeros temas caros ao seu governo. Dessa primeira indagação nascia meu interesse pela natureza dos arquivos, questionamento bastante impressionista naquele

momento, mas valioso, no sentido de iniciar uma relação crítica acerca das memórias ali expostas, mesmo quando essas recebiam o estatuto de fontes seguras.

A aproximação com o tema, e as dificuldades em encontrar reflexões mais específicas sobre as “fontes por trás da história” me levaram a iniciar, em 2013, uma segunda graduação, justamente em arquivologia, o que tem significado um grande e empolgante mergulho no universo da ciência arquivística. Assim, a reflexão confeccionada para o projeto de mestrado avançou, quer na abrangência da análise, ao conjugar as memórias de Geisel à natureza construída de seu arquivo pessoal, quer no referencial teórico, a partir do qual procuro responder muitas das inquietações que fui alcançando ao longo dessa trajetória interdisciplinar.

No trabalho atual, o debate sobre memórias é pensado juntamente à dimensão de poder que depreende um conjunto de documentos; e o arquivo Geisel, como uma construção narrativa sobre o seu período de governo, depositário e operador de “fatos” - lugar de produção de conhecimentos e, ao mesmo tempo, um dispositivo de dominação.

Como objetivo geral da dissertação, pretendi, então, apresentar o arquivo pessoal do ex-presidente como parte de uma construção social, muito mais relacionado às expectativas do titular, inserido em redes sociais específicas e idealizador de possíveis projetos, do que a uma memória descomprometida, natural, “autêntica”. Desenvolvendo essa reflexão, procurei defender a seguinte hipótese: o desejo de Geisel em promover o seu legado como o “presidente da distensão” - dedicado a restituir a democracia no país.

Segundo a ideia original desenvolvida para o projeto do mestrado, caberia investigar as diversas etapas para a constituição do arquivo do general, desde a acumulação de documentos, até sua abertura à consulta pública, apontando para as diferentes interferências a que esteve submetido. Após recorrentes consultas realizadas no universo do arquivo, tive acesso a uma vasta documentação que relatava desde a posição do governo sobre a volta da realização de propagandas eleitorais; passando pelo estabelecimento de diversificadas relações comerciais e diplomáticas com países da África, Ásia e Europa; até relatórios sobre a política econômica do governo, com destaques para o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Diante da percepção de que faltaria tempo para investigar todas as instâncias de “produção” deste enorme arquivo, resolvi selecionar para a análise uma documentação específica ali depositada.

Principalmente por se tratar de material ainda pouco utilizado em trabalhos historiográficos, os papéis escritos pelo próprio Geisel ganham o centro da cena desta dissertação: são extratos de pronunciamento conferidos de 1973 até 1978<sup>1</sup>, assim como anotações sobre assuntos relacionados, tais como a análise pessoal sobre seu mandato, seu pensamento político sobre a transição no Brasil, e sua leitura particular acerca do conceito de democracia. Esses documentos estão organizados sob o código EG pr 1978.00.00 na classificação do arquivo pessoal de Geisel que, por sua vez, está localizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), e digitalizado na íntegra, podendo ser consultado de qualquer lugar.

Restringindo a ideia inicial ao campo dos discursos de Geisel, e aprofundando a primeira hipótese traçada para este trabalho, que visou à identificação da produção de si; da vontade do general em consolidar-se como o “presidente da distensão”, busquei desviar da mera “catalogação” das memórias individuais do ex-presidente apostando em uma segunda hipótese, disposta a identificar o projeto mais amplo por trás do acúmulo e preservação de um acervo pessoal tão volumoso. O arquivo passa a ser analisado como importante elemento estratégico tanto para reconciliar a sociedade com os nódulos ideológicos e a memória do movimento de 1964, como para respaldar o ideal alinhavado na transição pela transação, responsável pelo pacto das elites políticas para estabilizar o novo regime democrático. A ideia é lançar luz sobre o papel do arquivo na produção de conhecimentos e de consensos sobre os desdobramentos de um período tão delicado e controverso da história do Brasil como a ditadura civil-militar instaurada entre 1964 e 1985.

Os discursos analisados, construídos e reunidos durante cinco anos do mandato presidencial de Ernesto Geisel, são geralmente apresentados em forma de “balanços” do governo, mas, quase sempre, atacam a “República sindical” a partir dos prognósticos mais aterrorizadores - como a corrupção e o comunismo que tomariam conta do Brasil caso não houvesse a intervenção militar. Assim, a materialização arquivada dos discursos de Geisel, provavelmente escritos por terceiros em muitas ocasiões, mas outras vezes “improvisados” ou construídos pelo próprio, insistem na figura do “presidente que fez a abertura” e que resgatou os verdadeiros princípios da “Revolução” de 1964, articulada para salvar o Brasil do caos.

---

<sup>1</sup> Na descrição dos documentos classificados como EG pr 1978.00.00 diz-se que há apenas discursos e anotações até o ano de 1978, porém encontramos documentos de 1979, como o discurso de Geisel na cerimônia de posse de João Baptista Figueiredo.

Desde as resposta entusiasmadas, delineando políticas gerais e específicas, como o impulso à economia capitalista e à infraestrutura do país, confrontadas ao contrassenso das reformas estruturais de João Goulart; até as justificativas escorregadias, negando ações rotineiras como a tortura e assassinatos, mas explicando da maneira mais apocalíptica a necessidade da cassação de mandatos de opositores, leva-nos a decifrar os caminhos criados por Geisel para exaltar o golpe civil-militar e seu governo ditatorial, que segundo ele, vieram devolver ao Brasil suas aspirações democráticas. A análise dos discursos presidenciais exprime as estratégias mobilizadas para a afirmação da ideologia “golpista” enquanto uma experiência democrática e consensual.

O autoritarismo da Doutrina de Segurança Nacional é traduzido como o “mínimo de segurança necessária” para o Brasil livra-se de suas mazelas e dos inimigos da pátria; e a acumulação monopolista, subordinada ao capital estrangeiro, incentivada pelo governo Geisel, aparece em seu arquivo como um grande investimento no desenvolvimento e no amadurecimento do país. A exaltação de um sistema bipartidário, e os “incentivos” do general às eleições livres escondem a lógica de poderes concentrados no Executivo e as constantes tentativas do presidente em subordinar o parlamento a seus desmandos, seja através de cassações, prisões, ou mudanças nas regras do jogo eleitoral/ institucional. A aposta na economia voltada para a modernização conservadora do país, acarretando a superexploração da força de trabalho nacional; e uma atuação política repressora e punitiva são levados à opinião pública com dizeres deturpados sobre ordem, progresso, paz, desenvolvimento, liberdade e democracia.

Na crítica interna às fontes procurei confrontar os discursos ideologicamente produzidos por Geisel com o contexto histórico em questão, entendido a partir de outras fontes, e de uma série de contribuições bibliográficas do período em questão. A ideia foi promover uma *decupagem* dos conteúdos dos documentos, relacionando-os às conexões sistemáticas em que foram forjados. Obviamente, expor as contradições discursivas do ex-presidente significou dar a conhecer ao leitor as atividades práticas de Ernesto Geisel, orientadas pelas ações socialmente projetadas por suas expectativas.

Este ano completa-se 40 anos da posse de Geisel como presidente do Brasil, e apesar de inúmeras denúncias de familiares de desaparecidos sobre as torturas e assassinatos durante seu governo, o reconhecimento de uma série de políticos cassados

enquadrados no Ato Institucional nº 5 ou na Lei de Segurança Nacional entre 1974 e 1979, os altos e baixos da censura, etc, ainda hoje a memória oficial o sacraliza como o presidente militar disposto a tratar a questão democrática no país.

Por isso, além de abordar a construção narrativa do próprio Geisel em seu arquivo pessoal, achei interessante entender como outros personagens - personalidades públicas - dialogam com essa memória emblemática e a ratificam, contribuindo para o estabelecimento do consenso social em torno da mesma. Investi, assim, na análise das cartas de pêsames enviadas à família Geisel, por ocasião da morte do ex-presidente - também anexadas a seu arquivo, e classificadas com o código EG dc 1996.09.12 -, assim como em alguns editoriais de jornais privados de grande circulação como O Globo, Folha de São Paulo e Jornal do Brasil.

Entendendo nossa “transição pactuada” à democracia, a necessidade de afirmação da estabilidade nacional por parte dos novos governos democráticos, assim como das “elites orgânicas”<sup>2</sup> provenientes da ditadura civil-militar, mas mantidas em posições privilegiadas no novo arranjo político do país, apontamos para a convocação de uma memória estável, conciliadora sobre o Brasil ditatorial, através da figura de Geisel - aclamado como o presidente disposto a recuperar o sentido da “Revolução de 1964”, que teria sido perdido em um processo de radicalização de militares linha-dura.

No último caso - o das “elites orgânicas” - assistimos como certas pessoas e instituições, diretamente relacionadas à palavra civil adicionada à expressão “ditadura civil-militar”, vêm desvinculando sua própria participação dos desdobramentos mais sombrios daquele período.

Nesse sentido, o trabalho a ser desenvolvido pretende contribuir para a análise dos empreendimentos produzidos a partir do arquivo pessoal de Ernesto Geisel, e de outras narrativas que dialogam com o mesmo. Associados às possibilidades de “resgate” e “preservação” da memória, discursos surgidos dessa experiência contribuem a um só tempo para a construção de naturalizações e consensos sobre um personagem e um período dinâmicos da história do Brasil.

Após esta introdução, cabe apresentar ao leitor os caminhos a serem percorridos ao longo das próximas páginas.

---

<sup>2</sup> DREIFUSS, René Armand. “1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe”. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

No primeiro capítulo, proponho um debate de caráter sócio-histórico sobre os arquivos. A reflexão principal parte do aporte teórico de uma série de trabalhos que deslindam as conexões entre arquivos, memórias, poder e dominação. O mais importante dessas reflexões trata-se do olhar mais apurado sob o arquivo, não como um espaço inerte, guardião da verdade, mas como um suporte dinâmico, que merece ser questionado, interrogado. Em resumo, o arquivo é afastado de uma concepção positivista - como um repositório de informação unificado no tempo - e conectado a estruturas sociais mais amplas: dialético, caracterizado por sua historicidade e pelas tantas interferências conformadoras de sentidos que atuam no enquadramento <sup>3</sup> da memória coletiva e na construção de consensos sobre determinados períodos históricos.

No segundo capítulo da dissertação, procurei confrontar a dinâmica própria em que as memórias do ex-presidente, presentes em seu arquivo pessoal, são apresentadas à sociedade, e como essa construção narrativa buscará estratégias subjetivas e objetivas, moldadas pelo titular, interessado em consolidar sua versão do passado.

Sobre as estratégias do governo Geisel visando a ativar os níveis de consenso junto à sociedade e lograr a institucionalização do regime autoritários abordei, especialmente, as três variáveis mais recorrentes em seus discursos: a regulação do aparato repressivo; a valorização do debate eleitoral; e a política de crescimento econômico, materializada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND); relacionadas, justamente, ao apelo por parte do regime militar a tradições da vida política brasileira antes do golpe de 1964. Estabelecendo pontos de apoio bibliográficos capazes de informar o leitor sobre a conjuntura política brasileira no momento dos discursos de Geisel, questiono a produção da imagem que conseguiu associar Ernesto Geisel a um militar “liberal” e afeiçoado à democracia.

O terceiro capítulo alarga a análise da construção de um legado individual apontando para a formação de consensos sobre a ditadura civil-militar e o governo Ernesto Geisel. A ideia é mostrar como outros atores sociais dialogaram com a imagem do “presidente da abertura”, seja para isentarem sua participação dos chamados anos de chumbo, justificando a crença de uma “Revolução” de ordem moral e redentora resgatada por Geisel, seja para insuflar a “transição transada”, enterrar conflitos

---

<sup>3</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: *Estudos Históricas*, nº 3, Rio de Janeiro, 1998.



“passados” e proporcionar o encaminhamento “sem traumas” do ritual institucional do consenso, originário da redemocratização brasileira.

## **Capítulo 1**

### **Arquivos pessoais: a ilusão retórica e o poder simbólico.**

**Assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses, deve-se diferenciar as suas percepções da sua realidade.**

**Karl Marx**

### 1.1. Os documentos de arquivo e as ciências sociais

Notadamente as ciências sociais e, principalmente, a disciplina arquivística têm demorado em reconhecer os arquivos a partir de sua historicidade. Ao contrário, o que prevalece ainda hoje é a representação do arquivo como um suporte dotado de naturalidade, de modo que a produção e a acumulação dos documentos estejam associadas, sobretudo, aos resultados práticos do funcionamento das instituições a que estão ligados e, no caso dos arquivos pessoais, às memórias autênticas e espontâneas de seus titulares.

Tal concepção remete ao movimento sócio-histórico em que a matriz teórica positivista passou a designar expressão da razão moderna, tornando-se um dos suportes teórico-metodológico para a produção de conhecimento, pautada pela qualificação técnico-científica, e pela prontidão em responder às demandas de modernização da sociedade e dos Estados. Por essa perspectiva, até o conhecimento dos fenômenos sociais passou a ser trabalhado a partir de um modelo baseado em dados imediatos, empíricos e objetivos, sempre passíveis de classificação.

Nesse paradigma, a ação profissional da arquivologia vem sendo identificada por seu caráter pragmático. Ou seja, tanto os profissionais técnicos, quanto os estudiosos do campo arquivístico preocupam-se em destacar o aspecto prático e imediato da disciplina, desconsiderando a dinâmica contraditória de seu movimento. Outros cientistas sociais que, da mesma forma, têm nos documentos de arquivo importante material de trabalho também acabam, por muitas vezes, estabelecendo uma posição acrítica diante das fontes.

Segundo Angela de Castro Gomes:

Para se dimensionar tal proposta, uma autêntica alavanca da narrativa empreendida, é bom lembrar que a “naturalização” que o mundo dos arquivos sofre é antiga e não está restrita ao senso comum, sendo compartilhada, ainda que em graus variados, por profissionais da pesquisa.<sup>4</sup>

Tal concepção, enquadrada metodológica e institucionalmente, começa a ser rebatida por pesquisadores - sobretudo historiadores, filósofos e antropólogos -

---

<sup>4</sup> GOMES, Angela de castro. Prefácio In: HEYMANN, Luciana. “O Lugar do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro”. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012, p 11.

interessados nas relações entre arquivos e dominação, ou entre arquivos e poder. Considerado uma das primeiras referências para o movimento de atualização do tratamento das fontes, o trabalho de Michel Foucault, “A arqueologia do saber”<sup>5</sup> incentivou a compreensão do arquivo distanciado da ideia de neutralidade. Nessa obra, o autor promove o suporte de memória como resultante da teia de regras que precipitam, dentro de uma cultura, o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados, sua persistência e seu apagamento.

Inspirados nas reflexões de Foucault, vários outros autores como Jacques Derrida em seu “Mal de Arquivo”<sup>6</sup>, Ann Laura Stoler em “*Colonial archives and the arts of governance*”<sup>7</sup> Terry Cook e Joan Schwartz, em “Arquivos, Documentos e Poder”<sup>8</sup>, Carolyn Steedman em “*Dust: the archive and cultural history*”<sup>9</sup> e Craig Robertson em “*Mechanisms of exclusion: historicizing the archive and the passports*”<sup>10</sup> são alguns dos estudiosos que têm se preocupado em evidenciar os mecanismos de exclusão imbricados nos arquivos, assim como a configuração de dominação que estabelecem. A principal motivação desses trabalhos trata-se de apresentar os arquivos sob um viés discursivo, de caráter construído e de produção de hierarquias. O arquivo, portanto, passa a ser pensado como espaço para a construção de discursos e de dominação.

Sobre a produção desses autores que, influenciados por novas propostas intelectuais em diversas áreas das ciências sociais começaram a questionar a inércia na relação de técnicos e pesquisadores com suas fontes de trabalho, concordamos com a necessidade da crítica à perspectiva positivista, que defende os arquivos como bastiões de provas do passado. E assim como eles, chamamos a atenção sobre a importância - para a produção mais complexa das ciências sociais - do aparecimento de novas linhas reflexivas sobre os arquivos, no que os iluminam como partes de processos de

---

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. “A arqueologia do saber”. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

<sup>6</sup> DERRIDA, Jacques. “Mal de arquivo: uma impressão freudiana”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

<sup>7</sup> STOLER, Ann Laura. “Colonial archives and the arts of governance” In: *Archival Science*, nº 2, Dordrecht, 2002, pp. 87-109.

<sup>8</sup> COOK, Terry e SCHWARTZ, Joan M. “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna” In: *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, São Paulo, 2004.

<sup>9</sup> STEEDMAN, Carolyn. “Dust: the Archive and Cultural History”. New Brunswick: Rutgers University Press, 2002.

<sup>10</sup> ROBERTSON, Craig. “Mechanisms of exclusion: historicizing the archive and the passports”. In: BURTON, Antoinette. *Archive Stories: facts, fictions, and the writing of history*. Durham/London: Duke University Press, 2005.

construção sobre o passado, além de instrumentos ativos para a conformação de relações de força entre os que comunicam e os que recebem a informação. Porém, mesmo aproveitando algumas das inspirações de tais estudiosos para pensarmos o caráter construído dos documentos de arquivos, não podemos deixar de apontar para nossas discordâncias com o método com que a maioria deles trabalha.

Em nossa análise, o chamado “método arqueológico” de Foucault necessita de ressalvas, visto que a matriz teórica que o tem impulsionado, o pós-estruturalismo, tantas vezes, a partir do movimento do “desconstrutivismo”, desvincula o poder simbólico dos arquivos - e os campos da cultura e da política - de outras dimensões igualmente importantes à conformação da realidade e à análise da mesma. Os pós-estruturalistas, ao tentarem criticar as insuficiências das análises economicistas, tornaram-se também insuficientes atacando a ideia de totalidade na produção historiográfica e destacando categorias locais e operativas para analisar a realidade - segundo eles, baseada na fragmentação.

Na esfera da produção de conhecimento, esse pensamento ganhou lugar em meados dos anos de 1970, tratando de romper com a concepção de sociedade fundada na razão dialética - ou como um todo orgânico atravessado por conflitos; ao contrário, sua proposta teórica passou a enxergá-la como uma rede de comunicações linguísticas, uma multiplicidade de jogos, sendo os signos da linguagem os verdadeiros criadores da realidade e da experiência.

A historiadora Antoinette Burton, organizadora do livro “*Archive Stories: Facts and the Writing of History*”<sup>11</sup>, é uma das autoras que, influenciada pelo debate pós-estruturalista, reduz a própria história a um texto de ficção. Segundo ela, os arquivos condensam versões e produzem estórias, com destaque para a própria disciplina histórica. Ou Carolyn Steedman<sup>12</sup>, outra historiadora que procura destacar a força simbólica dos arquivos no trabalho de seus colegas de profissão, concorda que o discurso histórico se dá pela crença na “autenticidade” de documentos de arquivos, acabando por reproduzi-los, e por legitimar um passado que nunca existiu.

Resgatando E.P. Thompson - um dos autores mais atentos às normas, aos valores, aos rituais, aos discursos, e ao aumento significativo que o estudo dessas representações pode propiciar à história - explicitamos alguns cuidados que devem ser

---

<sup>11</sup> BURTON, Antoinette. “Introduction: archive fever, archive stories” In: *Archive Stories: facts, fictions, and the writing of history*. Durham/London: Duke University Press, 2005.

<sup>12</sup> STEEDMAN, Carolyn. op.cit. 2002.

tomados para que não confundamos a produção de conhecimento histórico com a simples análise das representações.<sup>13</sup> Segundo o autor, a produção historiográfica deve estar atenta para a necessidade de o significado ser contextualizado, assim como priorizadas as relações reais que nele se expressam, afinal:

A história é a disciplina do contexto e do processo, logo todo significado é um significado no contexto, e, quando as estruturas mudam, as formas antigas podem expressar funções novas e as funções antigas podem encontrar sua expressão em novas formas.<sup>14</sup>

Portanto, se devemos chamar a atenção para o fato de que a vida social produz bens simbólicos, que informam o indivíduo e contribuem para suas ações e decisões, importa também lembrarmos que ao lado desses bens simbólicos estão os bens materiais. Tratar de uma perspectiva histórica as questões discursivas ou da cultura, como dimensões da realidade, significa não escamotear suas relações com todas as outras determinações da vida social, afinal as representações - enquanto construções discursivas - só são possíveis porque necessariamente remetem às posições e às propriedades sociais objetivas que as circundam.

Portanto, no que se relaciona ao debate sobre as fontes de arquivos, reiteramos a importância do rompimento com o mito da objetividade e da imparcialidade, ou seja, do rompimento com o olhar positivista que temos acompanhado até aqui, mas também questionamos as análises demasiadamente relativistas, que por tantas vezes acabam afastando os arquivos das categorias postas em prática no tratamento documental, da estrutura arquivística por meio da qual o historiador acessa os documentos, das estruturas sociais que os circundam, e de qualquer possibilidade de produção de conhecimento histórico: aos arquivos também devemos uma análise baseada na totalidade e na historicidade.

Partindo desse debate, buscaremos, então, refletir os registros documentais e os discursos neles apresentados como partes integrantes dos processos sociais,

---

<sup>13</sup> THOMPSON, Edward P. "Folclore, antropologia e história social." In: A. L. Negro & S. Silva (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: editora da Unicamp, 2001.

<sup>14</sup> *Ibid.* p. 238

preocupando-nos, porém, com um tipo específico de conjunto documental, o arquivo pessoal, possuidor de características particulares.

## **1.2. Indivíduo e sociedade nos arquivos pessoais.**

Com o processo de releitura dos arquivos - e a sua desnaturalização como objetos coerentes e estáveis - pode-se afirmar que está em curso o debate entre uma série de profissionais das ciências sociais quanto à necessidade de atualização das formas de lidar com as fontes. Entretanto, o processo parece ter ficado praticamente restrito ao que se refere aos documentos de natureza pública. Conforme Luciana Heymann, os trabalhos recentes que se perguntam sobre o lugar do arquivo em empreendimentos mais complexos que seus simples enunciados não refletem um campo de estudos sistemáticos, que abrigue também questionamentos sobre os arquivos pessoais.<sup>15</sup>

Para a autora, isso tem origem na corriqueira noção de arquivo, ligada aos documentos produzidos e acumulados pela máquina administrativa do Estado. Diferentemente, os arquivos pessoais, dependentes da acumulação, manutenção, preservação e disponibilização, por parte de uma pessoa física, acabariam fugindo ao controle da sociedade.<sup>16</sup>

O investimento nessa lógica, segundo Heymann, influencia principalmente a disciplina arquivística que, de certa forma, sublinha as diferenças entre arquivos públicos e privados.<sup>17</sup> Nesse sentido, Terry Cook aponta como revelador o comportamento de alguns arquivistas dedicados ao trato de documentos públicos, que simplesmente ignoram seus colegas que coletam manuscritos e papéis pessoais, considerando-os menos arquivistas por isso, e mais bibliotecários ou museólogos.<sup>18</sup>

Na direção oposta à arquivologia, que vem dando pouco relevo aos arquivos pessoais, a historiografia - levantando a bandeira da interdisciplinaridade dada no

---

<sup>15</sup> HEYMANN, Luciana. "O Lugar do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro". Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

<sup>16</sup> HEYMANN, Luciana.op.cit. 2012. p.39.

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> COOK, Terry. "Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós moderno." In: Estudos Históricas, nº 21, 1998, p.130.

diálogo com outras ciências sociais, como a antropologia e a psicologia - passou a requisitar como nunca documentos de caráter pessoal para sua investigação.

Circunscrito na década de 1970, o movimento batizado de “guinada subjetiva”, propositivo da crítica às tradições analíticas de corte estruturalista, impulsor da chamada história cultural e do renascimento dos estudos do político, contribuiu sensivelmente para que as abordagens historiográficas passassem a valorizar as experiências de atores individuais para a compreensão da dinâmica social.

No bojo desse movimento, os arquivos pessoais tiveram presença solicitada - e garantida - na maioria das instituições de pesquisa existentes quando, não raro, foram responsáveis pela criação de novas instituições dedicadas exclusivamente aos projetos memoriais de homens públicos <sup>19</sup> - instituições ocupadas, portanto, com a guarda dos documentos de caráter pessoal, comumente tratados como correspondentes da trajetória de seus titulares.

A despeito dos ganhos para a disciplina, advindos desse momento, também faz sentido apontarmos para algum ônus surgido do mesmo: muitas vezes o uso dos arquivos pessoais também acontece sem uma perspectiva crítica, e aí, encontra lugar a perigosa associação entre arquivos pessoais e espontaneidade, que, segundo Heymann, tem como consequência:

associações ingênuas entre arquivo e memória individual, entre arquivos e sensibilidades ou segredos individuais, como se as fontes de natureza pessoal estivessem imunes a outras interferências e constituíssem o caminho direto para aceder à trajetória e à personalidade de seus titulares. <sup>20</sup>

Desafiando uma espécie de senso comum, que se acostumou a pensar nos arquivos pessoais como manifestações objetivas da memória individual, - registros que ora refletem as atividades desenvolvidas pelos titulares, ora descortinam dimensões desconhecidas de sua personalidade - procuraremos questionar esse pressuposto, assim como as ideias de linearidade e completude, recorrentemente atribuídas às histórias de

---

<sup>19</sup> Podemos lembrar os projetos institucionais criados para preservar os legados memoriais de Getúlio Vargas - o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) - ; e de Mário Covas - Fundação Mario Covas (FMC) - que abrigam seus arquivos e divulgam suas trajetórias políticas. Ambas as instituições foram criados após a morte dos titulares, por “herdeiros” que assumiram seus projetos memoriais. Sobre instituições fundadas pelos próprios titulares apontamos para a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) e o Instituto Fernando Henrique (IFHC).

<sup>20</sup> HEYMANN, Luciana. op.cit. 2012. p.48.

vida. Os titulares de arquivos pessoais - em nosso caso, Ernesto Geisel - passam a ser evidenciados como construtores de si: ao contarem suas experiências, ao exporem suas vidas através dos próprios papéis, trabalham com uma seleção sempre determinada por intenções globais e, de acordo com projetos desejados, constroem um discurso próprio, forjando retóricas organizativas para a realidade, criando o “eu” desejado. Por trás daquilo que, primeiramente, parece a manifestação mais pura da intimidade, encontram-se muitas contradições.

Ao tratar os arquivos pessoais, Angela de Castro Gomes alerta para o efeito de encantamento que podem causar aos pesquisadores:

Este é o grande feitiço do arquivo privado. Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade, ele revelaria seu produtor de forma “verdadeira”. A documentação dos arquivos privados permitiria, finalmente e de forma muito particular, dar vida à história, enchendo-a de homens e não de nomes. Homens que têm a sua história de vida, as suas virtudes e defeitos e que os revelam exatamente nesse tipo de material. Para o historiador, um prato cheio e quente. E acredito que, para ser degustado com o prazer que pode proporcionar, os historiadores devem se municiar dos procedimentos de crítica às fontes, garantidos com escolhas teóricas e metodológicas capazes de filtrar o calor, de maneira a não ter a boca queimada.<sup>21</sup>

A sugestão da autora é, portanto, o desvio de uma concepção ingênua, que credita aos arquivos pessoais a grande chave para os mistérios do passado. Essas fontes devem servir ao historiador como mais um instrumento para o seu ofício, e não sem passar por um rigoroso crivo metodológico.

A sedução do pesquisador ao se deparar com os arquivos pessoais também é muito bem descrita por Christophe Prochasson. Para ele, esse tipo de documento “é exatamente o segredo que o historiador procura descobrir, insatisfeito com as manifestações públicas dos homens como os quais habitualmente lida”<sup>22</sup>, mas destaca que:

---

<sup>21</sup> GOMES, Angela de Castro. “Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os encantos dos arquivos privados” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 21, 1998, p. 126.

<sup>22</sup>PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade! Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 21, 1998, p. 111.



Existem cartas ou documentos privados cujo autor mal disfarça o desejo, talvez inconsciente, de torná-los, o quanto antes, documentos públicos. (...) As razões que levam a tal comportamento parecem indicar uma consciência da história que vem pôr um limite inegável à autenticidade.<sup>23</sup>

Quanto à escrita de si, que por alguns é considerada a forma mais íntima de comunicação, Prochasson alerta para a necessidade de o pesquisador adotar uma postura crítica. Diante de tal provocação, apontamos para o fato de que as ações e motivações dos indivíduos não podem ser reduzidas apenas à dimensão individual. De acordo com Michael Burawoy, acreditamos que em todas as pessoas existe “um senso prático, uma capacidade de jogar o jogo, de perceber o sentido desse jogo, uma criatividade definida por disposições acumuladas e internalizadas a partir das estruturas sociais prévias.”<sup>24</sup>

Os arquivos pessoais são recorrentemente identificados, ainda, como registros do vivido. Sobre essa associação, o historiador Philippe Artière lembra que mesmo que a maioria dos nossos movimentos ganhem registros, o que conservamos é uma parte muito pequena de tais vestígios. “Muitas das coisas produzidas acabam se perdendo pela própria vida, outras são dispensadas por nós ou por terceiros.”<sup>25</sup> Antes de passarem da instância privada à pública, o titular escolhe seus próprios métodos para acumulação dos documentos, e nessa contenda muito se aprova e muito se rejeita, muito se lembra e muito se esquece, criando uma primeira lacuna no que acreditaríamos ser o retrato da realidade. Não se guarda tudo o que foi produzido, só se acumula o que o titular julga interessante. Sobre o arquivamento da própria vida, Artierès escreve:

Não pomos nossa vida em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, colocamos em exagero certas passagens.<sup>26</sup>

Assim, sem deixar de reconhecer a importância da chamada guinada subjetiva, movimento crítico ao paradigma estruturalista, que promoveu a atenção ao cotidiano e a valorização dos referenciais antropológicos para analisar as contribuições dos sujeitos para a história - influenciando a disciplina a trabalhar não como um suporte congelado

---

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> BURAWOY, Michael. O Marxismo encontra Bourdieu. Campinas: UNICAMP. p.p. 52, 53.

<sup>25</sup> ARTIÈRE, Philippe. “Arquivar a própria vida” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 21, 1998, p.3.

<sup>26</sup> Ibid.

do passado, mas como um processo dinâmico e contestador - não podemos confundir as novas fontes, que ganharam lugar privilegiado nesse processo, com estatutos da verdade. Tal concepção torna-se complicada, uma vez que esse entendimento denota a ideia de sujeitos unificados no tempo e, ainda, contribui para a deslegitimidade da história problema, sempre necessitada de novas perguntas e hipóteses: certamente, o uso irredutível das memórias pessoais é tão positivista como o apoio incondicional a quaisquer outras fontes.

Nesta primeira etapa da dissertação propomos, então, a compreensão do arquivo pessoal como uma construção, porém, condicionado às relações entre seu titular e as redes em que está inserido, e não a uma memória espontânea e primária. Recuperando o autor francês Pierre Bourdieu, faremos uso da categoria “ilusão biográfica”<sup>27</sup>, proposta pelo mesmo, para refletirmos sobre o arquivo e sua ilusão retórica.

Ao teorizar sobre as narrativas que encerram histórias de vida, Bourdieu sublinha o trabalho seletivo que se faz sobre o material disponível, através da busca por conexões que possam dar coerência às escolhas de sentidos que se pretende alcançar; o resultado prevê um tracejado descontínuo da realidade. Segundo o autor é nula a possibilidade de quaisquer narrativas ou construções biográficas seguirem uma sequência lógica e ordenada do passado - que consiga reconstituir, numa linearidade progressiva e casual, os acontecimentos da vida de alguém. Desviando das ideias de casualidade e coerência, recorrentemente atribuídas em momentos retrospectivos das ações humanas, Bourdieu afirma que o sentido global do sujeito escapa, até mesmo, de sua autopercepção.<sup>28</sup>

A posição crítica de Bourdieu em relação aos privilégios da narrativa, principalmente à narrativa em primeira pessoa, é compartilhada pela argentina Beatriz Sarlo, que desconstrói a “fetichização” do testemunho - tratado tantas vezes como lócus da verdade. Ao longo de seu livro “Tempo Passado”<sup>29</sup> a autora reconhece a legitimidade de novas fontes para a produção de uma “Nova História”, porém incomoda-se com a ênfase demasiada no sujeito e em seu testemunho e memórias

---

<sup>27</sup> BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). *Usos e Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>28</sup> BOURDIEU, Pierre. *op.cit.* 2006.

<sup>29</sup> Alocada na argentina, onde a memória e os testemunhos foram muito valorizados no momento de transição democrática, a autora incomoda-se com a ênfase demasiada no sujeito e em seu testemunho individual que a sociedade. Ver SARLO, Beatriz. “Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva”. São Paulo: Companhia das Letras. Belo Horizonte: UFMG, 2007,

individuais, apontando para a impossibilidade de o passado ser lembrado, pela inteligência ou por um desejo, em sua integralidade: “Só uma confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido pretenderia estabelecer uma ordem presidida pelo testemunho.”<sup>30</sup>

Essas formulações teóricas acerca das histórias de vida, e das narrativas em primeira pessoa, ajudam-nos a embasar a reflexão sobre a ilusão também produzida pelos arquivos pessoais que, conforme sugere Luciana Heymann, pode ser pensada como uma ilusão de totalidade onde só existe parte.<sup>31</sup> Sem se descuidar das particularidades que diferenciam biografias e arquivos, a autora investiu-se da tarefa de apontar aspectos comuns em ambos os “suportes de memória”, destacando a ilusão de continuidade e completude que recorrentemente ocasionam.

Nas biografias, podemos afirmar que a ilusão nasce do próprio ato de narrar, que vislumbra reconstruir em uma temporalidade futura, e sob uma lógica de conexão, os caminhos de alguém. O retorno do passado é traduzido muito mais pela perspectiva de captura do presente do que de um momento libertador - uma viagem no tempo sem falhas ou distorções. O que há é muito mais uma adaptação, um manejo dos acontecimentos, de acordo com as posições ocupadas no momento em que se narra. Passando aos arquivos pessoais, a associação à ilusão biográfica está na ideia de unidade, que sugere a acumulação dos documentos por um obediente padrão de regularidade e coerência, capaz de reproduzir de forma perfeita a vida do titular.

Em nenhuma das experiências, narrativa ou arquivista, as lacunas, silêncios e esquecimentos, que perpassam suas formações, são expressos.<sup>32</sup> No caso dos arquivos, além do titular que acumula os documentos sob suas próprias regras, destaca-se a atuação de outros agentes que podem influenciar na forma de constituição e organização do acervo. É o caso do próprio arquivista que tomará as decisões por arranjos determinados em detrimento de outros. Se analisarmos as escolhas de descrição de inventários de arquivos e a ordem cronológica, quase sempre adotada para a apresentação dos documentos, torna-se claro um empreendimento visando às melhores estratégias para a produção de sentidos, algo que pode ser comparado à atividade narrativa. Além dos arquivistas, essa concepção atinge, ainda, os doadores dos arquivos pessoais, como as próprias instituições de memória que os recebem, pois há,

---

<sup>30</sup> SARLO, Beatriz. *Ibid.* p. 17.

<sup>31</sup> HEYMANN, Luciana. *op.cit.* 1997.

<sup>32</sup> HEYMANN, Luciana. *op.cit.* 1997.

certamente, o desejo de valorizar o material no mercado de bens culturais, assim como valorizar a própria instituição.

Chamando a atenção para as formas de produção dos arquivos, Heymann considera que interpretá-los sem contabilizar todas as arbitrariedades de seu processo construtivo é, sem dúvida, iludir-se.<sup>33</sup> As diversas motivações por que são produzidos e guardados, os tantos documentos que os integram, as inúmeras organizações que podem ganhar ao longo do tempo, soma e subtração de elementos, são algumas das instâncias de maturação de memórias regidas por projetos.

Priscila Fraiz, ao analisar a construção autobiográfica no arquivo privado de Gustavo Capanema, também deu especial atenção, além do conteúdo específico dos documentos e à dimensão da escrita de si, às diferentes intervenções a que esteve submetido aquele material ao longo do tempo.<sup>34</sup> O que a autora evidencia em seu trabalho é justamente a capacidade de formulação de narrativas autobiográficas a partir das diferentes ordenações dos documentos:

Seu espaço autobiográfico residia exatamente na dedicação excessiva ao próprio arquivo, no fazer e refazer ordens, planos, classificações, produzindo um sentido para a sua vida mediante a ordenação das fontes. O projeto de construção autobiográfico de Capanema, portanto só pode ser recuperado através do próprio arquivo. (...) Uma obra que só pode ser percebida se invertermos a hierarquia que organiza suas etapas de elaboração, conferindo ao processo acumulatório o estatuto de objeto de análise autobiográfica.<sup>35</sup>

Dessa maneira, o processo de acumulação de documentos é necessariamente fragmentado, e ganhará unidade somente com o passar do tempo, dependendo de projetos possíveis, a partir de determinadas organizações da massa documental.

À revelia de muitas suposições que exaltam os arquivos pessoais pela não intenção de oficialidade ou publicização no momento de sua criação, e, portanto, os julgam relatos fiéis da realidade, a questão por nós levantada sobre seu processo de constituição confronta essa tese, chamando a atenção para o fato de que a vontade

---

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> FRAIZ, Priscila. "A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 21, 1998.

<sup>35</sup> Ibid.p.83.

individual “só se realiza enquanto produto social, fugindo, portanto, aos estreitos limites desenhados pela imagem que o indivíduo faz de si e do sentido que ele dá à sua vida.”<sup>36</sup>

Lembrando Maurice Halbwachs e os estudos empreendidos pelo mesmo sobre a memória, associamos o arquivo pessoal não às lembranças exclusivas de um indivíduo, mas aos grupos sociais aos quais o mesmo pertence.<sup>37</sup> Segundo o autor, as memórias de um indivíduo nunca serão somente suas, já que é impossível a existência de lembranças desconectadas da sociedade: não há memória possível descolada dos contextos sociais que, sem dúvida influenciam e informam essas lembranças.<sup>38</sup>

Em um arquivo pessoal a experiência individual é igualmente retida a partir do pertencimento a diversos grupos, não se tratando, portanto, de uma simples recuperação de informação armazenada, mas de uma reivindicação sobre o sentido do passado, orientada pelo contexto socioeconômico e pela dinâmica cultural compartilhada que, inevitavelmente, perpassam o sujeito.

Nesse sentido, para entendermos a noção de trajetória de vida afastada de um véis ilusório, que normalmente acometem “artefatos socialmente irrepreensíveis”, como as biografias e os arquivos pessoais, sugerimos enxergá-los, sempre, conectados às estruturas que os revestem. Conforme Bourdieu, interpretar a noção de “trajetória de vida” criticamente significa entendê-la “como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele mesmo um devir, estando sujeito a incessantes transformações”<sup>39</sup>, e não como uma sequência coerente de acontecimentos com significado e direção, afinal:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja a constância não é certamente aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.<sup>40</sup>

<sup>36</sup>HEYMANN, Luciana. Op.cit.1997, p.53.

<sup>37</sup> Ver HALBWACHS, Maurice. “A Memória Coletiva” São Paulo: Centauro, 2004.

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup> BOURDIEU, Pierre. op.cit. 2006. p. 189.

<sup>40</sup> Ibid. p.190.

Mesmo quando os titulares de arquivos acumulam e organizam seus papéis destituídos de um caráter consciente e deliberado, ou melhor, quando agem a partir da própria subjetividade, não se isentam das introyeção de limites e possibilidades dispostos nas posições sociais que ocupam, e que influenciam a definição de condutas nas relações estabelecidas com os ocupantes de outras posições. Assim, ao mesmo tempo em que seus papéis pessoais publicizados produzem e orientam ações, ajudando a consolidar a reprodução de certas relações sociais, também devem ser evidenciados como produto das próprias relações.

Dessa maneira sugerimos desviar de nossas introyeções fascinadas, *intuitus personae*<sup>41</sup> para percebermos, por trás do arquivo, traços que estão além do próprio titular, mas representam a sociedade que o mesmo incorporou.

Ao invés de perguntarmos exclusivamente sobre as posições individuais dispostas nos documentos, devemos buscar entender como, naquele suporte, o titular demonstra um sentido do seu próprio lugar no espaço social, assim como um sentido do lugar dos outros agentes. Como a sociedade influencia a disposição daqueles documentos? Como aqueles documentos influenciarão a disposição da sociedade? Esse exercício mostra-se relevante para revelarmos, a partir dos arquivos, os sistemas de disposições socialmente constituídos, que em seu constante movimento estruturante, revestem as práticas e representações dos agentes sociais.

### 1.3. O poder por trás do arquivo.

Alguns autores, como Ana Maria Camargo, defendem “a ideia de correlação, ou mesmo de equivalência, entre a atividade, de um lado, e o documento que a viabiliza e comprova, de outro.”<sup>42</sup> Para ela, “os documentos de arquivo são a materialização ou corporificação dos fatos; os documentos de arquivo são os próprios fatos; o arquivo é a representação persistente de funções, processos, incidentes, eventos e atividades.”<sup>43</sup> Segundo a autora, se seguidos à risca os procedimentos a que devem estar submetidos -

---

<sup>41</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. op.cit. 2006.

<sup>42</sup> CAMARGO, Ana Maria. “Arquivos pessoais são arquivos” In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte n° 2, 2009, p.28.

<sup>43</sup> CAMARGO, Ana Maria. op. cit. 2009. p. 28.

para a mesma, pragmáticos e instrumentais - como a “preservação da integridade dos fundos e do sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo; o respeito à proveniência; a primazia do contexto sobre o conteúdo nas operações de arranjo e descrição; e a impermeabilidade do arquivo em face de seu uso secundário”<sup>44</sup>, torna-se impossível que os arquivos pessoais percam a sua principal característica, o efeito probatório.

Certamente, a coesão dos conjuntos documentais é algo a não se descuidar, uma vez que sua organicidade é o elemento responsável para que enxerguemos tanto a lógica de acumulação dos documentos, como as atividades e a rotina de seu titular, porém, acreditamos que a associação simplificada entre titular e arquivo pessoal pode resultar em alguns equívocos como elevar o arquivo a espelho da trajetória do titular, como já sinalizamos na seção anterior; e até naturalizá-lo como neutro.

Questionando a perspectiva que associa os arquivos a repositórios inertes de informação, procuraremos agora, ademais de superá-los como as memórias integrais e autênticas de seus titulares, enfatizá-los como objetos que, por certo, se investem de amplo poder.

Segundo Terry Cook e Joan Schwartz, ao longo do tempo, vem se construindo a noção de que arquivistas e os documentos que esses organizam e disponibilizam têm postura e repertório neutros, objetivos e imparciais.<sup>45</sup> Porém, a partir de uma análise sociológica crítica, os autores evidenciam os arquivos como instituições dotadas de poder; poder esse que é exercido sobre a construção da memória coletiva e da identidade nacional, influenciando, assim, a forma como nós nos conhecemos e como conhecemos indivíduos, grupos e sociedades. Para Cook e Schwartz, a insistente negação dos arquivistas no que tange o seu poder sobre a memória; a falta de esclarecimentos sobre os muitos fatores que afetam profundamente os registros antes deles se tornarem arquivos; e a posição acrítica dos usuários dos arquivos, que consideram os documentos como fontes não discutíveis, contribuem para um erro na melhor e um perigo na pior das hipóteses:

---

<sup>44</sup> Ibid.

<sup>45</sup> COOK, Terry e SCHWARTZ, Joan M, “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna”, In: *Revista do Arquivo Público Mineiro de Indaiatuba*: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, São Paulo, 2004.

Arquivos são construções sociais. Suas origens se sustentam na necessidade de informação e nos valores sociais dos ditadores, governos, negócios, associações, e indivíduos que os determinam e mantêm. Apesar das mudanças em sua natureza, dos seus usos e da necessidade de preservá-los, os arquivos, desde os mnemons da Grécia Antiga são relacionados ao poder - à manutenção do poder, ao controle pelo presente daquilo que é, e o que será conhecido sobre o passado e ao poder da lembrança sobre o esquecimento.<sup>46</sup>

Segundo Renato Janine Ribeiro, a construção de arquivos pessoais, ou a “coleção de si”, identifica-se com a vontade dos titulares de perpetuarem-se, de construir a própria identidade pelos tempos adiante, de forma a serem lembrados e reconhecidos como homens dignos de nota.<sup>47</sup> Sobre nosso objeto de estudo, o arquivo pessoal do ex-presidente Ernesto Geisel, consideramos o modo com que ultrapassa, na dinâmica social, o mero desejo de valorização da vida individual notável.

Acreditamos que, como um artefato que expõem memórias na fronteira do que é político e o que não é político, do que é público e o que é privado, os arquivos pessoais como o de um ex-presidente, também carregam uma dimensão de intervenção na direção do Estado. Essa dimensão é, sobretudo, a simbólica, importante variável para a configuração do poder, mas tantas vezes relegada pelos cientistas sociais. Os arquivos - comumente localizados na chave de instrumentos racionais, o que se dá pela insistência na aparência natural de suas narrativas - mostraremos como dispositivos aonde o poder se apresenta e se instaura, a partir da articulação de símbolos, tradições, e valores que, de alguma forma encontram interlocução na sociedade, garantindo a formação de consensos.

Entendendo o Estado a partir da acepção de Antonio Gramsci de “Estado ampliado”<sup>48</sup>, ou seja, o produto complexo surgido das inúmeras inter-relações entre sociedade civil e sociedade política, sobretudo a constante marcha de pressões e contrapressões que articulam o consenso ou o consentimento em torno de visões de mundo de certo grupo por toda a sociedade, consideramos a combinação de cultura e política como um dos principais pilares para a transformação ou manutenção da ordem estabelecida. O Estado ampliado, que articula sociedade política e sociedade civil, reúne

---

<sup>46</sup> Ibid. p.15.

<sup>47</sup> JANINE, Renato. “Memórias de Si ou...”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 21, 1998.

<sup>48</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.



tanto a dimensão coercitiva das agências públicas, destinadas a perpetrar a violência física, como a preocupação com o consenso, capaz de lhes conferir legitimidade.

Assim, o arquivo de Geisel, como instrumento constitutivo de uma das esferas do Estado - sociedade política - define-se em um dos lugares em que o poder ordenador e dirigente da cultura - sociedade civil - se exerce, explicitando uma agência concreta na construção de consenso. A partir do arquivo, podemos então perceber um modo de produção, preservação e reprodução cultural. Aqui, torna-se pertinente a pergunta: o que fala Geisel em seu arquivo, de que lugar, pra quem?

Contrariando análises que destacam apenas as funções positivas desempenhadas pela memória comum, em que diferentes pontos de referência como as paisagens, datas e personagens históricos são tratados como “indicadores empíricos da memória coletiva de um grupo, (...) que ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais”<sup>49</sup>, Michel Pollack aponta para a carga de violência simbólica despendida nesses procedimentos a que chama “enquadramento de memória”. A partir da análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, Pollack ressalta a existência de tantas “memórias subterrâneas” opostas à “memória oficial”, discutindo “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”<sup>50</sup>, muitas vezes estratégica para consolidação de projetos políticos.

Em nosso objeto de estudo, o arquivo pessoal de Geisel, a exaltação de tradições brasileiras - o passado democrático e de crescimento econômico -, e a ideia de violência moderada - induzida como necessária -, mesclados a uma leitura particular do projeto de abertura lenta, gradual e segura, agregam uma conotação positiva acerca de tal processo; as formas de percepção daqueles que lidam com esse discurso, sem dúvida, são atingidas; as memórias divergentes são afastadas, enquadra-se, assim, a memória coletiva, consolidam-se símbolos, criam-se consensos.

A construção de consensos a partir de objetos aparentemente neutros também se constitui como uma questão de destaque na obra de Pierre Bourdieu, que considera que as ideologias - representadas pelos sistemas simbólicos - podem se transformar em funções políticas, na medida em que a ordenação do mundo está submetida ao poder simbólico e a sua legitimação social. Avançando na obra do sociólogo, percebemos o

---

<sup>49</sup> POLLAK, Michael. op. cit.1998.

<sup>50</sup> Ibid.

relevo atribuído a esse poder simbólico e à sua eficiência de atuação no que diz respeito às relações de força.<sup>51</sup>

Segundo Bourdieu, quando se incute à coletividade uma configuração própria para o mundo - de modo que este ganhe um sentido imediato - há um investimento na construção de lugares de referência ou dispositivos de integração social, criando certa conformidade.<sup>52</sup> O arquivo, pensado como um desses símbolos, enquanto evocado com naturalidade - como suporte de conhecimento, de memória ou de informação - promove a construção do consenso em torno da concepção pretendida, acabando por legitimar a dominação.

Entrelaçando os aparatos teórico-metodológicos apresentados acima, - Gramsci, Pollack e Bourdieu - apontamos a violência simbólica como uma das mais profundas dimensões de violência praticada pelos dominantes, principalmente através do Estado em sua forma ampliada<sup>53</sup>, que apresenta como natural algo que é imposto. Segundo Sonia Regina de Mendonça:

Nesse processo reside, a nosso ver, a mais profunda e estrutural modalidade de violência perpetrada pelo Estado: a violência simbólica, cujo *modus operandi* se dá à sombra da permanente naturalização de seus objetos e/ou alvos, configurando o que se poderia chamar de um permanente 'estado de violência.'<sup>54</sup>

#### 1.4. Arquivos pessoais entre usos e representações.

Pelo vasto informe social que reúnem, chegamos à conclusão de que os arquivos pessoais são elementos impossibilitados de aglutinarem o conjunto total e inseparável dos acontecimentos de uma existência individual, que consiga descrever a vida como um percurso orientado, organizado segundo uma ordem cronológica - e lógica. Indo ao

---

<sup>51</sup> BOURDIEU, Pierre. "O Poder Simbólico." Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> Como vimos, para Gramsci, o Estado não se reduz a um arcabouço de instituições jurídicas, políticas e administrativas oficiais; mas deve ser entendido a partir de uma perspectiva ampliada. O Estado é apresentado como um processo de permanente interação e interdependência entre sociedade civil - esfera de elaboração de projetos políticos a partir de órgãos e instâncias específicas de uma classe ou fração capaz de organizar e afirmar os seus interesses perante outras classes ou frações - e sociedade política - esfera de concretização dos projetos de uma classe que os apresenta inicialmente na forma de interesses gerais.

<sup>54</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. "Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania". In: *Tempo*, Rio de Janeiro, 1996, p.95.

encontro de Pierre Bourdieu, comparamos o que ele denomina de postulado da existência narrada <sup>55</sup> - acometido nas biografias - com o postulado da existência arquivada <sup>56</sup>, em que arquivistas e analistas tendem a, ou pretendem, aceitar a ideia de que os acontecimentos da vida de alguém podem ser organizados em qualquer suporte, segundo relações inteligíveis, onde uma personalidade coerente e estável situa-se, a partir de uma cronologia ordenada.

Como vimos anteriormente, a constituição dos arquivos se dá em diversas etapas: iniciando com a acumulação pelo próprio titular - que já sugere uma seleção dos documentos; passando pelas mãos de familiares ou pessoas próximas - que geralmente fazem uma nova seleção do que guardar; até chegarem aos arquivistas - que também transferem sua subjetividade ao organizarem aqueles papéis. Por trás de todo esse processo de mobilização dos indivíduos residem projetos, moldados por inúmeras disposições sociais, redes de interesses e relações de poder, de modo que se deixa fugar por uma ilusão, quem se curva ao arquivo como que a um repositório de dados objetivos.

Resultantes de dinâmicas muito mais complexas, arquivos são investimentos individuais, mas que abarcam a sociedade ao redor, e mobilizam lembranças, mas também esquecimentos, porque imbricados em relações que pretendem moldar a compreensão. O arquivo, portanto, não se reduz a um repositório estático ou unitário do passado, mas antes abriga fatores ativos que, além da leitura pretérita, resignificam o presente e projetam o futuro.

Por tudo isso, no trabalho de análise de um arquivo, o pesquisador deve estar precavido quanto ao mito da neutralidade da fonte, pois cair nessa ilusão significaria corroborar com a imposição de uma ideologia única, que pretende legitimar, como se fosse um direito de nascença, o que é correto e o que é condenável. Para refletirmos sobre um arquivo pessoal e seu titular necessitamos, antes, desnaturalizá-los:

a necessidade de um exame crítico dos estratagemas da ideologia dominante – em geral desenvolvidos nos produtos aparentemente impenetráveis de geradores de fumaça institucionalmente bem lubrificadas – nunca foi tão grande em nossos dias. <sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> BOURDIEU, Pierre. op.cit. 2006.

<sup>56</sup> HEYMANN, Luciana. op. cit. 1997 .

<sup>57</sup> MÉSZÁROS, István. “O Poder da Ideologia”. São Paulo: Boitempo, 2007, p.65.

Logo, propomos uma análise do arquivo Geisel através da apreciação “da unificação das práticas e das representações (isto é, o equivalente, historicamente constituído e, portanto historicamente situado).”<sup>58</sup>

Desse modo, acreditamos ser possível ao pesquisador identificar a personalidade apresentada pelo arquivo em meio a sua realidade - como individualidade socialmente construída - desviando da ilusão de totalidade e neutralidade recorrentemente gerada por esse tipo de fonte.

De certa forma, os estudos inscritos no campo da sociologia histórica sobre as fontes de arquivo, assim como aqueles dedicados às manifestações pessoais, vêm influenciar nossa pesquisa em torno do arquivo pessoal de Ernesto Geisel, embora, precisamos dizer, menos no sentido de instrumentais teóricos rígidos, e mais na capacidade crítica que o debate nascido dos mesmos pode proporcionar ao nosso empreendimento. Como observado, o objetivo central da dissertação é comprovar como o arquivo em questão dissemina o protagonismo do ex-presidente Geisel em relação ao processo de restituição democrática no Brasil e, conseqüentemente, como essa leitura particular dos acontecimentos é transmitida à sociedade, influenciando-a em períodos históricos posteriores.

Porém, uma reflexão consistente sobre o arquivo Geisel, e o discurso disseminado pelo mesmo, só se torna possível a partir de sua apresentação ao leitor.

### **1.5. O arquivo pessoal de Ernesto Geisel**

O arquivo pessoal de Ernesto Geisel, a ser trabalhado nesta dissertação, está, como apontamos anteriormente, em depósito no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Na realidade, nosso objeto de análise é apenas uma parte dos documentos dispostos no arquivo, os classificados como EG pr 1978.00.00 e EG dc 1996.09.12. Esses papéis nos dão a conhecer, respectivamente, as interpretações de Geisel sobre o seu governo, e as considerações de terceiros sobre o ex-presidente, presentes em cartas de pêsames enviadas à família no momento de sua morte.

---

<sup>58</sup> BOURDIEU, Pierre. op.cit. 2006, p.187.

Antes de passarmos à análise mais profunda dos discursos, achamos conveniente apresentar algumas características do arquivo pessoal de Ernesto Geisel, assim como situar nossos leitores sobre o projeto institucional em que o mesmo foi inserido.

Por parte do CPDOC, o interesse pelo arquivo pessoal de Ernesto Geisel está relacionado a uma linha de pesquisa iniciada em 1991. O principal objetivo da mesma tratou-se do recolhimento, análise e produção de fontes sobre a participação dos militares na política brasileira pós-1964.

Assim, além dos arquivos pessoais doados por alguns militares, o CPDOC logrou reunir em seu acervo um extenso banco de entrevistas produzidas a partir da metodologia da história oral, com aproximadamente 250 horas de gravação, em que ex-chefes militares avaliam sua experiência na política e falam do que consideram problemático na vivência da instituição no período ditatorial. Mais ou menos 20 oficiais, que haviam ocupado destacadas posições durante o regime civil-militar (1964-1985), sobretudo nos órgãos de informação e repressão, deram seus depoimentos e contribuições, ao passo que as entrevistas foram editadas e transformaram-se nos livros: “Visões do golpe: a memória militar sobre 1964”<sup>59</sup>; “Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão”<sup>60</sup>; e “A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura”<sup>61</sup>; além de servirem de fontes para uma série de textos acadêmicos produzidos na casa, destacando-se a coletânea “21 anos de regime militar: balanços e perspectivas”.<sup>62</sup> A mesma linha de pesquisa originou, ainda, outros projetos como “1964 e o regime militar”, “O Estado durante o regime militar brasileiro, 1964-1985”, “Brasil em transição: um balanço do final do século XX” e “Democracia e Forças Armadas no Brasil e nos países do Cone Sul.”<sup>63</sup>

Observando o grandioso empreendimento realizado pelo CPDOC sobre a memória militar, contabilizando os inúmeros projetos nele inseridos, assim como as tantas fontes produzidas e disponibilizadas a partir do mesmo, encontramos a entrevista concedida por Ernesto Geisel, e seu riquíssimo arquivo, ocupando lugares de distinção.

---

<sup>59</sup> D'ARAUJO, Maria C.; SOARES, Ary Dillon; CASTRO, Celso (org). “Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.” Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. “Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.” Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. “A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura.” Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

<sup>62</sup> D'ARAUJO, Maria C.; SOARES, Ary Dillon (org). “21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.” Rio de Janeiro: FGV, 1994.

<sup>63</sup> Informações disponíveis em [www.fgv.com.br/cpdoc](http://www.fgv.com.br/cpdoc)

Segundo os próprios pesquisadores da instituição, Celso Castro e Maria Celina D'Araújo: “A entrevista com Geisel foi muito mais longa que as demais. Dada a importância do entrevistado, decidimos que seu depoimento deveria ter a forma de uma história de vida, e não ser uma entrevista temática como as que vínhamos realizando.”<sup>64</sup>

Certamente, materiais de tal porte são sempre muito bem-vindos pelas instituições de memória. Nesse caso, além de celebrar o ineditismo, tratava-se do depoimento de um personagem considerado chave para a história do Brasil, comumente associado à mudança decisiva nos caminhos do regime ditatorial e à consolidação do processo de abertura democrática do país. Ou seja, um grandioso imaginário de poder que não deveria ser desperdiçado.

A insistência do CPDOC em estabelecer um diálogo com o ex-presidente<sup>65</sup> retrata o quão valiosa era considerada sua possível entrevista, afinal a operação logo se reverteria em capital simbólico e financeiro, a partir da valorização da instituição no mercado de bens culturais, composto por usuários de seu acervo, agências financiadoras, mas também por grandes empresas, dispostas a aumentar seus lucros - e, claro, a pagar por isso.

Como outros presidentes gerais, que preferiram manter íntimas as suas memórias, não registrando impressões ou maiores declarações ao longo da vida pública, Geisel ficou conhecido pelas constantes negativas às solicitações de depoimentos, por parte da imprensa e mesmo de historiadores. Essa “fama” começou a mudar - radicalmente, aliás - quando ele aceitou “contar” sua história, desde a infância, passando pela formação intelectual e profissional, funções na administração pública, no Exército, e principalmente na presidência da República, para os pesquisadores do CPDOC. No entanto, conforme já apontamos, o convencimento para a entrevista deu-se após um longo processo de conversas com D'Araújo e Castro, astutos em travar um contato inicial com o general Gustavo Moraes Rego Reis, ex-auxiliar e amigo íntimo de Geisel.

Segundo os pesquisadores, o general Moraes Rego foi um de seus primeiros entrevistados, contribuindo não apenas com os próprios depoimentos, mas também a partir da disponibilização de pistas sobre outros possíveis colaboradores. Quando Geisel tomou ciência das inúmeras entrevistas concedidas por seu companheiro ao CPDOC, mostrou-se curioso para saber o tom das perguntas, e a quê, mais claramente, serviriam.

---

<sup>64</sup> D'ARAÚJO, Maria C. e CASTRO, Celso. “Ernesto Geisel”. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.8.

<sup>65</sup> Segundo D' Araújo e Castro a negociação pela entrevista perdeu por anos. Ibid. p.7.

Moraes Rego não demorou em entregar a ele uma cópia de seu depoimento revisto e transcrito, o que, somado a muitos telefonemas, possibilitou o convencimento do ex-presidente em encontrar D'Araújo e Castro.<sup>66</sup>

O contato presencial veio no dia 3 de março de 1993, no gabinete de Geisel, na empresa em que trabalhava, a Norquisa, localizada na Praia de Botafogo, Rio de Janeiro. Nessa ocasião, firmou-se o compromisso em falar do passado, apesar de algumas exigências. A primeira delas era o sigilo das sessões: os encontros e o trabalho desenvolvido deveriam ser mantidos em segredo até o momento de sua conclusão. Geisel tinha o receio de que a concordância como uma entrevista de tão grande porte desencadeasse outros pedidos. Estabelecido o primeiro compromisso, seguiu-se a combinação do local das sessões, a Fundação Getúlio Vargas, e a garantia de que após a conclusão das transcrições, ele revisaria pessoalmente o texto.<sup>67</sup>

No dia 13 de julho de 1993 aconteceu, então, a primeira entrevista, que deu início a uma série de encontros do ex-presidente com os pesquisadores do CPDOC. Devido ao imenso cuidado, puderam evitar maiores especulações sobre as visitas de Geisel ao local, mas quando elas apareciam eram veementemente desmentidas. Desse modo, ao longo de um ano inteiro, pouquíssimas pessoas souberam o que se passava no salão nobre da FGV- aonde o acesso é restrito. Até que em agosto de 1994, o próprio Geisel contou a um jornalista da Gazeta Mercantil que realmente havia frequentado bastante o local, motivado por uma longa entrevista. Nessa época, a série principal de 19 sessões já estava pronta, sendo necessários mais ou menos 10 encontros posteriores para o recolhimento de algumas informações incompletas, e também para o acompanhamento do trabalho de revisão das transcrições, já no gabinete de Geisel na Norquisa.<sup>68</sup>

Segundo D'Araújo e Castro, Geisel alterou pouco o conteúdo de seus depoimentos, as correções ficaram, sobretudo, a cargo da forma. O que muito ficou explícito para os pesquisadores, porém, foi o empenho do general no trabalho com a entrevista, a qual dedicou muitas horas de seus momentos de folga, e duas revisões.

Com o encerramento dos depoimentos e todos os indícios de que ali existia a intenção de deixar um “legado de si” para a posteridade, vieram os impasses relacionados às possibilidades de publicação. Em janeiro de 1996, após negociação

---

<sup>66</sup> D'ARAUJO, Maria C. e CASTRO, Celso. op.cit.1998, p.8.

<sup>67</sup> D'ARAUJO, Maria C. e CASTRO, Celso. op.cit.1998, pp.8-9.

<sup>68</sup> Ibid. p.9.

delicada, Geisel acabou assinando o termo de cessão ao CPDOC, estabelecendo, contudo, a cláusula: “Fica vedada a publicação, sem autorização do depoente ou de seu representante legal”.<sup>69</sup>

O último encontro de Geisel com D’Araújo e Castro ocorreu no dia 7 de agosto de 1996, quando o ex-presidente já havia sido internado algumas vezes, devido ao avanço de um câncer. Durante a conversa falaram de temas genéricos, mas o ex-presidente procurou deixar implícito que sua família cuidaria dos trâmites para a liberação da entrevista, logo após sua morte.<sup>70</sup>

No meio das negociações, surgiu o assunto sobre o arquivo pessoal, que já era um tema pautado pelos pesquisadores desde que se aproximaram do titular. D’Araújo e Castro sabiam que se tratava de um material abundante e muito valioso, pois no ano de 1988 haviam tomado algum contato com a documentação por ocasião da organização de um guia sobre os acervos privados dos presidentes da República, feito pelo CPDOC. Na época, Geisel levou o arquivo de sua casa, em Teresópolis, para o Rio de Janeiro, para que durante dois dias pudesse ser analisado. Segundo contam D’Araújo e Castro “foi um exame sumário, apenas para ter uma ideia geral da documentação existente, mas logo ficou evidente que se tratava de material precioso.”<sup>71</sup>

Porém, foi durante o processo de entrevistas que Geisel acabou convencido sobre a doação de seu acervo privado, prometendo fazê-la ao CPDOC, também depois de sua morte. Com o falecimento do ex-presidente, em 12 de setembro de 1996, tanto os depoimentos como seu arquivo pessoal ficaram sob os cuidados de Amália Lucy, incumbida de tomar uma decisão sobre os destinos dos mesmos. Finalmente, após mais alguns trâmites e ponderações, Amália seguiu a vontade do pai, autorizou a publicação da entrevista<sup>72</sup> e, logo mais, entregou o arquivo à instituição.

O arquivo pessoal de Ernesto Geisel chegou ao CPDOC em 1998, dois anos após a morte do general. Em seguida, passou pelo processo de organização, segundo critérios da instituição de memória, sendo aberto à consulta pública no ano de 2002.<sup>73</sup>

---

<sup>69</sup> Ibid.p.10.

<sup>70</sup> D’ARAUJO, Maria C. e CASTRO, Celso. op.cit.1998, pp.8-9.

<sup>71</sup> D’ARAUJO, Maria C. e CASTRO, Celso. “Dossiê Geisel”. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.10.

<sup>72</sup> Os depoimentos foram publicados no livro “Ernesto Geisel”. D’ARAUJO, Maria C. e CASTRO, Celso. op.cit.1998.

<sup>73</sup> O Arquivo Geisel encontra-se a integralmente digitalizado, podendo ser consultado online no portal do CPDOC: <http://www.cpdoc.fgv.br>



Como sabemos, todos os papéis acumulados pelo ex-presidente estavam guardado no sítio de sua família, em Teresópolis, gerando a necessidade de o pessoal do CPDOC fazer inúmeras visitas ao local para melhor analisá-los, recolhê-los e transportá-los. Como se tratava de material bastante numeroso, Amália Lucy, ainda deu uma última ajuda, entregando ao centro de pesquisa uma série de documentos adicionais.<sup>74</sup>

D'Araújo e Castro contam, também, ter havido um grande esforço pela preservação da organização original do arquivo, apesar de algumas adaptações. Ao chegarem à instituição de guarda, os documentos textuais<sup>75</sup> que somam aproximadamente 4.000 - em sua maioria classificados como “confidenciais”- foram divididos em cinco diferentes séries: “Documentos Pessoais”, “Antes da Presidência”, “Presidência da República”, “Depois da Presidência” e “Documentos Complementares”; e cada série subdividida em dossiês temáticos. A série “Presidência da República” é, sem dúvida, a maior das cinco, agregando cerca de 80% da totalidade dos documentos textuais.

Ao nos depararmos com o arquivo de Geisel, a sensação é de que o mesmo cobre praticamente todas as questões nacionais que dependiam da decisão presidencial. Privilegiam-se no conjunto de documentos aqueles que mostram Geisel no processo de tomada de decisões políticas - inclusive, muitos desses contêm comentários e anotações feitos pelo ex-presidente. Como a organização prévia dos papéis referentes ao período da presidência da República separava-os por ministérios, o material acumulado agrega, ainda, despachos diretos de quase todos os ministros com Geisel incluindo a pauta dos assuntos a serem tratados, além de lembretes e informes. No entanto, uma série de indícios presentes nessa documentação mostra que todos os despachos deveriam estar acompanhados de anexos - desenvolvendo os temas a serem tratados - porém, a maior parte dos anexos foi descartada nos processos de acumulação ou organização, restando apenas sinalizações dos tópicos a serem discutidos.

Heitor Aquino Ferreira, secretário da Presidência da República à época do governo Geisel, e responsável, em um primeiro momento, por gerenciar o arquivo do mesmo, justificou algumas dessas faltas pela não organicidade dos ex-ministros de

---

<sup>74</sup> D'ARAÚJO, Maria C. e CASTRO, Celso. op.cit. 2002.

<sup>75</sup> Além dos documentos textuais, o arquivo possui 8.000 documentos audiovisuais (principalmente fotografias).

Geisel no trabalho com anexos: “O ministro do Exército, Silvio Frota, por exemplo, não levaria qualquer documento para os despachos.”<sup>76</sup>

Para nós, essa constatação serve de exemplo para um primeiro cuidado ao lidarmos com os arquivos pessoais: os papéis acumulados nesses conjuntos documentais não reconstituem toda a trajetória do titular. Como pesquisadores, devemos problematizar constantemente as ideias de autossuficiência e naturalidade dos arquivos, transportando para nossos esforços analíticos reflexões sobre os limites de constituição dos mesmos, uma vez que abrigam processos seletivos contraditórios, mas mesmo assim, determinantes para a escolha do que será ou não preservado.

Além das lacunas e silêncios, o arquivo pessoal de Ernesto Geisel também abriga excessos: o arquivo, sem dúvida, reflete uma vontade de “guardar”, revelando interesses, participações, rotinas, contatos. Esses elementos podem estar presentes no detalhe de um único documento, como na recorrência de um tema no interior do conjunto documental.<sup>77</sup> Certamente, não foi por acaso o fato de Ernesto Geisel ter sido o único presidente da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) a doar uma quantidade tão grandiosa de documentos, permitindo que esses fossem abertos ao público. Os registros de sua posse, as sugestões recebidas para o seu governo, seus discursos pela vontade de promover a abertura política no Brasil, as tantas homenagens, elogios e títulos recebidos, as dificuldades em lidar com os políticos da *linha dura*, as inúmeras correspondências enviadas à família pela ocasião de sua morte, de certa forma, apresentam Geisel à sociedade; e devem sugerir ao pesquisador, ao menos, uma lógica particular - sua e dos seus - na orientação do que foi guardado e levado a público.

Sobre a classificação do acervo de Geisel como um arquivo pessoal, que teoricamente deveria reunir documentos de natureza privada, encontramos outra grande contradição. É facilmente identificável o status público da maior parte dos papéis acumulados por Ernesto Geisel e disponibilizados pelo CPDOC, que registram reuniões do ex-presidente e ministros - ocupantes de cargos públicos -; relatórios produzidos no âmbito da administração pública; decisões do governo sobre questões nacionais; etc. Mesmo seguindo uma tendência recente, aonde documentos públicos aparecem cada vez mais inseridos nos arquivos pessoais dos homens públicos, cabe uma reflexão

---

<sup>76</sup> D'ARAUJO, Maria C. e CASTRO, Celso. op.cit.2002.p.11.

<sup>77</sup> HEYMANN, Luciana. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 19, 1997.

crítica sobre a privatização desses papéis, que representam interesses de toda a população, e acabam sob a custódia daqueles que se intuem seus donos. Talvez ainda mais sério seja o fato de nosso país não apresentar uma política comprometida com o recolhimento e o trato de documentos tão valiosos para sua história, de modo que esses, depois de privatizados pelos “homens de governo”, acabem em instituições privadas de memória. Mesmo quando reconhecida a seriedade de algumas delas, como no caso do CPDOC, inegavelmente aumentam seus lucros com o “mercado da história”, não raro com documentos públicos, e ajudam a aumentar a produtividade e os lucros de seus clientes, leia-se, outras empresas, sejam elas privadas ou públicas.

Vale informar que parte substancial dos documentos que compõem o arquivo Geisel já foi submetida a um exame por pesquisadores do CPDOC, vinculados ao projeto “Brasil em transição: um balanço do final do século XX”, o que resultou no livro Dossiê Geisel. Nesse livro, priorizaram-se questões referentes a assuntos políticos do governo, segundo a familiaridade dos autores, e também, por serem os assuntos mais recorrentes no material doado. Os dossiês analisados foram os do ministério da justiça por Maria Celina D’Araújo, da Fazenda por Carlos Eduardo Sarmiento e Verena Alberti, das Relações Exteriores por Letícia Pinheiro, da Educação por Helena Bomeny, da Previdência e do Trabalho, os dois por Angela de Castro Gomes, e das comunicações por Alzira Alves Abreu. Também consta um artigo de autoria de Marieta Moraes, que elabora uma análise sobre a fusão do Rio de Janeiro e Estado da Guanabara, a partir de documentos presentes nos dossiês do Ministério da Justiça e do SNI. Ao final do livro encontra-se um anexo com uma pequena seleção de documentos citados pelos autores, que dão uma ideia da diversidade do conjunto documental. Examinando aproximadamente a metade dos documentos que compõem a série “Presidência da República”, Dossiê Geisel é certamente o primeiro trabalho capaz de auxiliar pesquisadores, que assim como eu, desejam se “infiltrar” e conhecer um arquivo tão importante, devendo, nesse sentido, ser muito comemorado.

## Capítulo 2

### **A abertura política de Geisel: na prática a teoria é outra.**

**Seja como for, que os leitores se tranquilizem: este Narciso que hoje se contempla na água desfará amanhã, com sua própria mão, a imagem que o contempla.**

**José Saramago**

A proposta do capítulo que aqui se inicia é confrontar a interpretação pessoal do ex-presidente Geisel sobre o próprio governo - já que os documentos que escolhemos para trabalhar são justamente os escritos do general sobre os processos ocorridos durante sua permanência na chefia do Estado (1974 – 1979), disponibilizados em seu arquivo pessoal - com interpretações historiográficas acerca do mesmo período, procurando entender as contradições dos discursos publicizados no arquivo à luz da análise de importantes variáveis, diretamente relacionadas ao encaminhamento da distensão política no Brasil, como os contextos político e socioeconômico do momento. Afinal, como nos lembra o historiador **Ciro Flamarion Cardoso**:

As atividades sociais que se refletem nos discursos não são em si, predominantemente discursivas, não se esgotam na ‘discursividade’. Não basta aludir ao aspecto prático dos discursos: é preciso, para compreender cabalmente tais discursos, abordar as próprias práticas sociais de todos os tipos - e não só as ideológicas. (...) Ora, a emergência, numa sociedade, de um enunciado, de um costume, de uma experiência, num momento dado – o fato de que alguma coisa destas aconteça – depende do jogo complexo das condições econômico-sociais, políticas, ideológicas diversas, depende, ainda, do estado de tudo isto naquele momento; e da incidência dos indivíduos e do acaso. (...) Na realidade, a história não é uma articulação sistemática de sistemas de articulação, e sim, depende do jogo efetivo das forças e contradições presentes e atuantes no todo social.<sup>78</sup>

## 2.1. Que transição?

Ao longo do século XX, observamos uma série de países da Europa e América Latina em que se firmaram no poder regimes de exceção.<sup>79</sup> Com suas transições democráticas, não raro, surgiram uma gama de estudos dispostos a debater as especificidades desses processos que, súbita ou paulatinamente, vão superando a configuração dos governos autoritários estabelecidos nas décadas anteriores.<sup>80</sup>

Como bem resume Denise Rollemberg, o debate historiográfico no Brasil pós-redemocratização vem apresentando três eixos interpretativos para o nosso particular processo de transição política:

<sup>78</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. “Uma ‘Nova História?’”. In: *Ensaio Racionalistas, Filosofia, Ciências Naturais e História*. Rio de Janeiro: Editora Campos. 1988. p. 111.

<sup>79</sup> São países da América Latina marcados por regimes autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Peru, Bolívia, Venezuela Guatemala, República Dominicana, El Salvador, entre outros.

<sup>80</sup> Ver, por exemplo, COLLIER, David. “O novo autoritarismo na América Latina”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; O’DONNELL, Guilherme. “Contrapontos: autoritarismo e democratização”. São Paulo: Vértice, 1986; O’DONNELL, Guilherme. “Transições do regime autoritário, primeiras conclusões”. São Paulo: Vértice, 1988. O’DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe. “Transições do regime autoritário: América Latina.” São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988; O’DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe. “Transições do regime autoritário: Sul da Europa”. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988; MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, José Augusto Guillon. “Dilemas da Consolidação da Democracia” São Paulo, Paz e Terra, 1989. WEFFORT, Francisco “Qual democracia?”, São Paulo, Companhia das Letras, 1992; RAMOS, Dirceo Torrecillas. “Autoritarismo e democracia”: o exemplo constitucional espanhol. São Paulo: Madras, 1998; LINS, Juan; STEPHAN, Alfred. “A Transição e Consolidação da Democracia”, São Paulo, Paz e Terra, 1999.

Um primeiro busca enfatizar o papel dos movimentos sociais de oposição e/ou de resistência democrática, que teriam sido decisivos na chamada crise da ditadura e na volta dos militares aos quartéis. (...) Uma segunda linha interpretativa vê o processo de uma forma mais complexa e sofisticada. Aqui, se procurou melhor compreender as diferenças entre militares, jamais monolíticos, presentes na clássica alternância entre linha dura e linha moderada. Nessa interpretação, valorizou-se bem mais o peso da linha dura, ou seja, dos segmentos militares contrários à abertura, encastelados na chamada comunidade de informação e nos órgãos da polícia política fortalecidos nos governos anteriores, influenciando o ritmo do processo. Ainda assim, os movimentos de oposição e resistência democrática têm posição de destaque.(...) Uma terceira linha, ainda que veja os movimentos sociais de oposição e resistência democrática atuando ao longo do período, procura explicar a transição centrado-se nos conflitos *dentro da* corporação militar, nas disputas entre projetos rivais alternativos e excludentes. Nesta interpretação, enfatizam-se as muitas continuidades mesmo após a conclusão do processo. Ao voltarem aos quartéis, os militares passavam o poder para civis, sim, mas civis que, nas décadas anteriores, estiveram comprometidos com posições não muito diferentes das defendidas pelos militares, muitos, inclusive, políticos da velha Arena.<sup>81</sup>

Cabe dizer que a terceira linha de interpretação, que enxerga a transição democrática brasileira como uma “transição pela transação”<sup>82</sup>, tem sido a mais privilegiada nas análises recentes sobre o assunto. As principais características apontadas para esse tipo de transição são tanto a morosidade das reformas “democratizantes”; como o peso central do grupo político dominante na articulação das regras para a transição, o que resultaria em poucas mudanças na ordem política do país.<sup>83</sup> Diferentemente da “transição por colapso” e da “transição por retirada”, a “transição pela transação” não levaria a uma quebra brusca do regime em curso. Pela análise baseada nesse modelo, o Brasil inicia a partir do governo Geisel e do anúncio da

---

<sup>81</sup> ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964 – 1974). In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT Samantha (org.). “A *Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 100-101.

<sup>82</sup> Ver SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. op.cit.1986.

<sup>83</sup> Ver SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. “Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha”. In: *Dados*, vol. 29, n° 2, 1986, pp. 207-236.

“lenta, gradual e segura” abertura política uma transição pela transação, que se prolongou por enorme tempo, e garantiu inúmeras continuidades na conformação política do país.

Desse modo, a lógica empreendida com a distensão era viabilizar certo afastamento das Forças Armadas da administração direta garantindo, porém, o poder da aliança de dominação componente das estruturas do Estado. Vale ressaltar que apesar de considerarmos a hipótese da “transição pela transação” - enxergando o cálculo dos militares por um particular projeto distensionista, capaz de alargar sua permanência no poder e garantir algumas de suas regras e ambições para o futuro político do país - não corroboramos integralmente com ela. Concordando com Francisco Carlos Teixeira, em nossa opinião a transição não se deu sem embates, pressões e contrapressões.<sup>84</sup> Os muitos conflitos existentes na sociedade, assim como os tantos setores que se mantiveram organizados pelo fim da ditadura, foram responsáveis por uma sensível diferenciação entre o projeto inicial de abertura política e os acontecimentos ocorridos ao longo do processo.<sup>85</sup> Portanto, se a transição se deu por uma transação, ela não aconteceu exatamente como pretendiam seus idealizadores. O processo deve ser entendido por sua dinamização: a partir de um projeto de transição limitado, se desenham transformações significativas no curso do processo deflagrado. Conforme Alessandra Carvalho:

a intensificação das pressões advindas da sociedade, na direção de uma maior abertura, e novas concessões por parte do Estado (...) coloca novos elementos em cena e obriga os atores políticos a ‘recalcularem’ suas estratégias, movimento que assume enorme importância para os rumos da redemocratização.<sup>86</sup>

Assim, as reivindicações populares, a formação de novos partidos, organizações alternativas de contestação aumentavam, ao passo da fissura do bloco no poder, desencadeando novos caminhos e perspectivas para a abertura política. Por outro lado, é

---

<sup>84</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: vol 4 o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>85</sup> Ver DINIZ, Eli. “A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura. In: *Revista Dados* vol 28 nº3, 1985.

<sup>86</sup> CARVALHO, Alessandra. “Do autoritarismo à democracia. Um estudo dos processos de transição no Brasil (1945-1984).”, Rio de Janeiro, 2000. p.37.

inegável admitirmos uma “vitória” parcial na estratégia dos militares que, não por acaso, mantiveram-se no controle de boa parte de um processo de transição tão longo, e puderam alavancar inúmeras concessões no futuro político do país a partir de alianças e consensos com integrantes de um conjunto de forças mais amplo, inclusive muitos não-militares que estiveram na origem do movimento de 1964 e retornavam no momento de sua liberalização.

Paralelamente ao entendimento do peso momentâneo dos atores envolvidos no nosso processo de transição, tanto dos dirigentes do governo civil-militar, quanto de sua oposição, devemos questionar alguns limites próprios às análises que trabalham apenas com essas estratégias/ações de curto prazo para explicar os processos de transição. Concordando com José Álvaro Moisés, consideramos válida a ampliação das análises da transição próprias da primeira geração de estudos sobre o tema, para que sejam também contempladas características que reflitam os fatores de longo prazo e as tradições, que marcam a história de nosso país.

Segundo Moisés:

A ‘incerteza’ típica das transições ocupou um lugar de destaque nas interpretações mais conhecidas da democratização. A sua centralidade é tão grande, em boa parte dos estudos, que acabou por convertê-la em uma espécie de categoria analítica per se, de natureza quase auto-explicativa. Isso transparece claramente na orientação teórica da primeira geração de estudos da transição — isto é, no influente conjunto de estudos publicados sob a direção de O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1986), bem como naquela que foi a sua principal fonte de inspiração, o artigo seminal de D. Rustow que concentrou parte substancial da sua reflexão sobre o efeito das ‘incertezas’ nas situações de ‘interação estratégica’. (...) Mesmo admitindo que as condições em que ocorrem as transições são limitadas, em muitos aspectos, essa literatura considerou que o resultado final dos processos de mudança dependeria, basicamente, da capacidade dos atores ‘relevantes’ de maximizarem as oportunidades contingenciais através de suas decisões.<sup>87</sup>

Mesmo que as reflexões baseadas nos aspectos conjunturais da política tragam questões valiosas para a compreensão da dinâmica interna dos processos de transição,

---

<sup>87</sup> MOISÉS, José Álvaro. “Entre a Incerteza e a Tradição Política: uma crítica da primeira geração de estudos da transição.” In: *Novos Estudos*, nº40, Novembro, 1994. p.89.



abertos com as crises dos regimes antidemocráticos, uma ênfase excessiva na indeterminação das escolhas dos atores acaba excluindo dos modelos analíticos as variáveis que se referem aos legados tradicionais, fundamentais para entendermos o que reveste essas atitudes e comportamentos políticos específicos.

Assim, ao lado dos fatores inesperados e cambiantes que compuseram a dinâmica dos processos políticos em curso no Brasil a partir do anúncio da abertura “lenta, gradual e segura”, devemos considerar a importância dos elementos de longa duração. Para entendermos os acontecimentos daquele momento, assim como a própria transição, devemos enxergá-los não apenas como uma sucessão de incertezas, ou escolhas aleatórias frente a uma situação contingencial. Além das exigências “momentâneas”, estruturas dotadas de certa estabilidade, forjadas pelas tradições políticas e culturais, e pelo sistema econômico em curso são vetores fundamentais para compreendermos a chamada abertura política no Brasil, e as direções e diretrizes políticas postas em práticas a partir de então.

sem descuidar das ‘oportunidades’ de inovação oferecidas pelas condições de curto prazo (por exemplo, os gestos que contam para a redefinição de identidades políticas), englobe também os efeitos gerados por fatores de médio e longo prazos. Quando os atores decidem politicamente, (...) eles não agem como se estivessem no vazio, fazendo solitariamente as suas escolhas; o contexto de sua ação é permeado pelas mediações impostas pela vida social, o grupo, a classe, a identidade, o mercado, etc, e essas mediações não são vazias, mas carregada de sentido ou conteúdo político cultural.<sup>88</sup>

## **2.2. A liberalização política do governo Geisel e os traços das tradições.**

Pesquisas sobre experiências de transição política, dedicadas especialmente aos casos do Cone Sul da América do Sul e do Sul da Europa<sup>89</sup>, trataram de demonstrar-nos as singularidades do Brasil quando comparado a outros processos autoritários, passados em cronologias semelhantes; essas singularidades demandam algum destaque quando

---

<sup>88</sup> MOISÉS, José Álvaro. “Crise Política e Democracia: a transição difícil”. In: *Revista de Cultura e Política*. Agosto/outubro, 1980. p. 27.

<sup>89</sup> Ver O'DONNELL, G; SCHMITTER, P.C. e WHITEHEAD, L. “*Transitions from authoritarian rule.*” Londres: *The Johns Hopkins University Press*, 1986.

preocupamo-nos com o peso das variáveis de longo prazo em nossos processos de distensão e transição para a democracia. Se pensarmos nas instituições políticas mantidas pelo governo civil-militar, e no modelo de desenvolvimento econômico por ele operado, precipitarão certamente traços de consolidadas tradições, construídas ao longo de nossa cultura política. Segundo Rodrigo Motta a existência de uma cultura política só se torna possível se estruturada e reproduzida ao longo do tempo, pois o conceito reside exatamente em entender como certos comportamentos políticos são influenciados por elementos arraigados na cultura de um grupo; ou como ações políticas podem ser determinadas pela força de símbolos e das tradições.<sup>90</sup>

Após o golpe civil-militar de 1964, instaurou-se no país um regime autoritário. Entretanto, uma das peculiaridades características da experiência autoritária brasileira refere-se à manutenção de certos mecanismos próprios de uma democracia representativa, mesmo que “maquiados” e mantidos sob tutela dos militares.

O Congresso e o Judiciário continuaram em funcionamento, a despeito de terem seus poderes drasticamente reduzidos e de vários de seus membros serem expurgados; manteve-se a alternância na presidência da República; permaneceram as eleições periódicas, embora mantidas sob controles de várias naturezas; e os partidos políticos continuaram em funcionamento, apesar de a atividade partidária ser drasticamente limitada. Em síntese, era um arranjo que combinava traços característicos de um regime militar autoritário com outros típicos de um regime democrático. (...) o fato é que o estabelecimento desse arranjo político híbrido teve grande impacto na maneira como se deu a transição brasileira.<sup>91</sup>

Assim, podemos afirmar que a longa duração, e o desenvolvimento errático da fase de transição política relacionam-se, de certa forma, à manutenção, ainda que de maneira distorcida, de algumas práticas consideradas democráticas, como as eleições periódicas, o funcionamento do Congresso e o revezamento no cargo de presidente da nação. O uso do pleito eleitoral, como meio institucional privilegiado para a transição, acabou por desenhar no imaginário político do Brasil uma ideia de normalização do processo quando esse ainda se mantinha controlado pelas regras dos dirigentes

---

<sup>90</sup> MOTTA, Rodrigo Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: Rodrigo Sá Motta. *Culturas políticas na História: novos estudos*. BH: Argumentum, 2009.

<sup>91</sup> KINZO, Maria D'alva Gil. “A Democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição”. In: *São Paulo em Perspectiva*. Vol.15, nº 4, São Paulo, 2011, p.4.

autoritários. Segundo Bolívar Lamounier, essas regras acabaram sendo naturalizadas pelos agentes políticos do período, influenciando tanto as suas avaliações, como as suas estratégias para lidar com o momento singular pelo qual o país atravessava.<sup>92</sup> Também para Renato Lessa:

Esse fator 'tempo' revelou-se fundamental para o alargamento progressivo do setor moderado da oposição e daquele reformista do regime. Nesse sentido, a perda de controle sobre a transição, ao final da presidência Figueiredo, significou a autonomização da lógica do processo, originado por uma estratégia voluntarista dos dirigentes do regime e modelado pelas características mais tradicionais da vida política brasileira: uma "práxis autoritária associada a uma lógica liberal", a centralidade política dos militares e a tradição de conciliação "pelo alto" das elites políticas.<sup>93</sup>

Da mesma forma, entendemos que a escolha pela manutenção da política econômica, que pautou o Estado brasileiro desde a década de 1930 - em torno de um projeto desenvolvimentista organizado a partir de uma aliança com os mais diversificados setores das classes proprietárias, desde as oligarquias agro-mercantis, até a burguesia industrial -, assim como a retórica do controle mais rigoroso sobre os aparelhos repressivos, foram fatores capazes de influenciar de maneira significativa os rumos da transição política no Brasil.

Alusões às tradições de um passado democrático e do engajamento pela manutenção do crescimento econômico, suscitadas por meio de medidas "liberalizantes" e dos ideais desenvolvimentistas, revelou-se uma sinalização bem aceita por parcelas significativas da sociedade, possibilitando o alargamento do período de distensão, assim como o aumento do potencial de inserção dos dirigentes do regime civil-militar nos caminhos políticos do país, tanto durante o período de transição, como no posterior regime democrático. Devido a tal hipótese, analisaremos a maneira como as já referidas variáveis - o fortalecimento do governo sobre a corporação militar, sobretudo diante dos órgãos ligados à repressão; a valorização do pleito eleitoral; e a opção de enfrentamento da crise econômica com o ajuste pelo crescimento - foram abordadas no arquivo pessoal

---

<sup>92</sup> LAMOUNIER, Bolívar. "O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira. 1974-1982." In: STEPAN, Alfred (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>93</sup> LESSA, Renato. "Reflexões sobre a gênese de uma democracia banal". In: DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. (org.) *Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 87.

do ex-presidente Geisel, possibilitando a extensão do consenso sobre o regime, que por ora esteve desacreditado.

### **2.3. O fim do aparato repressivo?**

Ernesto Geisel tomou posse como presidente do Brasil em 15 de março de 1974. Sucessor de Emílio Médici, Geisel assumiu a presidência em uma conjuntura de recrudescimento dos arbítrios - principalmente após o Ato Institucional nº 5 - que fez inflar o movimento de oposição.

Por outro lado, era pressionado a encontrar uma solução positiva frente à crise energética mundial, que ameaçava um dos mais eficientes pilares de propaganda governamental: o crescimento conseguido com o chamado “milagre econômico”.

Entendendo o momento delicado pelo qual passava o regime civil-militar que viria a dirigir, Geisel iniciou seu mandato defendendo novos paradigmas para o mesmo. O general destacou-se na cena pública pelo discurso de flexibilização dos moldes autoritários que passaram a predominar nos governos anteriores, o que, segundo ele, levaria, naturalmente, a uma lenta, gradual e segura abertura política:

A nossa Revolução é democrática. A minha intenção é preparar, sem precipitação, sem queimar etapas, o caminho que nos leve ao aperfeiçoamento democrático, no contexto de um processo lento, gradual e seguro.<sup>94</sup>

O período que se seguiu a partir da posse de Ernesto Geisel combinou, porém, avanços e retrocessos, revelando ambiguidades das mais variadas naturezas sobre o caráter de seu governo.

Conforme coloca Aloysio de Carvalho, desde meados do mandato de Médici, os dirigentes militares encontravam-se imersos em um debate profundo sobre o modelo político a ser defendido a partir da sucessão presidencial.<sup>95</sup> Sobretudo, precipitavam divergências quanto ao nível de intervenção das Forças Armadas no Estado. Por conta de um histórico de discussão baseado na segurança nacional (que tratava principalmente do combate à “subversão”), acabou se fortalecendo um grande campo que,

---

<sup>94</sup>GEISEL, Ernesto. Discurso disponível In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos1-/1974>

<sup>95</sup>CARVALHO, Aloysio de. “Os militares na liberalização do regime autoritário brasileiro (1974-1985)”. Rio de Janeiro, 2010. Disponível In: <http://www.lemp.historia.ufrj.br>

simplesmente, não questionava a continuidade da instituição militar na gerência do Estado.

Durante um seminário organizado na Escola Superior de Guerra (ESG), o então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, foi um dos representantes daqueles que advogaram pela manutenção do AI-5. Devido à grande dificuldade de inserção do AI-5 na Constituição, Buzaid justificou a necessidade de permanecerem tanto a ordem constitucional como a institucional. Para ele, o cenário do país refletia um contentamento com os governos militares, e a Constituição “revolucionária” era responsável por introduzir no Brasil um regime democrático.<sup>96</sup>

Já Milton Campos, ex-ministro de Castelo Branco, reforçou sua conhecida opinião pela proposta divergente, criticando a deturpação dos princípios fundadores da “revolução”. Para ele, o processo da “revolução” deveria ser passageiro, somente para restaurar a “ordem”, diferentemente da ideia de “revolução”, essa sim permanente.<sup>97</sup>

O fato de a ordem jurídica institucional ter sobreposto a ordem constitucional, com a implantação do AI-5 em 1968, e, ainda, a Constituição de 1967 ter sofrido alterações em 1969, pela disposição de ampliar a noção de segurança nacional, geraria muitos questionamentos. O aumento do aparato repressivo, e as volumosas críticas a tal conduta, deflagraram conflitos estratégicos entre os agentes do Estado que defendiam a continuidade do AI-5, e aqueles favoráveis a sua extinção.

Decorrente de tal situação, a sucessão de Médici foi prioritariamente debatida a partir da oposição entre a continuidade de um regime politicamente fechado, ou da manutenção do regime a partir de novos parâmetros, sobretudo da revisão dos níveis de arbítrios cometidos. Em suma, alguns dirigentes se mostraram convencidos sobre a necessidade do alargamento dos mecanismos eleitorais e partidários, responsáveis pela legitimidade dos regimes políticos democráticos em todo o mundo, e por uma maior discricão da atuação dos órgãos de segurança.

Como podemos observar em nota publicada pela imprensa da época, o debate protagonizado na instituição militar começava a repercutir para além de seus limites, e traçava prognósticos otimistas em relação ao futuro do regime:

---

<sup>96</sup> Discurso de Alfredo Buzaid, sobre a conjuntura política nacional – proferido na Escola Superior de Guerra no dia 2 de junho de 1972, citado por CARVALHO, Aloysio de. *Ibid*

<sup>97</sup> Declaração, Diário do Congresso Nacional (Seção III), novembro de 1969, Sábado 8 – 0271. Citado por CARVALHO, Aloysio. *Ibid*.

No seio do governo, o tema descompressão continua a ser estudado. Recentemente um trabalho do professor Manoel Ferreira, ex-secretário do Ministério da Justiça, tentou penetrar no segredo da esfinge: deveria o AI-5 ser revogado. Gradual ou inteiramente? (...) Tudo leva a crer que persiste dentro do governo uma orientação antigradualista, prevalecendo o pensamento de que quando o AI-5 for objeto de revogação, isso virá como uma decisão abrangente de todo o seu texto, e não apenas uma de suas partes. O bom entendedor poderá deduzir que o AI-5 ficará em vigor até 1974, pelo menos.<sup>98</sup>

Porém, apesar de a aliança vitoriosa, defensora do nome de Ernesto Geisel para a Presidência da República, diferenciar-se da facção derrotada, sobretudo, pela opinião contrária à manutenção da instituição militar na gerência do Estado como função permanente, podemos dizer que essa também lidava com o exercício do poder de maneira autoritária.

Elio Gaspari<sup>99</sup>, no entanto, influenciado pelos próprios militares - e contribuindo para o enquadramento da memória coletiva - é um dos muitos autores que compactua com a divisão da organização militar em grupos hegemônicos e divergentes a que chama *castelistas* e linha dura. Assim, define a posse de Ernesto Geisel, em 1974, como um retorno dos *castelistas* ao poder. Norteados pela necessidade de reconduzir o país à democracia, o governo Geisel representaria a continuação do projeto de Castelo Branco para a abertura política, que ora fora interrompido pela linha dura - adepta da repressão e das perseguições políticas - na figura de Costa e Silva.

Como poderemos observar, essa interpretação reproduz os discursos de Geisel que apresenta, como compromisso fundamental de seu governo, o desvio dos descaminhos que foram se abatendo sobre o regime militar, através da retomada da ideia base da “Revolução de 64” que, segundo ele, primava pela devolução do país ao rumo da liberdade:

Convém recordar que a Revolução de 1964 foi, em seu início, um movimento impetuoso de repúdio, pela maioria esmagadora do povo, às práticas subversivas e corruptas que conjugadas ameaçavam a Nação da derrocada e

<sup>98</sup> Tudo Igual até 1974? Revista Visão, 15.1.1973. CRUZ, Sebastião C. Velasco e MARTINS, Carlos Estevão. De Castelo a Figueiredo. Uma incursão na pré-história da abertura. In :SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.62.

<sup>99</sup> GASPARI, Elio. “A ditadura encurralada”. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

do caos. Era natural, pois, que se desse relevo máximo ao combate premente contra a subversão e à luta ferrenha contra a corrupção avassaladora. Tais instrumentos, de natureza tática, estavam inseridos numa estratégia ainda difusa, de revitalização democrática, do fortalecimento do potencial nacional e da melhoria do padrão de vida de uma população realmente esquecida, até então, pelas classes dirigentes. Assim, aquelas táticas, em real vazio estratégico, fizeram-se dominante e conduziram-se sem uma direção definida, sem objetivos bem determinados. (...)

A concepção inicial da Revolução, traduzida em atitude tática - contra a corrupção e contra a subversão - foi, progressivamente, absorvida por uma doutrina mais construtiva, de nível estratégico, expressa no lema “desenvolvimento e segurança” e que, verdadeiramente, tem norteado a ação do nosso governo revolucionário. Em decorrência, estabelecemos nossos grandes objetivos nacionais: a realização da democracia representativa e sua modernização institucional; o desenvolvimento econômico e a transformação social, que propiciem a paz social; a soberania nacional; a integração nacional; (...) Incorporar a essência da doutrina preconizada é assim, consagrar efetivamente a identidade ideológica que vincula o Partido Renovador e o Governo, um ao outro, sob a égide da Revolução. É à juventude que devemos apresentar alternativas válidas e bem delineadas para esse duro combate que é a vida de um povo, com vistas à conciliação da ordem com o progresso, do desenvolvimento máximo com a mínima segurança indispensável, da amplitude mais liberal de franquias individuais (...) Nosso Programa proclama que a realização da democracia tem por fim último a construção de uma sociedade livre, justa, soberana e progressista.<sup>100</sup>

Da mesma maneira, Eliezer de Oliveira percebe a ação da cúpula política que permeou o governo Geisel - “o grupo dos castelistas” - como uma atitude de resistência interna à manutenção do autoritarismo; para ele, esse grupo sempre combateu o endurecimento do regime.<sup>101</sup> O encaminhamento de tais interpretações apresenta Geisel como responsável por afastar a linha dura do poder, e restaurar o papel cívico e desejado que vieram cumprir os militares no comando do país.

---

<sup>100</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00. Discurso no Palácio do Itamaraty em 5/08/1975.

<sup>101</sup> Ver OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. “Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)”. Petrópolis: Vozes, 1994.

Ponderando de maneira muito mais complexa os meandros do jogo político constituído no interior das forças armadas, trabalhos um pouco mais recentes <sup>102</sup> têm conseguido desconstruir de maneira bastante exitosa a representação corriqueira que se acostumou a enxergar castelistas e duros a partir de uma lógica binária. Tais produções trazem à tona “a diversidade de projetos e práticas políticas, a flutuação das correntes e a inaniidade da ideia de uma facção coerente e contínua ao longo dos anos.” <sup>103</sup>

O historiador Carlos Fico também rebate a simplificação apresentada na maioria das análises dicotômicas entre linha dura versus *castelistas*. Segundo ele, o projeto repressivo baseado numa “operação limpeza” esteve presente desde os primeiros momentos do golpe. Para Fico, o AI-5 não inaugurou a violência:

O AI-5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da metáfora que sustenta “o golpe dentro do golpe”. Trata-se de reafirmar a importância como projeto, do que se pode chamar de “utopia autoritária”, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, subversão, corrupção) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental cristã”. <sup>104</sup>

Deste modo, entendemos o governo Geisel: não pelo enquadramento na convencional identidade *castelista* - ou empenhado pela redemocratização do Brasil - mas a partir de múltiplas influências que o impulsionaram a tomar atitudes para tornar o regime militar mais consensual entre a sociedade. Ou seja, a chamada distensão política pretendia garantir reformas liberalizantes e de grande apelo, de modo que a imagem do Estado arbitrário fosse paulatinamente superada.

---

<sup>102</sup> Para uma reflexão mais consistente sobre os questionamentos da oposição entre linha dura e castelistas, ver: MARTINS FILHO, João Roberto. O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura. 1964-1969. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996. MARTINS FILHO, João Roberto, “A educação dos golpistas: as idéias que fizeram a cabeça dos militares nos anos 60 .” Comunicado no Simpósio “The Cultures of Dictatorship: Historical Reflections on the Brazilian Golpe of 1964”, University of Maryland, outubro de 2004. Disponível In: [www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc](http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc); CHIRIO, Maud. “A ‘primeira linha dura’ do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70”, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível In: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299002212\\_ARQUIVO\\_MChirio-LinhaDura.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299002212_ARQUIVO_MChirio-LinhaDura.pdf)

<sup>103</sup> CHIRIO, Maud, op. cit, 2011.

<sup>104</sup> FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre a ditadura militar”. São Paulo: Revista Brasileira de História Oral, nº47, v. 24, 2004. p.34.



Como sabemos, o golpe de Estado de 1964 teve como base a Doutrina de Segurança Nacional, que tratou de reduzir a ilegalidade cometida à medida para restaurar a paz e a ordem. Segundo os princípios de tal doutrina, as corporações militares e seus valores ligados à disciplina e à hierarquia são o exemplo no qual deve se espelhar a sociedade para se organizar, de modo a integrar toda a nação. Enrique Padrós esclarece que na Doutrina de Segurança Nacional:

Qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificado como nocivo aos interesses da ‘nação’ e, portando deve ser combatido como tal.<sup>105</sup>

Assim, os conflitos sociais são colocados como ameaças à segurança interna e ao desenvolvimento nacional, ao passo que as Forças Armadas, representantes dos “interesses da nação”, têm o dever de intervenção quando for o caso de “salvação do Estado”.

Em um ambiente de instabilidade política, duras críticas aos sucessivos governos militares, e a obsessão dos mesmos pelo combate à “subversão”, - dada a conjuntura mundial de Guerra Fria e a paulatina organização dos movimentos sociais brasileiros - os traços do autoritarismo foram se tornando cada vez mais explícitos em nosso país, principalmente a partir do decreto do AI-5, de 13 de dezembro de 1968; do recesso do Congresso; e o aumento dos aparelhos repressivos. Os órgãos de segurança acabaram assumindo, então, lugar chave na estrutura do Estado, com os serviços de inteligência ocupando a posição mais estratégica. Mas apesar de a violência ter se configurado como uma característica central de todos os governos militares pós 1964, que a usaram no intuito de desfazer mobilizações, reprimir, coagir e retirar o caráter político da luta social, o governo Geisel conseguiu manter-se praticamente isento do legado da repressão.

Ao proferir longo discurso, na ocasião em que se reuniu pela primeira vez com seu Ministério, o então presidente apelou à “imaginação política criadora”<sup>106</sup> para que fossem superados os instrumentos de exceção, que naquele momento ainda vigoravam

<sup>105</sup> PADRÓS, Enrique. “Repressão e Violência: Segurança Nacional e Terror de Estado nas Ditaduras Latino-Americanas”. FICO, Carlos; MORAES, Marieta; ARAÚJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha (Org.) In: *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. P.114.

<sup>106</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

no país, e ainda afirmou seus “sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso, estimulando a maior participação das elites responsáveis e do povo em geral”<sup>107</sup>. Extremamente significativo para a análise mais profunda do governo que se seguiu, esse primeiro pronunciamento nos ajuda a entender o caráter contraditório do mesmo, mas, sobretudo, certa “inteligência política” para lidar com a complexidade que caracterizava a conjuntura nacional naquele período.

A necessidade do momento era ativar o consenso em torno de um regime que começava a sofrer muitas críticas, o que nos sugere as estratégias de produção e difusão de um discurso que, ao alardear a intenção da distensão democrática, e protagonizar a abertura de algum espaço para a restauração de determinados princípios liberais, criava condições para a consolidação do domínio político. Afinal, nem mesmo em uma ditadura, instaurada por meio de um golpe de Estado, há condições de que um regime se mantenha sem o mínimo de consenso, pois só o uso da coerção não o levaria a outro fim, senão à impossibilidade de seu funcionamento.

Sobre as práticas do governo Geisel, não podemos, portanto, apontar para o desmantelamento das lógicas coercitivas de poder que sustentaram o regime civil-militar ao longo de sua construção, muito pelo contrário, a busca pelo consenso acabou por refinar as formas de dominação e coerção, tentando naturalizá-las como um elemento necessário para a garantia da ordem social. Como podemos observar em um discurso televisionado, dirigido ao “povo brasileiro” e em trechos de um pronunciamento feito aos dirigentes da ARENA, depositados no arquivo pessoal de Ernesto Geisel, espalhava-se a ideia de que a coerção deveria ser aceita e transmitida, mas atuar excepcionalmente em caso de transgressões:

É dever do Governo assegurar condições plenamente satisfatórias de liberdade, sem discriminações quaisquer, a todos os brasileiros que, pacificamente, se dedicam ao trabalho construtivo, em proveito de si mesmos, de suas famílias e de sua pátria. Nada tem a temer, portanto, quem não infringe a lei.<sup>108</sup>

---

<sup>107</sup>Ibid.

<sup>108</sup> Ibid.

A retórica da “mínima segurança indispensável” passou a marcar os discursos do presidente, que reafirmava recorrentemente o empenho de seu governo “para que a exigência de segurança venha gradativamente a reduzir-se.”<sup>109</sup> Segundo Geisel:

Preocupação fundamental do Governo, também, é e será a da preservação do clima de ordem, de paz e de estabilidade que basicamente responde pela continuidade do desenvolvimento nacional. Os órgãos de segurança continuarão atuantes, portanto, no combate perseverante, mas sem excessos condenáveis, sem violências inúteis, pois lhes compete agir para salvaguarda das instituições e da ordem pública.<sup>110</sup>

Durante o mandato de Geisel, em um contexto de preocupação com a credibilidade do governo, podemos realmente apontar para a regulação dos aparatos de segurança, porém não seria igualmente correto considerarmos algum investimento no sentido de sua extinção.

Segundo Samantha Quadrato, logo no início do governo Geisel, tornou-se bastante nítida a concentração de poder no chamado “sistema”, nome com que ficou conhecido o conjunto dos grupos que formavam a comunidade de informação (CIE, CENIMAR, CISA, DOI, DOI-CODI e SNI)<sup>111</sup>. Conforme a autora, aos primeiros sinais de mudanças nas estratégias do regime, com o anúncio de Geisel sobre a abertura política “lenta, gradual e segura”, esses órgãos de informação iniciaram uma onda de perseguições aos principais representantes da oposição, além de atentados terroristas visando a desestabilizar a transição:

Os estratagemas utilizados pelos homens da repressão eram de diversos tipos desde a prisão de políticos da oposição, como também, e principalmente, o uso da violência física através da tortura e morte de diversos presos políticos e de atentados contra a sociedade civil.<sup>112</sup>

---

<sup>109</sup> Ibid.

<sup>110</sup> Ibid.

<sup>111</sup> QUADRATO, Samantha. “Os militares, a comunidade de informação e a abertura”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus. 1990.

<sup>112</sup> Ibid. p. 381.

Desse modo, entende-se a criação da Diretriz de atuação do Centro de Informações do Exército (CIE) em 1974, que teve o papel de submeter operações do centro a uma conformação negociada entre os comandantes dos quatro exércitos.<sup>113</sup>

De certa maneira, Geisel se impunha perante a instituição militar, principalmente aos setores contrários a quaisquer decisões liberalizantes. Porém, na medida em que o governo necessitava do apoio das Forças Armadas, necessariamente em paralelo às disputas, havia muitas ponderações. Se o fortalecimento do executivo diante da corporação estabeleceu algumas limitações quanto à atuação dos militares a que se convencionou chamar linha dura, o presidente nunca deixou de contar com os mesmos para as intervenções nas ocasiões de “perigo iminente”.

A negociação de Geisel com a linha dura é bem explícita no episódio conhecido como “crise dos desaparecidos”. Ao aumentarem os números de desaparecimentos e mortes no início de 1974, e perante as justificativas pouco convincentes - como ocorrências de “atropelamentos”, “morte em combate”, “suicídio”- o MDB e grupos da sociedade-civil, como a Igreja Católica e setores da imprensa, passaram a pressionar o governo para que prestasse esclarecimentos sobre 26 militantes desaparecidos. Por sua vez, o presidente foi zeloso aos militares envolvidos com a repressão. Acatando o “pacto de silêncio”<sup>114</sup> formado no interior da corporação militar, o general preferiu esquivar-se do assunto.

Para Suzana Lisboa, da comissão de mortos e desaparecidos políticos o governo Geisel acabou com as mortes oficiais, e todos viraram desaparecidos: “Nada foi sem querer”.<sup>115</sup>

Acreditamos que segundo a convicção dos articulistas da distensão, uma maior sutileza na atuação dos serviços secretos seria capaz de diminuir o desgaste da instituição militar presente no governo, mas, ao mesmo tempo, sua conservação era necessária, mantendo o potencial de tramar o destino daqueles que contestavam as formas de exercício de poder no Brasil.

Assim, consideramos produtiva a confrontação da imagem construída pela memória oficial e reproduzida, tantas vezes, pela memória social, que desvincula o general do autoritarismo. Até hoje Geisel é lembrado como o presidente militar

---

<sup>113</sup> CARVALHO, Aloysio. op.cit. 2010.

<sup>114</sup> QUADRAT, Samantha. op. cit. 1990. p.380.

<sup>115</sup> LISBOA, Suzana. Disponível In: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/asp111120034.htm>

preocupado com a legalidade, não poupando esforços em condenar os excessos de violência ligados à atuação da linha dura.

Da parte de Geisel, a exemplo de seus antecessores, a prática de tortura foi sucessivamente negada, se não, justificada por uma suposta “perda de pulso” das Forças Armadas.

Na série de entrevistas que concedeu à Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, Ernesto Geisel diz que seu governo empenhou-se sinceramente em controlar a repressão, mas a dificuldade era enorme, principalmente pela inexistência da firmeza de uma inteligência central. Segundo ele, o CIE do Exército, por exemplo, omitia informações do SNI constantemente, prejudicando o procedimento das operações pela presidência: “era um processo de descentralização que ia permitir que as ações particulares ou isoladas desenvolvidas por esses órgãos fugissem ao controle da presidência.”<sup>116</sup>

Conforme observamos, os argumentos de Geisel somam-se à continuada tentativa do alto comando das Forças Armadas brasileiras de isentarem-se dos episódios de violência e tortura que fizeram parte de suas práticas por tantos anos. E no caso de Geisel, notamos uma preocupação ainda maior de apresentar à opinião pública seu esforço pessoal para a correção da situação.

Para entrevista ao jornal O GLOBO, o historiador Luis Antonio Dias destaca a improbabilidade de que as ações terroristas das Forças Armadas acontecessem devido a divisões no governo, ou sem o conhecimento dos superiores. Segundo ele, vaidades sempre existiram, mas entre os militares há um espírito de corpo muito forte.<sup>117</sup>

Como era de se esperar, nos documentos arquivados por Geisel não há nenhum relato de tortura como procedimento ligado ao funcionamento do Estado, promovendo-se o discurso de abrandamento de um período marcado pela brutalidade. Ao contrário, na linha narrativa organizada pelo ex-presidente, seu governo é apresentado como um marco para a virada nas práticas autoritárias do regime civil-militar, inaugurando o avanço do processo de transição para a democracia no Brasil. Um dos melhores exemplos para confirmar tal afirmação diz respeito aos episódios de assassinatos do jornalista Wladimir Herzog, em 23 de outubro de 1975, e do dirigente sindical Manoel Fiel Filho, ocorrido menos de três meses depois, em 17 de janeiro de 1976. As mortes

---

<sup>116</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. op. cit. 1997, p. 228.

<sup>117</sup> DIAS, Luis Antônio. Disponível In: <http://oglobo.globo.com/brasil/operacao-riocentro-passou-pelo-alto-comando-dizem-historiadores-12050640>

do jornalista e do sindicalista, identificados por suas relações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), estimularam grande reação da opinião pública, com manifestações e protestos tanto no Brasil como no exterior; comoção que levou à demissão do comandante do II Exército, general Ednardo Mello, tachado pelo governo como um provocador da linha dura e oposto à abertura “lenta, gradual e segura” defendida pelo presidente da República. O cargo de Ednardo foi assumido pelo general Dilermando Monteiro, considerado um militar moderado, entusiasta da abertura, e próximo colaborador de Geisel. Em entrevista concedida à televisão francesa, disponibilizada em seu arquivo pessoal, Geisel faz menção implícita ao caso, desvinculando seu governo do autoritarismo anterior:

Há também uma influência muito grande no sentido negativo daqueles que daqui saíram depois de terem praticado sequestros e outras atividades terroristas e que emigraram para certas áreas da Europa, onde, juntamente com elementos da extrema-esquerda, se empenharam numa ativa propaganda contra o Brasil. É evidente que nós compreendemos tudo isso e sentimos o que está acontecendo. Mas creio que progressivamente vai-se verificando que o quadro brasileiro não é mais este que tem sido apresentado. Quem vive no Brasil sabe que o Brasil é um país livre, onde todos podem viver livremente e exercer todos os seus direitos. No Brasil não se admite que haja subversão. Mas essa questão que se apresenta, de torturas, de sofrimentos e ação terrorista contra aquele que não apoiam o governo brasileiro, absolutamente não é verdade. Eu, pessoalmente, como Presidente, tenho-me empenhado, sinceramente, em que todas as denúncias que se verifiquem sejam devidamente apuradas.<sup>118</sup>

Porém, os acontecimentos do dia 16 de dezembro de 1976 acabam com essa tese. No episódio que ficou conhecido como a “Chacina da Lapa”, três dos mais importantes dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Ângelo Arroyo, Pedro Pomar e João Batista Drummond foram assassinados depois de um ataque de forças do Exército a uma reunião do Comitê Central do partido. Contrariando a memória hegemônica, relembramos que no Brasil de Geisel e Dilermando ainda se praticavam torturas e assassinatos: durante esse governo, considerado mais liberal, tombaram para as forças do Estado os últimos guerrilheiros do Araguaia e se deram, também, as

---

<sup>118</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

prisões, torturas e desaparecimentos de vários dirigentes do PCB, identificados pelos militares como figuras absolutamente influentes na vitoriosa campanha do MDB para as eleições de novembro de 1974.<sup>119</sup>

Quando já não era mais o presidente da República, o próprio Geisel acabou confirmando a epígrafe de José Saramago, que inicia este capítulo: atacou com as próprias mãos a imagem que tanto contemplou.

- O senhor acha que não havia uma necessidade tática de acontecer a tortura? Era sempre uma omissão, uma falta de controle do comandante?

- Não, nem sempre. Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. Já contei que no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, inclusive Humberto de Melo, que mais tarde comandou o Exército de São Paulo, foram mandados à Inglaterra para conhecer técnicas do serviço de informação e contrainformação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior.<sup>120</sup>

Em nota à quarta edição de sua grande obra intitulada “Combate nas Trevas”, o historiador Jacob Gorender arremata com precisão:

Aí estão as justificativas fundamentais de todos os torturadores: em certos casos (o que implica uma escolha supostamente moralizadora), deve-se torturar porque, assim, se evitam coisas piores. A ressalva do entrevistado, no período final, de que não justifica a tortura, resulta contraditória e absurdamente deslocada no contexto geral da sua resposta. Com sua franqueza, Geisel revela que não destituiu o general Ednardo para que

---

<sup>119</sup> Segundo Enrique Serra Padrós e Alessandra Gasparotto: “apesar dos discursos em torno de uma suposta democratização esse período foi marcado por um grande número de assassinatos e desaparecimentos – calcula-se que em torno de 108 militantes da resistência foram mortos entre 1974 e 1979. Ainda segundo a Anistia Internacional, entre meados de 1975 e 1976 mais de duas mil pessoas foram detidas em todo o território nacional. Parte das atenções do aparato repressivo voltou-se para a perseguição de militantes dos tradicionais partidos de esquerda: O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).” Ver PADRÓS, Serra e GASPAROTTO, Alessandra. “Gente de menos nos caminhos e descaminhos na abertura do Brasil (1974-1985)” In: *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985. O fim da ditadura e o processo de redemocratização*, volume 4. Porto Alegre: CORAG, 2009.

<sup>120</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. op. cit. 1997, p. 225.

cessasse a tortura do DOI/Codi em São Paulo, porém, para que se fizesse sem escândalo.<sup>121</sup>

Por outro lado, em 1977, Geisel demitiu o representante da linha dura no governo, o general Silvío Frota, por contrariar sua autoridade. Frota lançou-se a candidato para a presidência sem o apoio do chefe de Estado que, a essa altura, já articulava a campanha do general Figueiredo para o cargo. Nesse momento não houve brechas para a negociação. Geisel demonstrou, ao mesmo tempo, seu acúmulo de poder, e os mecanismos de uma transição sem agenda, em um relacionamento com a repressão marcado por instabilidades, e atitudes tomadas conforme as necessidades que se impunham. Em suma, podemos dizer que Ernesto Geisel não foi um presidente mais brando, avesso às torturas e à violência, sua tentativa foi controlar tais procedimentos dentro da cadeia de comando, preservando as forças armadas e o governo militar.

#### **2.4. O debate eleitoral no projeto distensionista de Geisel:**

Depois de um aceno no sentido de regular a ação dos aparatos repressivos, o investimento de Geisel passou também pela restauração de alguns mecanismos institucionais de oposição política, que estavam cada vez mais limitados pelo recrudescimento do autoritarismo.

As iniciativas adotadas pelo governo para a criação de um ambiente mais estável no país, onde pudesse ser evocado o Estado de Direito e as liberdades democráticas não poderiam deixar de passar pelo debate do processo político-eleitoral. Em mensagem ao Congresso Nacional, Geisel chegou a criticar o retrocesso do campo político durante os outros governos militares, firmando o compromisso de lhe conceder atenção especial:

Todo um largo dedicado e perseverante esforço de construção do país permitiu notável avanço no quadro econômico, com sensível progresso, mais consequente daquele do que propriamente autônomo, no campo psicossocial. E, por circunstâncias várias, estagnou-se o setor político ou, com maior exatidão, retrogrediu, uma vez que, na dinâmica social, a estagnação é meramente episódica, levando, logo a seguir, à involução e ao retrocesso paulatinos. Penso justificar, assim, a intenção manifesta, desde a primeira

---

<sup>121</sup> GORENDER, Jacob. “Combate nas Trevas”. São Paulo: Ática. 1998 p.268.



hora, em meu governo, de dedicar maior atenção ao campo político – não só externo como, sobretudo, interno. Continuamos empenhados no aperfeiçoamento das práticas democráticas.<sup>122</sup>

Nesse sentido, chamamos a atenção para os preparativos das eleições de novembro de 1974, especialmente, para o incentivo ao desenvolvimento das campanhas eleitorais que promoveram o alcance dos candidatos, inclusive os da oposição, a espaços relativamente mais abertos para manifestação de ideias, como as campanhas no Rádio e TV.<sup>123</sup>

Na verdade, como já o disse uma vez, os partidos políticos, tanto do governo como da oposição, cada qual no papel que lhe cumpre desempenhar, são essenciais ao estilo de vida democrático, como veículos exclusivos de participação do povo na organização do poder e como responsáveis pela continuidade do sistema representativo. Importa, pois - e importa muito - desenvolver-lhes o campo de suas atividades específicas (...), para que sejam, de fato, elementos vitais na formação de uma vontade nacional, através do debate de programas e teses e da abertura de seus quadros à revigorante juventude que aí deverá encontrar ambiente sadio e adequado ao exercício da atividade política. Cumpre não permitir que os partidos sejam organismos com mera e estéril atuação de cúpula. E impõe-se dotá-los de capilaridade suficiente para que sua mensagem seja capaz de chegar até às menores e mais distantes unidades administrativas e possam eles captar, com fidelidade, as reais aspirações da população brasileira.<sup>124</sup>

Como poderemos observar, Geisel não vacilou diante da oportunidade de explorar seu compromisso com as eleições, ressaltando a exigência de tal experiência democrática para o paulatino aperfeiçoamento da vida política no país. A ideia das eleições livres iam ao encontro do seu propósito de renovar o consenso em torno do regime, conforme observamos em discurso de 29 de agosto de 1974:

---

<sup>122</sup>GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

<sup>123</sup> Contudo, vale o parêntese, foi neste ambiente, em que se alardeava os esforços para a volta de espaços legítimos de oposição, que se deu, logo na posse do “presidente da abertura”, Ernesto Geisel, a cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos do deputado Francisco Pinto, pertencente ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na ocasião, o deputado foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por ter chamado de fascista o presidente ditador do Chile, general Augusto Pinochet, que acompanhava a posse.

<sup>124</sup>GEISEL, Ernesto. Disponível In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>

A oportunidade é propícia para reiterar e desenvolver alguns conceitos que apenas floresci em meu primeiro discurso político, perante a Convenção Nacional do Partido, a 15 de setembro de 1974. Faço-o, agora, como chefe político da Aliança Renovadora Nacional, às vésperas do pleito que se realizará em breve, de norte a sul do país, e no início da campanha eleitoral caracterizada pela arregimentação e motivação do eleitorado que, livremente, comparecerá às urnas, sem pressões, nem coação à autêntica manifestação de sua vontade soberana. Entendo fazê-lo porque há verdades que, embora evidentes a qualquer análise desapassionada, exigem sempre ser ditas e reditas, para que não as abafem slogans mistificadores nem formulações irrealistas que, muito mais que à razão, apelam a paixões insensatas e mesmo a impulsos menos nobres. A portentosa construção do futuro de grandeza que desejamos e antevemos para a nossa Pátria, deverá realizar-se, necessariamente, no quadro de nosso regime democrático, obedecidas regras fundamentais da conduta política, tais como as do atendimento real às mais caras aspirações do povo em geral, da representatividade legítima da vontade popular e da rotatividade periódica dos executivos, através de uma estrutura partidária, de natureza plural, dentro dos moldes constitucionais.<sup>125</sup>

Quando teve lugar a declaração acima, o clima que inspirava Geisel não era outro senão o de muito otimismo. Devido à hegemonia da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - partido de sustentação do regime<sup>126</sup> - nos governos dos Estados, havia a confiança de que a eleição de novembro pudesse contribuir para a repetição dessa situação no legislativo.

Em mensagem aos dirigentes da Arena, Geisel conclamava “todos à vitória nas urnas de 15 de novembro, certo de que o êxito eleitoral da ARENA representará a aprovação popular aos postulados básicos que enfermam os governos revolucionários”.<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup> GEISEL, Ernesto. Disponível In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>

<sup>126</sup> Neste ponto, vale destacar a interpretação de Lucia Grinberg, que problematiza a associação da ARENA apenas ao adesismo e à subordinação aos militares. Segundo a autora “esta imagem é uma construção. É uma certa memória sobre o partido. Uma imagem que corresponde a um dos alicerces da ‘arquitetura simplificada’ da memória sobre a ditadura no Brasil. Como exemplo, ela identifica uma série de momentos de discordância entre parlamentares da ARENA e a orientação do governo, como nos “casos das legislações estabelecendo eleições indiretas para governadores, transformando municípios em área de segurança nacional, assim como na cassação de parlamentares.” Ver GRINBERG, Lucia. “Adauto Lúcio Cardoso, da UDN à ARENA”. In: KUSHNIR, Beatriz (org.). Perfis cruzados, trajetórias e militância política no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2002.p.p. 245 – 259;

<sup>127</sup> Ibid.

Segundo Maria Dalva Gil Kinzo, com a garantia do controle da maioria das assembleias estaduais, e essa áurea de “liberdade” construída sobre o pleito, “o presidente estava disposto a transformar as eleições legislativas em um meio de se obter alguma legitimidade para o regime”.<sup>128</sup>

Entretanto, ultrapassando as expectativas, a eleição assumiu uma tendência plebiscitária. Com os candidatos tendo direito relativamente livre a mostrar e debater suas propostas, ganharam força inúmeras denúncias contra a ARENA, fortalecendo o MDB enquanto real alternativa ao quadro político existente.

Prevista inicialmente como um processo controlado pela ARENA, as eleições de novembro de 1974 subverteram essa lógica. Assim, o MDB duplicou seus representantes na Câmara, passando de 87 para 165 deputados eleitos, enquanto o partido governista teve de enfrentar uma queda expressiva em sua votação, conservando apenas 199 deputados dos 223 que possuía anteriormente. No Senado, o MDB obteve 16 vagas dentre as 22 que estavam sendo disputadas, elevando seus representantes de 7 para 20; já a ARENA caía de 59 senadores para 46. Nas eleições para as assembleias legislativas estaduais também podemos dizer que a ARENA se deparou com uma espécie de derrota política, visto que, diferentemente de todas as previsões, o MDB alcançou o comando em importantes estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Acre e Amazonas.<sup>129</sup>

Segundo Bolivar Lamounier, o plano de sustentação político-partidária dos articulistas da distensão não correspondeu por muito tempo às suas reais expectativas.<sup>130</sup> As disputas eleitorais, especialmente nos grandes centros urbanos, começaram a acirrar-se para além do previsto, fazendo com que a ARENA experimentasse quedas imensas nos resultados obtidos nas urnas. Para o autor, a perda do respaldo eleitoral só não foi maior, pois os dirigentes militares costumavam mudar frequentemente as “regras do jogo” de forma a beneficiar o partido do governo.

A sensação de mais liberdade, ou de que se iniciava uma nova etapa com mais direitos e garantias para os indivíduos, não significou a expansão da base social do regime militar, mas o aumento da base do partido de oposição, que começava a perder o

---

<sup>128</sup> KINZO, Maria D'alva Gil. “Oposição e autoritarismo, gênese e trajetória do MDB: 1966-1979”. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. p.67

<sup>129</sup> LAMOUNIER, Bolivar. op.citt. 1985, p. 45.

<sup>130</sup> Ibid.

estigma de “oposição consentida” para ser enxergado como uma via potente de contestação às arbitrariedades vigentes.

Conforme Lucia Grinberg, a avaliação dos resultados das eleições tornou-se uma obsessão no Palácio do Planalto, além de ter virado pauta principal de apreciações do SNI, e de vários editoriais da imprensa.<sup>131</sup> Todos apresentavam argumentos sobre os motivos da derrota política da ARENA: enquanto o jornalista Carlos Castello Branco afirmava o momento como um retorno dos políticos à política, o SNI redigia análises desqualificando os resultados das eleições e sugerindo a possibilidade do governo tomar medidas extremas, capazes de garantir o processo revolucionário.<sup>132</sup>

De fato, apesar de insistir na retórica otimista sobre sua relação com o Congresso, o temor de perder ainda mais o controle sobre a situação, levou o governo a praticar na arena política exatamente o oposto.

Na “saudação de fim de ano ao povo brasileiro”<sup>133</sup> datada de 30 de dezembro de 1975, e reproduzida em seu arquivo pessoal, Geisel exaltava:

O clima de cooperação eficaz existente entre o Executivo e o Legislativo, logrando o primeiro obter, do segundo, o pronto atendimento de suas solicitações de aprovação para projetos, que contaram, em inúmeros casos, com valiosa contribuição dos senhores congressistas. Tal relacionamento, altamente salutar, parece-me fundamento indispensável a qualquer avanço efetivo que se deseje concretizar no sentido do desenvolvimento político nacional que todos sinceramente almejamos.<sup>134</sup>

Ao passo que em 1 de julho de 1976, instituía a Lei Falcão, proibindo a propaganda eleitoral com debate de ideias no rádio e na televisão. No Rádio os candidatos ficavam limitados a apresentarem seus currículos e os números dos registros de suas candidaturas na Justiça Eleitoral, e na televisão podiam acrescentar uma fotografia. Discursos, músicas, bandeiras estavam vetados, configurando a despolitização do horário político.

---

<sup>131</sup> GRINBERG, Lucia. “Partido Político ou bode expiatório. um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA”. Rio de Janeiro: MAUAD, 2009.

<sup>132</sup> Ibid. p. 189.

<sup>133</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

<sup>134</sup> Ibid.

Desse modo, para usarmos a expressão de Fleischer<sup>135</sup>, o feitiço ia virando-se contra o feiticeiro: com imensa dificuldade de aprovar emendas constitucionais sem a maioria no Congresso, o governo das eleições “livres” teria que recorrer aos poderes arbitrários do AI-5 para poder agir. Foi assim que em 1 de abril de 1977, o presidente decretou tanto o recesso do congresso, quanto todas as reformas constitucionais que não conseguiria aprovar por votação nas casas legislativas. Ainda sentindo os impactos das eleições de 1974, Geisel lançou mão do “Pacote de Abril” que estabeleceu a eleição indireta para um terço dos senadores, que ficariam conhecidos - popular e pejorativamente - como senadores biônicos:

Composto de 14 emendas e três artigos novos, além de seis decretos-lei, o “Pacote” determinou, entre outras medidas: “eleições indiretas para governador, com ampliação do Colégio Eleitoral, instituição de sublegendas, em número de três, na eleição direta dos senadores, permitindo à Arena recompor as suas bases e aglutiná-las sob o mesmo teto; ampliação das bancadas que representavam os estados menos desenvolvidos; extensão às eleições estaduais e federais da Lei Falcão, que restringia a propaganda eleitoral no rádio e na televisão e fora criada para garantir a vitória governista nas eleições municipais de 1976; alteração do *quorum* – de 2/3 para maioria simples – para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso; ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos.<sup>136</sup>

Ainda no bojo das retaliações à vitoriosa campanha emedebista de 1974, com a perda de controle da ARENA sobre o processo eleitoral, os deputados ligados ao MDB de São Paulo, Nelson Fabiano e Marcelo Gato, tiveram seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos no ano de 1976; a justificativa do governo foi uma possível ligação dos mesmos ao Partido Comunista Brasileiro. Alguns meses depois da primeira punição, outros parlamentares do MDB, dessa vez os gaúchos Amauri Müller e Nadir Rossetti sofreram as mesmas consequências por manifestarem-se, durante um comício no Rio Grande do Sul, contra as Forças Armadas. Um dia depois, ao denunciar publicamente as arbitrariedades das cassações, o deputado Lysâneas Maciel do MDB do

<sup>135</sup>FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro. In: SOARES, Gláucio; D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). 21 Anos de Regime Militar: Balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

<sup>136</sup>MOTTA, Marly. “Pacote de Abril”. Disponível In: [www.cpdoc.com.br](http://www.cpdoc.com.br)

Rio de Janeiro encontrou o mesmo tratamento. Em seu discurso, Maciel alertou o parlamento sobre medidas ostensivas e veladas que impossibilitavam os parlamentares, sobretudo os da oposição, de realizarem sua função:

E esta é mais uma tentativa de nos transformar em (objetos) inertes (e acovardados), não apenas frente ao governo, mas também frente ao povo, nosso real compromisso. Na dramática conjuntura em que vivemos, estes atos deixam claro e evidente que o sistema, após (a utilização por) 12 anos (do mecanismo repressor mais bárbaro da história deste país), confessa, às vésperas das eleições municipais, (que a força é) a (única) maneira de se manter no poder! E confessa mais, sua incompetência no combate à subversão e à corrupção, (esta última, praticada às escâncaras,) pois os parlamentares que a denunciam são enquadrados nas leis de segurança nacional!”<sup>137</sup>

Em 1977 novas cassações, as de Gêndio Perez e Marcos Klassman acusados também de serem agentes do comunismo.

Progressivamente, acompanhamos Geisel relativizar o significado da distensão. A partir do aumento das cassações torna-se muito frequente a retórica da distensão conjugada, que deve preocupar-se não apenas com as demandas no campo político, mas também com o desenvolvimento econômico e social:

Desejo ainda, antes de concluir, abordar tema político com o que se vem chamando de “distensão”. A palavra está no final do discurso de 29 de agosto de 1974 aos dirigentes da ARENA. Nele me referi à missão que cabe ao Governo de promover o máximo de desenvolvimento possível e, a propósito, aludi ao processo de lenta, gradativa e segura distensão requerida. A partir de então, e principalmente depois das eleições de 15 de novembro, muito se tem publicado e discutido sobre a “distensão”, atribuindo-se ao governo e - notadamente - ao Presidente da República intenções, objetivos, avanços recuos, submissão a pressões, etc. que - uns e outros - absolutamente não correspondem à realidade, mas constituem fruto da imaginação e, por vezes, além do que contém de intriga de seus autores.

A ‘distensão’ e aí apresentada com a conotação exclusivamente política, visando, pelo que se diz, ao indispensável restabelecimento do chamado

---

<sup>137</sup> Discurso do ex-deputado Lysaneas Maciel, pronunciado em 31 de março de 1976 em protesto contra a cassação dos deputados gaúchos Amaury Müller e Nadyr Rossetti. Disponível In: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista432.pdf>

‘Estado de Direito’, mediante a pura e simples supressão do AI-5 e, complementarmente, a revogação do DL-477, a revisão da Lei de Segurança, a concessão de ampla anistia. Preconiza-se, também, reforma da Constituição, com a redução dos Poderes do Executivo, e a ampliação das atribuições do Legislativo. Sente-se, nessas proporções, indisfarçável saudosismo pelo passado não muito remoto, em que amplas disposições liberais constavam do papel, mas, de fato, iludiam a boa fé de muitos, pois não eram praticadas, servindo ao invés, apenas, aos apetites e ao poderio de poucos em detrimento dos verdadeiros interesses da Nação. (...) Acredito que, em meu governo, muito já se fez no sentido de uma distensão na própria área política. Para comprová-lo, basta ver o clima em que se exercem as atividades dos Partidos e o funcionamento do Poder Legislativo, em toda a parte, e ler os jornais e outros órgãos de divulgação, com a volumosa matéria política que publicam. Mas a distensão não deve ser apenas política, - nem predominantemente política. O que almejamos para a Nação é um desenvolvimento integral e humanístico, capaz, portanto, de combinar, orgânica e homogeneamente, todos os setores – político, social, econômico – da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a distensão, - isto é, a atenuação, se não, eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da Nação e o bem-estar do povo. Reitero, uma vez mais, os propósitos de perseguir o desenvolvimento político, - sem compromisso de espécie alguma com fórmulas ultrapassadas e, comprovadamente, inadequadas à realidade brasileira.<sup>138</sup>

Na já referida ocasião do recesso do Congresso, em 1 de abril de 1977, observamos exatamente esta linha discursiva: Geisel relativiza a noção da distensão através do argumento de que a utilização dos poderes arbitrários se dá em nome da democracia. Já que os atos institucionais estavam disponíveis, deveriam ser utilizados para punir aqueles que atrapalhassem a perfeita harmonia social e, também, para aprovar suas propostas de reformas, afinal, como presidente, ele estaria atento às necessidades de modificações, porém “realistas e oportunas”<sup>139</sup>, respeitosas do momento específico da história do Brasil, assim como das “características de nosso povo”<sup>140</sup>. Desse modo, Geisel alargava a “novela” da distensão, que parecia não ter fim:

---

<sup>138</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

<sup>139</sup> Ibid.

<sup>140</sup> Ibid.

O povo sem justiça não é livre, nem pode ser democrata... tenho falado, inúmeras vezes, que queremos a democracia melhor, que queremos o desenvolvimento integrado, econômico, social e político, mas devemos caminhar seguramente, devagar e com passos firmes, para procurar instituições que correspondam à nossa vida social, à índole do nosso povo, às características físicas do nosso território, às nossas tradições, e não instituições copiadas da Carta Magna de qualquer outro país que se diga democrático.<sup>141</sup>

Um mês depois, no dia 2 maio de 1977, durante entrevista com jornalistas Franceses, no Palácio do Planalto, ele repetia seus argumentos:

Quando se fala em democracia, muitos consideram a democracia no sentido absoluto. Esta democracia eu acho que não existe em parte nenhuma. Todas as coisas no mundo, exceto Deus, são relativas. Então, a democracia que se pratica no Brasil não pode ser a mesma que se pratica nos Estados Unidos da América, na França, ou na Grã-Bretanha. O Brasil tem dois problemas que têm que caminhar paralelamente com o político: os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e com o desenvolvimento social. Não se pode pensar em ter uma democracia política perfeita, se não se tem um determinado nível econômico e se também não se tem uma determinada estabilidade social. Então sem dúvida, o Brasil é um país onde há democracia, onde há liberdade, mas essa democracia não pode ser igual à democracia dos outros países. Ele tem que levar em conta as condições econômicas e sociais em que estamos vivendo. Mas eu creio que, no quadro geral, nossa democracia é efetiva: funciona com determinados problemas em certas circunstâncias, mas funciona.<sup>142</sup>

Se no campo das ideias Geisel tentava a aprovação de sua “democracia relativa”, no terreno da luta política as críticas ao regime cresciam a passos largos. Temos que reconhecer que a estratégia foi vitoriosa em parte, principalmente por ele ter conseguido negociar com a oposição através da ideia de distensão, fazendo com que o processo de superação dos arbítrios fosse pautado pelos vai e vens e, por isso, se estendesse cada vez mais. Por outro lado, os limites autoritários, que tentavam impor os dirigentes militares, eram cada vez mais questionados e, logo, forçava-se a mudança das regras da distensão que, apesar do controle, encontravam brechas à medida da emergência de um espaço político para denúncias e questionamentos. Os custos da permanência no poder, a erosão

---

<sup>141</sup> Ibid.

<sup>142</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.



na coesão das elites, o declínio da legitimidade dos governos militares, as pressões da sociedade civil e da oposição política, foram responsáveis por separar o projeto dos militares, do processo de transição.

Além disso, a própria estrutura criada pelo regime passou a sabotá-lo: uma das razões para o avanço da oposição explica-se pela organização partidária instituída. A existência de dois únicos partidos, após a decretação do Ato Institucional nº 2, em 1966, estimulava uma associação simplificada dos eleitores em dois polos antagônicos: o governo, representado pela ARENA, e o antigoverno pelo MDB. E no jogo eleitoral, as críticas e descontentamentos que a população tinha a fazer ao regime acabavam revertidos em votos ao MDB. Assim, as regras eleitorais referentes ao bipartidarismo, criadas pela ditadura, acabaram ajudando na resistência ao projeto do mesmo.

Com toda essa dinâmica que ultrapassava o controle dos dirigentes autoritários, desenvolveu-se a percepção sobre a necessidade de aprofundamento das reformas, de modo que a cena político-partidária não estivesse focada apenas na dualidade entre os dois partidos existentes, afinal, essa identificação rígida começava a prejudicar suas próprias intenções quanto à liberalização. O grande articulista da distensão, General Golbery do Couto traçou, então, a mudança de tática para lidar com o impasse: possibilitando a divisão da ARENA e do MDB, passariam a existir novas bases de sustentação para o regime, de modo que o processo eleitoral parecesse mais plural. Segundo Lucia Grinberg, para além de dividir a oposição, a verdadeira intenção da reforma partidária era criar um novo partido de situação, com uma imagem dissociada do governismo e do autoritarismo:

Era consensual que a sigla, um dos capitais políticos mais significativos, deveria mudar para uma nova legenda desprovida de qualquer semelhança com a anterior, porque muitos deputados sabiam que ela estava 'estigmatizada como o partido do arbítrio e, por isso, deve desaparecer para que possamos apoiar o governo com outra roupagem, sem essa mácula', como observou um parlamentar.<sup>143</sup>

Imaginava-se assim, uma identificação maior das elites políticas ampliando o poder situacionista, que dava enormes sinais de crise. Apesar dos esforços, a reforma

---

<sup>143</sup> GRINBERG, Lúcia. op.cit.2009. p.230.

partidária, iniciada em 1979, já no governo de João Baptista Figueiredo, (1979-1985) não correspondeu por muito tempo a essa expectativa; o imaginário consolidado durante tantos anos de ditadura civil-militar, que colocava em competição dois “times adversários”, situação e oposição, impossibilitou a quebra de tais referências, e, ao mesmo tempo, a ampliação das bases civis do regime autoritário, pensada, também, através da flexibilização do sistema partidário.

Ao contrário, a mudança na correlação de forças estabelecida na sociedade apontava para uma situação cada vez mais crítica para a continuidade do projeto político forjado no princípio do governo Geisel. Apesar dos descaminhos da ideia inicial de distensão formulada por Geisel e sua cúpula ter sido ultrapassada, podemos dizer que o dirigente conseguiu capitalizar sabiamente a abertura. Geisel passou a faixa presidencial a Figueiredo como o governante que colocou o regime no eixo do verdadeiro princípio da “revolução de 1964”, segundo ele, reconduzindo o país a um caminho de prosperidade, paz e democracia:

Nesta cerimônia tão singela e formal, após haver Vossa Excelência, Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, tomado posse como presidente da República, perante o Congresso Nacional, cabe-me transmitir-lhe a Chefia da Nação, entregando-lhe o símbolo da autoridade presidencial.(...)

Realizamos, nesses cinco anos, tarefa ingente, obedecendo, com determinação e sem fraudar a confiança em nós depositada, os ditames da nossa Revolução: com ordem garantida e desenvolvimento integrado, proporcionar o progresso nacional, objetivando assegurar o bem-estar ao homem brasileiro. Somos hoje uma Nação que se projeta mais e mais no cenário mundial, amadurecida e responsável, gozando de sólida credibilidade internacional e dia a dia menos vulnerável a pressões quaisquer que venham do exterior. Somos um povo que se reencontra, alviçareiro, com sua destinação democrática, aperfeiçoando gradualmente suas instituições políticas e sua dinâmica partidária.(...)

Faço votos, Senhor Presidente, de que sob a condução esclarecida de Vossa Excelência, prossiga o país em sua marcha ascensional para esse futuro bem mais adulto de grandeza, de justiça e de paz.<sup>144</sup>

---

<sup>144</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

## **2.5. O pacto desenvolvimentista do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e a distensão política.**

Em outra frente de atuação - a econômica - do projeto de distensão, anunciado em 1974, a cúpula do governo Geisel optou pela continuidade do padrão estrutural de dominação que deu sustentação não apenas aos governos militares, mas também aos que os antecederam, marcando a trajetória da política econômica brasileira desde a década de 1930.<sup>145</sup> Não sem algumas renovações, incorporadas à luz dos desafios internos e externos impostos ao governo Geisel, podemos identificar, claramente, a afirmação da velha aliança sociopolítica que agregava variados setores das classes proprietárias do país, e encontrava a mediação no Estado<sup>146</sup> de tipo desenvolvimentista.

Portanto, em relação às estratégias adotadas pelo governo Geisel para o campo econômico, observamos a marca da tradição que, segundo nossa avaliação, acabou contribuindo decisivamente para o controle mais longo do campo político pelos militares.

De acordo com esse raciocínio, as alterações que diversificaram os componentes do poder político e deflagraram a vitória de uma nova cúpula governamental a partir das eleições para a Presidência da República, em 1985, não devem ser analisadas estritamente pelos componentes políticos e eleitorais: a crise econômica relacionada ao tipo de Estado que vigorava no Brasil é também um fator decisivo para entendermos tais acontecimentos.<sup>147</sup>

Segundo Sonia Draibe, o modelo de dominação que caracterizou o Brasil desde o primeiro governo de Getúlio Vargas começou a ser construído, justamente, no momento em que o Estado nacional tornou-se central na organização da sociedade e, ao mesmo tempo, o grande impulsionador do capitalismo industrial em nosso país.<sup>148</sup>

Para a autora, o Estado desenvolvimentista brasileiro foi caracterizado por promover a industrialização em um país de capitalismo tardio<sup>149</sup>; de se construir em torno de uma relativa independência nas formas de organização; e ocupar bastante

---

<sup>145</sup> SALLUM JUNIOR, Brasília. Transição Política e crise de Estado. In: Lua Nova, Revista de Cultura e Política. nº32, São Paulo, 1994.

<sup>146</sup> Entendendo o Estado em sua perspectiva ampliada, conforme Antonio Gramsci: GRAMSCI, António, op.cit. 1984. Ver ainda, MENDONÇA, Sonia Regina. op.cit. 1996.

<sup>147</sup> SALLUM JUNIOR, Brasília. op.cit. 1994.

<sup>148</sup> DRAIBE, Sonia. "Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>149</sup> Falamos em capitalismo tardio a partir de uma perspectiva comparada com os centros originários do capitalismo mundial.

espaço na estrutura da sociedade; assumindo, ainda, uma atuação determinante no controle do mercado, que contribuiu para a garantia dos interesses nacionais, e para a administração das pressões internacionais (apesar dos muitos limites colocados aos interesses econômicos nacionais). Nesse sentido, ela ressalta, ainda, que nosso Estado desenvolvimentista organizou-se no centro de um modelo dependente associado, ou seja, aos capitais locais reuniu-se o capital estrangeiro; e a partir dessa associação buscou-se o fomento do mercado interno. O Estado, por sua vez, empenhou-se em impulsionar a construção de um conjunto de indústrias nacionalmente integradas, a fim de fortalecer, paulatinamente, a estrutura produtiva do país.<sup>150</sup>

No que diz respeito a esse empenho do Estado na promoção do desenvolvimento, observamos tanto ações indiretas, como diretas. Referente às indiretas, podemos identificar o estímulo dado às empresas privadas para que essas substituíssem suas importações industriais - incentivos que vinham, sobretudo, em forma de protecionismo tarifário e subsídios. Já sobre a participação direta do Estado, destacamos a atuação fundamental de suas próprias empresas: foi através delas que se deu a infraestrutura básica para a industrialização no Brasil.

Entendendo essa estrutura primária, torna-se mais clara a percepção de que a concepção de Estado formulada a partir da chamada revolução de 30 foi o núcleo básico para todos os governos que dirigiram o Brasil até a década de 1980. Apesar de algumas mudanças terem sido implementadas, a justeza dessa informação encontra-se na centralidade da “aliança desenvolvimentista” que permaneceu, mesmo que renovada, ao longo de todo esse período. Foi através de tal aliança, entre o Estado - impulsor do desenvolvimento capitalista -, e os mais diversificados setores das classes proprietárias, que o Brasil foi conduzido por mais de 50 anos. E a maior curiosidade de toda essa história, e que talvez possa ajudar-nos a explicar as peculiaridades dos processos políticos posteriores, é a composição dessa aliança desenvolvimentista. O Estado, em seu projeto de alavancar o capitalismo no país, costurou um acordo amplo, que abarcou não somente uma “burguesia industrial modernizadora”, mas também os setores rurais e urbanos da velha oligarquia brasileira. Por aqui, o Estado, mesmo que entusiasta da burguesia industrial emergente, conforme o padrão dos países de capitalismo originário,

---

<sup>150</sup> O modelo associativo, porém, nunca estabeleceu um padrão definitivo para a entrada de capitais estrangeiros em nossa economia; nota-se que a partir do final dos anos 50, esse começou a apresentar-se, prioritariamente, sob a forma de empresas multinacionais.

nunca abriu mão de seu casamento com as frações mais atrasadas das classes proprietárias do país e logo, com os antigos modos de produção a elas ligados.

Ou seja, o Estado acabou atuando como um conciliador do alargado pacto que desde 1930 o conduziu. O resultado dessa mediação, que tentava garantir excedentes econômicos para todas as partes “aliançadas”, foi a paulatina e cada vez maior abertura de nossa economia para o capital estrangeiro que, deve-se dizer, nunca deixou de pressionar por sua entrada. A solução era claramente uma opção pela conciliação na medida em que tal abertura proporcionava uma maior acumulação de capitais no país, mantendo satisfeitos os interesse dos diversos setores proprietários abrigados no pacto e, logo, a possibilidade da implementação mais ou menos “amistosa” do capitalismo industrial no Brasil.<sup>151</sup>

Esse acordo peculiar entre as classes dominantes acabou por virar uma característica central da nossa estrutura estatal, por isso mesmo reprodutora de certa ordem colonial patrimonialista. Tanto as instâncias públicas quanto as privadas começaram a se movimentar em meio àquela rede corporativa subordinada ao Estado desenvolvimentista que acolheu, em várias de suas instituições, os interesses das diferentes facções das classes dominantes.

Em seu clássico “Formação do Brasil Contemporâneo”<sup>152</sup>, Caio Prado Júnior já havia salientado a natureza dessa aliança de dominação que - recheada de uma herança atrasada e colonial, conjugada a aspectos modernizantes/ industrializantes - mantinha-se responsável por girar as engrenagens de nossa estrutura de exploração. Segundo o autor, a articulação das classes dominantes proporcionou a modernização do Brasil, mas as fatias do bolo que essa articulação fez crescer acostumou-se a dividir apenas entre os próprios pares. A maior parte da população permaneceu excluída da grande “festa modernizadora”, visto que a incorporação de novos sujeitos só tinha lugar para a manutenção da mesma ordem. Desse modo, podemos apontar para a promoção de uma classe média, formada, sobretudo, por trabalhadores assalariados – alocados no interior das empresas privadas ou estatais - mas que de maneira alguma encontraram condições de assumir posições nas estruturas de poder do Estado. Ou seja, no alto escalão da estrutura corporativa do Estado desenvolvimentista não havia lugar para os trabalhadores, somente para as velhas ou novas classes proprietárias.

---

<sup>151</sup> SALLUM JUNIOR, Brasília. op. cit. 1994.

<sup>152</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. “Formação do Brasil Contemporâneo”, São Paulo: Publifolha, 2000.

Certamente, o Estado desenvolvimentista foi mudando ao longo do tempo, afinal, os distintos governos, e mesmo os regimes políticos que tiveram lugar no Brasil, revelam diferenças quanto à organização da aliança de dominação e à incorporação de novos participantes. A ditadura civil-militar, inaugurada a partir do golpe de 1964, apesar de reafirmar o pacto desenvolvimentista, renovou, sobretudo, no enorme incentivo à fatia financeira do capitalismo nacional e, é claro, a sua associação ao capital internacional.

Aliás, para muitos especialistas em economia, como Guido Mantega<sup>153</sup>, a maior expressão do Estado desenvolvimentista no Brasil encontra-se nos anos da ditadura civil-militar, sobretudo, durante o governo do general Ernesto Geisel, que operou a implantação de um ousado plano econômico, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), a partir de 1975. O II PND, sob o qual nos debruçaremos neste capítulo, tinha como meta estimular o desenvolvimento a partir da substituição de importações, feita sob a alavanca do Estado. Acreditamos que o enfoque no desenvolvimento econômico - assim como a regulação dos órgãos de segurança, e o paulatino afrouxamento nas regras eleitorais - atuou como um dos fatores chave para a viabilidade do projeto de distensão política e, logo, para a manutenção de alguma base de legitimidade do regime civil-militar, já um tanto oscilante.

O ano de 1974 localiza uma conjuntura de crise internacional marcada pelo aumento exorbitante dos preços dos barris de petróleo<sup>154</sup>, e pela alta dos preços de matérias primas. No Brasil, isso representou um baque na plataforma econômica pensada pelo regime civil-militar, sobretudo à sua autopropaganda que alardeava aos quatro cantos as maravilhas conseguidas pelo fantástico crescimento econômico até então experimentado.

Desde que Geisel assumiu a presidência, uma obsessão pela solução para a economia é observada em quase todos os seus pronunciamentos que, preventivamente,

---

<sup>153</sup> MANTEGA, Guido. “O governo Geisel, O II PND e os economistas”. São Paulo: FGV, 1997.

<sup>154</sup> Segundo João Paulo dos Reis Velloso, o primeiro choque de petróleo se deu no ano de 1973. O principal motivo está ligado à tentativa dos países árabes, Síria e Egito, de recuperação de territórios perdidos durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Assim, no dia 6 de outubro de 1973, feriado judeu do Yom Kippur, no qual é comemorado o dia do perdão, os referidos países árabes invadiram Israel. E, como forma de punir os Estados Unidos, que apoiava Israel, inclusive com o fornecimento de armas durante a guerra, os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) utilizaram uma arma mais forte: o controle sob os preços do petróleo. Um pouco depois do início da guerra os preços dos barris quadruplicaram. Ver VELLOSO, João Paulo. “A Fantasia Política: A Nova Alternativa de Interpretação do II PND”. Revista de Economia Política, São Paulo, V 18. Nº2, 1998.

colocavam os possíveis desequilíbrios nas finanças do Brasil na conta das “múltiplas forças externas que constituem o condicionante panorama internacional.”<sup>155</sup>

Exemplar para ilustrar as estratégias de Geisel em salientar a crise econômica internacional, desviando a responsabilidade do regime militar pela difícil situação que viria a abater o Brasil, está na sua própria análise da conjuntura mundial, realizada em 1974:

Não é menos certo, porém, que drásticas mudanças ocorridas no cenário mundial – como a grave crise de energia, a escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, em geral, a do petróleo e seus derivados, em particular, a instabilidade no sistema monetário internacional, ainda em dolorosa busca de nova ordenação, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas alarmantes, as tensões políticas e sociais exacerbadas pelo fermento do apelo irresponsável à violência que intranquilizam a vida das nações, num cenário de transição para nova ordem internacional de contornos ainda indefinidos determinarão sérias repercussões no panorama nacional, sobretudo num ano de intensa atividade política, como este de 1974, em que significativos eventos ocorrerão na vida nacional.<sup>156</sup>

Em seu arquivo pessoal, Geisel comenta:

Não foram as mesmas, nem de longe, as perspectivas que se ofereceram a meu governo, desde os primeiros dias, quanto ao panorama econômico mundial, tão preocupante e quase catastrófico.<sup>157</sup>

A firmeza em responder à crise com crescimento é ainda mais aludida: a partir da ideia de continuidade do padrão de acumulação de capitais no Brasil, Geisel sugeria o enfrentamento, porém, omitia de seus inflamados enunciados a também continuada dependência ao capital financeiro a que ia enredando-nos:

No quadro do desenvolvimento econômico, nada pretendemos inovar pelo mero desejo de mudança. Ao contrário, adotaremos as mesmas linhas-mestras da política que até agora vem sendo seguida com benefícios

---

<sup>155</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

<sup>156</sup> GEISEL, Ernesto. Discurso disponível In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1974/03.pdf>

<sup>157</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

comprovados para o país e extraordinários êxitos por todos atestados. Estamos convencidos, porém, de que a própria continuidade depende da capacidade de mudança em face de alterações sensíveis do quadro conjuntural interno e externo.<sup>158</sup>

Se a influência da crise internacional pode ser percebida pelo rombo em nosso balanço de pagamento, no ano de 1974, que passava da marca dos quatro bilhões de dólares, e pelo déficit em conta corrente que extrapolava os sete bilhões, devemos entender esse processo não de forma natural; a crise internacional ajuda a desnudar a própria crise da plataforma econômica do regime. No período anterior ao choque do petróleo, em que o governo ostentava o milagre da economia brasileira, nossas contas externas encontravam-se mesmo mais equilibradas, mas, sobretudo, pela liquidez do mercado financeiro internacional, que estava concedendo empréstimos a juros bastante baixos. A verdade é que o milagre econômico não teve nada de milagroso, se deu à custa de um endividamento exorbitante de nossa economia, e do desejo de promover o crescimento independente das condições.

Havia muitas empresas estrangeiras no país, participando do boom do “milagre”, que preferiam utilizar empréstimos externos para viabilizar seus investimentos, e mesmo empresas nacionais que se aproveitaram das facilidades que o governo concedeu para a tomada de crédito no exterior, por meio da famosa Resolução 63 e da Lei nº 4.131. De acordo com esses dispositivos, as instituições financeiras localizadas no Brasil poderiam captar recursos no exterior e repassá-los para as empresas brasileiras. (...) essas facilidades levaram a um endividamento excessivo e desnecessário, que está na raiz da vulnerabilidade financeira da economia brasileira nos anos 80. (...) De fato, até 1973, o grande estímulo às exportações, que haviam crescido a uma taxa anual de quase 25%, permitia até mesmo superávits na balança comercial, deixando o déficit circunscrito às transações correntes. Porém, com a quadruplicação dos preços do petróleo e a consequente reação dos preços dos bens de produção exportados pelos países avançados, a conta sobrou mesmo para países como o Brasil, que importava uns e outros. Foi assim que a importação de bens de produção constituiu-se no principal gargalo externo do crescimento brasileiro.<sup>159</sup>

---

<sup>158</sup> Ibid.

<sup>159</sup> MANTEGA, Guido. op.cit, 1997, p.3.



Como vimos, com a crise energética e o aumento dos preços dos bens de produção, que também precisávamos importar para fazer funcionar nossas indústrias de bens duráveis, o Brasil se complicou. A base do “milagre” brasileiro, direcionada para o mercado de bens de consumo durável, já não podia sustentar o crescimento econômico do país.

Por um lado, esses produtos tornavam-se caros devido ao esgotamento da capacidade ociosa e a deseconomia de escala que acompanhava a sucessiva expansão da produção, principalmente depois que a matéria-prima importada e, sobretudo, os combustíveis sofreram o impacto dos preços do petróleo. E fora justamente a indústria automobilística que capitaneava o pólo de duráveis e crescera à taxa espetacular de 25% ao ano durante esse período, inundando o mercado de carros brasileiros. A essa altura, as casas dos brasileiros de classe média já estavam abarrotadas de geladeiras, fogões, batedeiras e outros eletrodomésticos, avidamente produzidos pela indústria eletroeletrônica nacional. Entretanto, a capacidade de endividamento dos brasileiros estava atingindo o seu limite e o crediário, largamente utilizado nesse período, não poderia continuar sustentando, por muito mais tempo, essas elevadas margens de consumo. Ainda no final de 1973, as fábricas não davam conta das encomendas, e já começavam a disputar matérias-primas e componentes, provocando uma elevação dos preços. (...) Eram evidentes os sinais de esgotamento do padrão de acumulação de bens duráveis. Diante desse quadro, o novo governo que assumia em 1974 tinha diante de si um sério dilema. Fazer um ajuste conservador, nos moldes sempre sugeridos pelo FMI, e promover aquela recessão geral, de eficácia duvidosa, porém infalível para desgastar qualquer governo. Ou promover outro tipo de ajuste que viabilizasse a continuação do crescimento. Este último foi o caminho trilhado pelo Governo Geisel com o II PND.<sup>160</sup>

A ofensiva da situação fez com que a equipe econômica do governo Geisel tivesse que preparar uma estratégia consistente para manter os níveis de crescimento conseguidos pelo chamado “milagre” brasileiro. Assim, ao mesmo tempo em que anunciava as inúmeras limitações para a manutenção do crescimento econômico, em decorrência da “catastrófica crise mundial”, Geisel construía-se como o protagonista da

---

<sup>160</sup> MANTEGA, Guido. op.cit, 1997, p.3.

grande solução para fazer o Brasil avançar. No âmbito da segurança ressaltava o controle do “terrorismo da esquerda” e o desmonte do aparato repressivo da linha dura, de modo que a economia fosse apresentada como prioridade:

Meu governo pôde instaurar-se em ambiente mais tranquilo de ordem, tanto aparente como real, e por isso as perspectivas de maior concentração de esforços na área construtiva do desenvolvimento vieram a materializar-se, felizmente, justo quando esta tarefa, em face da deterioração generalizada da conjuntura econômica mundial, passaria a exigir maior atenção e flexibilidade, recursos bem mais acrescidos tanto no planejamento como na execução.<sup>161</sup>

Seguindo a fórmula estabelecida pelos governos militares “desenvolvimento e segurança” expressa na Doutrina de Segurança Nacional, poderia atuar sobre a preponderância do desenvolvimento, que ganharia agora a maior relevância na estratégia nacional. Como explicitamos nas seções anteriores, insuflando os esforços para o desmantelamento da repressão no plano político, com o aumento das oportunidades de inserção da própria oposição num cenário mais “democrático”, Geisel evocava o aprimoramento das instituições políticas, e, ao mesmo tempo a condução firme de uma política econômica que garantisse o crescimento e a soberania do Brasil, de modo a conseguir a harmonização no interior da vida nacional:

Os Governos oriundos da Revolução de 1964, todos eles, procuraram ser fiéis ao mesmo ideário político que se tem sintetizado no binômio do Desenvolvimento e da Segurança – revivida síntese programática, ao sabor de modernas conceituações, do lema da bandeira nacional e que busquei quantificar na fórmula hierarquizante mais atual, de ‘um máximo de desenvolvimento possível, com um mínimo de segurança’.<sup>162</sup>

Assim, o sucesso de seu projeto de abertura estaria diretamente relacionado ao desenvolvimento integrado de nossa formação social:

O que almejamos para a Nação – conforme tive oportunidade de salientar em mensagem que dirigi ao congresso nacional – é um desenvolvimento integral e humanístico, capaz, portanto, de combinar, orgânica e homogeneamente,

---

<sup>161</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

<sup>162</sup> Ibid.

todos os setores – político, social e econômico – da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a distensão (...).<sup>163</sup>

Para conseguir o desenvolvimento tão propagandeado, diferentemente das soluções ortodoxas para a crise, ou da política de desenvolvimento do governo Médici, que privilegiou o setor dos bens de consumo duráveis, o governo Geisel viu a necessidade de aquecer os investimentos no setor de bens de capital e intermediário fazendo das empresas estatais as grandes locomotivas de tal padrão industrial:

Às grandes empresas estatais caberá proeminente papel no desenvolvimento tecnológico nacional. Proeminência caberá também aos órgãos de pesquisa mantidos ou apoiados pelo governo, cujas atividades precisam ser bem coordenadas e orientadas especialmente para o setor da pesquisa aplicada e devidamente entrosadas com as atividades dos possíveis usuários no campo empresarial.<sup>164</sup>

Porém, não se abriu mão de privilegiar também o capital privado nacional. Alargava-se, nesse plano, o lugar da burguesia brasileira que deveria ser mais contemplada e identificada com o projeto nacional:

No panorama mais amplo da estrutura empresarial do país cabe assinalar que, da evolução recente da economia nacional, tem resultado o espetacular aumento, em eficiência e dimensões, das grandes empresas estatais e a participação cada vez maior da empresa privada estrangeira, ao mesmo passo que relativa estagnação da empresa privada nacional. Urge, pois, cuidar do fortalecimento deste último setor empresarial para que venha a ocupar o lugar de equilíbrio que lhe compete, até mesmo para maior conforto e estímulo aos outros dois setores, hoje praticamente em confrontação direta.<sup>165</sup>

O capital estrangeiro, embora pouco comentado pelo governo, e que a esta altura já se encontrava mais do que injetado em nosso sistema produtivo, continuou sendo fundamental para o projeto do II PND. A ideia era balancear os principais componentes do modelo dependente associado, ampliando a soberania industrial do Brasil diante do cenário externo conturbado. Dessa forma foi possível conservar nosso crescimento

---

<sup>163</sup> Ibid.

<sup>164</sup> GEISEL, Ernesto. Discurso disponível In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1974/03.pdf>

<sup>165</sup> Ibid.

econômico, mas, como mostramos, à base de significativo aumento da dependência financeira em relação aos capitais externos.

A impossibilidade de arcar com os custos da importação de petróleo e insumos básicos para o processo interno de industrialização e urbanização tornou-se a principal justificativa para a estratégia especificada no II PND. Nesse sentido, observamos o elevado investimento em pesquisas no setor petrolífero; em estudos para podermos produzir o refino, enfim, a busca de caminhos alternativos e nacionais, visando à paulatina construção de nossa soberania energética e industrial. Os argumentos de Geisel constroem-se basicamente nesta direção:

A escassez de combustível líquido confere ênfase ainda maior a essa prioridade, recomendando-se também esforços prioritários quanto ao aproveitamento racional de novos recursos hidrelétricos ainda disponíveis e quanto à intensiva preparação do país para a era da energia nuclear, seja através da pesquisa de jazimentos de minerais fósseis, seja pela absorção da tecnologia de alta especialização, característica desse setor sofisticado, sem que se esqueçam, ademais, as possibilidades do aproveitamento de outras fontes de energia como o carvão, o xisto e a energia solar, por exemplo.<sup>166</sup>

Assim, após uma extensa fase de substituição de bens de consumo, o Estado passou a incentivar e investir na substituição de insumos básicos e bens de capital. Tal solução heterodoxa, de ajuste pelo crescimento, foi eficiente em combater a situação que se desenhou com a crise externa, e que, pelos efeitos políticos negativos, poderia significar um entrave ao sucesso da institucionalização do regime autoritário. Geisel abusou de tal justificativa em seus discursos.

Conforme Albert Fishlow, optando pelo crescimento, o governo Geisel conseguiu neutralizar maiores tensões no país, afinal, a insistência em um caminho ortodoxo, levaria não a outro lugar, mas às restrições econômicas, às insatisfações entre todas as classes, e a duros embates na sociedade.<sup>167</sup> Para o autor, a adoção de medidas convencionais, voltadas para o mercado, atacaria a renda do país para ajustá-las às

---

<sup>166</sup>GEISEL, Ernesto. Discurso disponível In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1974/03.pdf>

<sup>167</sup> FISHLOW, Albert. "A história de dois presidentes. A economia política de gestão da crise." In: STEPAN, Alfred. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

balizas do intercâmbio, diminuindo drasticamente as chances do governo quanto ao encaminhamento exitoso de seu projeto de distensão.<sup>168</sup>

Sem desistir do crescimento, o governo Geisel alargou o padrão do “milagre”, sustentado pela produção de bens de consumo duráveis, afinal existia um gargalo em nossa produção de bens de capital, essenciais para uma futura autonomia produtiva do país. Porém, ao contrário do que possa parecer, o incentivo a um novo padrão industrial não rompeu com a aliança desenvolvimentista que se organizava em torno do Estado. O II PND nunca deixou de acomodar os setores heterogêneos da burguesia que sustentavam politicamente a ditadura civil-militar. Segundo Sebastião Velasco e Cruz, esses continuaram inseridos no aparelho do Estado, participando de uma grande rede que articulava a burguesia aos distintos organismos estatais.<sup>169</sup>

Portanto, não se trata da substituição de uma fração da burguesia por outra; o que ocorreu foi um investimento do governo, zelando não pelos interesses deste ou daquele segmento da burguesia, mas pela continuidade do processo de acumulação de capital no Brasil, tornando viável a transição para uma fase mais avançada do capitalismo, e garantindo os interesses da burguesia como um todo.<sup>170</sup>

Um Brasil de “ordem, de equilíbrio e de justiça social” só poderia ser atingido com a compreensão e esforço de todas as classes componentes da comunidade nacional. Aos sindicatos não caberiam enfrentamentos no terreno político, mas a condução dos trabalhadores às demandas do capital. Já os empresários deveriam contribuir com investimentos que ampliassem as exportações, o que renderia mais dólares na economia nacional:

Digo empresariado, e não apenas exportadores, porque entendo que todo o setor privado se deve mobilizar em torno daquele propósito e que, em particular, muitos empresários, ainda aí não engajados diretamente, poderão, com resultados favoráveis, tanto para suas empresas como para o país, transformar-se em exportadores efetivos. E, mais do que isso, entendo que a fronteira entre o público e o privado chega mesmo a diluir-se nesse campo de atividades, com vistas ao objetivo comum da expansão de nossa capacidade exportadora.<sup>171</sup>

<sup>168</sup> FISHLOW, Albert. op. cit. 1985.

<sup>169</sup> CRUZ, Sebastião Velasco. “Estado e planejamento no Brasil 74-76”. Estudos Cebrap, nº27, 1988.

<sup>170</sup> MANTEGA, Guido. op.cit. 1997.

<sup>171</sup> GEISEL, Ernesto. Discurso disponível In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1974/03.pdf>

Além de aumentar nossa matriz industrial e a capacidade exportadora, a estratégia do governo Geisel atuou também no sentido de promover a expansão do pacto desenvolvimentista, o que favoreceu não apenas o crescimento econômico do país, como o alargamento da base de apoio do governo.

Assinaiei, naquela oportunidade, que nossa estratégia de desenvolvimento estava intimamente associada à conjugação da ocupação econômica da grandeza do território brasileiro com um maior impulso, inclusive tecnológico, a ser dado à produção agrícola, pecuária e agro-industrial, de modo a não somente atender amplamente às nossas necessidades do mercado interno, mas também supridor mundial desses produtos, graças às condições para tanto propícias, de que o Brasil está dotado.<sup>172</sup>

O núcleo mais beneficiado pelo pacto, que esteve historicamente concentrado no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, foi bastante ampliado durante o II PND, que incentivou, por exemplo, a agricultura comercial - baseada em meios industriais de produção - na região centro-oeste, e construiu um polo petroquímico na Bahia. Minas ganhou a Fiat; o Paraná, a Volvo e a Sony, entre outras indústrias atraídas pela energia de Itaipu; O Rio Grande do Sul foi beneficiado também com a instalação de um polo petroquímico, o de Triunfo. Com a incorporação desses novos setores da burguesia nacional ao pacto desenvolvimentista, Ernesto Geisel costurou o consentimento das classes mais altas ao seu projeto de institucionalização do regime, mesmo que temporariamente.<sup>173</sup>

Notícias sobre fraturas nesse pacto tão longo só começaram a aparecer em meados de 1977 quando, no boletim da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), foi publicada uma dura crítica, do conjunto dos empresários brasileiros, à política industrial do governo Geisel. Segundo a ABDIB, o governo estaria privilegiando o capital estrangeiro no nosso processo de substituição de importações, passando por cima do compromisso com o empresariado nacional firmado tanto por normas estipuladas no II PND como, e principalmente, pela assinatura da Resolução número 9 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

---

<sup>172</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

<sup>173</sup> FISHLOW, Albert. op.cit. 1985.

Entre outras decisões, a Resolução número 9 do CDE comunicava que só haveria importações de máquinas e equipamentos pelas empresas estatais caso não existisse similar nacional; o esforço por investimentos contínuos na nacionalização de componentes industriais; a preferência, em caso de consórcio para fornecimento, dada às empresas sob lideranças nacionais. Alegando o descumprimento dessas e de outras decisões, os empresários passaram a denunciar a ausência do governo Geisel na promoção da política industrial que tinha assumido. As principais críticas apontavam para a existência de vários fabricantes produzindo os mesmos equipamentos, a falta de uma reserva de mercado para produtos nacionais, e a grande concorrência das empresas brasileiras com empresas multinacionais, provocando uma desnacionalização do setor.<sup>174</sup>

Por tudo isso, o governo começou o ano de 1978 com grande instabilidade em meio a sua base de apoio; além de uma carga extra de pressão, configurada pela proximidade das eleições presidenciais, marcadas para outubro do mesmo ano. A gota d'água para os empresários romperem com os militares veio justamente pelo debate eleitoral: o impacto causado pelas eleições de 1974 levou à outorga do Pacote de Abril, ainda em 1977, determinando o fechamento do Congresso Nacional, e dando aos empresários, que já estavam insatisfeitos com o tratamento recebido do governo, um argumento a mais para a lista de críticas. Organizados no Fórum dos Líderes, oito empresários brasileiros, elaboraram um documento que ficou conhecido como “Documento dos Oito”<sup>175</sup>, que explicitou, de certa maneira, a “punhalada” de boa parte dos empresários brasileiros, que por tanto tempo se beneficiaram do regime civil-militar, e que naquele momento passaram a engrossar o coro da oposição pela redemocratização do Brasil.

Até aonde a aliança com os militares proporcionou a essa fração da burguesia a extensão de seu domínio, o “pacto” permaneceu mantido. O empresariado nacional, que por longos anos foi contemplado pelo modelo de acumulação capitalista colocado em

---

<sup>174</sup> BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. “ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974-1979)”. Texto apresentado ao Polis. Niterói: UFF, 2007. Disponível em : <http://www.historiauff.br/polis>

<sup>175</sup> Assinaram o “Documento dos Oito”: Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), Paulo Villares (Indústrias Villares S/A), Cláudio Bardella (Bardella Indústrias Mecânicas S/A), Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), José Mindlin (Metal Leve), Laerte Setubal Filho (Grupo Itausa), Paulo Vellinho (Grupo Sprinder-Admiral) e Severo Gomes (empresário e ex-ministro da Indústria e Comércio do Governo Geisel).

prática no Brasil, começou a se distanciar da base de sustentação do governo na medida em que aquele modelo passou a enxugar seus benefícios.<sup>176</sup>

Segundo Bresser-Pereira<sup>177</sup>, o rompimento com a burguesia representou um dos fatores centrais para o enfraquecimento do regime, que, como sabemos, apesar de apresentar-se sob o comando dos militares, só se sustentou por tanto tempo devido a seu braço de apoio civil.

Além das fraturas em sua base de apoio, os limites do projeto de institucionalização do regime civil-militar e a dificuldade de manutenção do Estado desenvolvimentista esbarraram, ainda, em outros fatores relacionados à nova dinâmica de sociedade, que rompia, paulatinamente, com a rigidez corporativa daquele modelo de organização do Estado. O nível de desenvolvimento capitalista atingido no país em fins da década de 1970 despontou novas maneiras de organização da sociedade civil, principalmente à fração da sociedade que, com a industrialização, passou a ser incorporada tanto nas atividades industriais, como nas funções burocráticas no interior das empresas públicas e privadas em expansão. De modo geral a população se urbanizou e esse fenômeno foi acompanhado de um grande crescimento do proletariado e de uma classe média assalariada, configurando um novo tipo de relação com o Estado.<sup>178</sup>

## **2.6. A distensão entre avanços e retrocessos, entre “projeto e processo”.**<sup>179</sup>

Ao longo desta seção, mostraremos o pronunciamento do presidente Ernesto Geisel - de 23 de junho de 1978 - disponibilizado em seu arquivo pessoal, que propõe um projeto de reforma constituinte nos últimos momentos de seu governo. O que observamos a partir do documento é o *grand finale* da construção do legado de Geisel, que exalta a si mesmo pela iniciativa de supressão da legislação excepcional que

---

<sup>176</sup> O afastamento dos empresários não significou, no entanto, uma ruptura definitiva. Com o avanço dos movimentos sociais, principalmente a partir da reorganização do movimento operário, protagonista das greves de 1978, os empresários perceberam que precisavam da “parceria” do governo, de modo que se evitasse uma tomada de rumos indesejáveis para a abertura.

<sup>177</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1985”. São Paulo: Editora 34, 2003.

<sup>178</sup> Ver SANTOS, Wanderley Guilherme. A Pós-Revolução Brasileira. In: Helio Jaguaribe, Brasil: sociedade democrática, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1985.

<sup>179</sup> Usando a expressão de DINIZ, Eli “A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura”. Revistada Dados vol 28, nº3, 1985.



vigorava no Brasil, logrando seu afastamento da memória ligada aos atos institucionais e complementares mantidos durante todo o seu governo como reserva de poder ilimitado.

O momento político em que vivemos está em franca evolução - as perspectivas se diversificam e se tornam mais amplas e as consequências, por certo, serão de natureza e relevo diferentes. É que muito outro é este Brasil, quando as realizações alcançadas pela Revolução e o promissor panorama nacional geram novas esperanças e estimulam a imaginação. (...) Nesse tema que se situa no âmbito geral de toda a ética governamental, o propósito do meu governo foi sempre definido. Definido e claramente expresso.<sup>180</sup>

Apesar da recorrência do tema “liberdade” em seus discursos, Geisel recorreu inúmeras vezes a medidas autoritárias para atingir seus objetivos, conforme esclarecemos no decorrer do trabalho. A autonomia do legislativo foi golpeada através da cassação de parlamentares<sup>181</sup>, da intervenção na prefeitura de Rio Branco<sup>182</sup> e, sobretudo, da outorga de recesso ao Congresso, o que não acontecia desde 1968, quando da decretação do Ato. Podemos dizer que as constantes demonstrações de força por parte do governo realçam tanto o fortalecimento da oposição, a partir de 1974, como a inexistência de uma agenda para a transição, ou seja, limites não definidos para a mesma, fazendo com que o Presidente agisse conforme a demanda conjuntural.

Após o extremismo do episódio de 1 de abril de 1977<sup>183</sup>, o Palácio do Planalto retomou o diálogo sobre medidas liberalizantes. Como presidente do Senado, o arenista Petrônio Portela ficou responsável por promover o entendimento entre governo e oposição em torno de uma reforma político-institucional que deveria ser capaz de superar o estado de exceção<sup>184</sup>. Em meados de 1978, um projeto de emenda constitucional foi enviado ao Congresso pelo governo, passando a vigorar em janeiro de 1979. Notadamente buscava-se o aprimoramento do sistema político.

<sup>180</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

<sup>181</sup> Foram cassados durante o governo de Ernesto Geisel os deputados federais Francisco Pinto (MDB-BA), Marcelo Gato (MDB-RJ) Nadyr Rosseti (MDB-RS), Amaury Müller (MDB-RS), Lysâneas Maciel (MDB-RJ), Ney Lopes de Souza (ARENA-RN), Wilson Campos (ARENA-AL), Marcos Tito (MDB-MG), Alencar Furtado (MDB-PR), e os vereadores Glênio Peres (MDB-RS) e Marcos Klassman (MDB-RS). GRINBERG, Lucia. op.cit.p.193.

<sup>182</sup> No ano de 1975 a Assembleia Legislativa do Acre rejeitou as indicações do Executivo para o governador do estado e para prefeito de Rio Branco. Por isso, o presidente Geisel decretou a intervenção na capital do Estado. Ibid. p.195.

<sup>183</sup> Recesso do Congresso.

<sup>184</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2.000.

Conseqüentemente, temos agora um projeto de reforma, através de uma emenda constitucional. Este projeto elimina da nossa legislação os atos de exceção, tanto os atos institucionais como os atos complementares em tudo aquilo que eles contrariam outros dispositivos da Constituição. Daí decorrem essencialmente os seguintes fatos: em primeiro lugar, o reestabelecimento das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos na Magistratura; o restabelecimento do instituto do *habeas-corpus* em casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social; a extinção entre outras da competência atribuída ao Presidente da República para decretar o recesso de órgãos legislativos e, em consequência, de o Poder Executivo correspondente legislar em todas as matérias; decretar a intervenção nos Estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição; decretar e prorrogar o Estado de Sítio sem a aprovação do Congresso Nacional; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos e cassar mandatos eletivos; banir brasileiros; demitir, remover, aposentar, por em disponibilidade membros da Magistratura, funcionários públicos e de empresas governamentais; demitir, transferir para a reserva ou reformar militares e policiais militares.<sup>185</sup>

A partir de então, deu-se a revogação do artigo 182 da Constituição de 1969, extinguindo-se o AI-5 e todos os atos complementares dele recorrentes. As garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade foram então restauradas, diminuindo os constrangimentos entre o Executivo e o Judiciário. A melhora das relações com o Legislativo também foi estimulada com o fim do poder supremo do Presidente de outorgar recesso ou fechamento do parlamento e das assembleias estaduais. Além disso, foram superadas as possibilidades de cassação de mandatos eleitorais, ou banimento de qualquer pessoa por decreto. O *habeas corpus* para presos políticos, suspenso a partir de dezembro de 1968, também acabou sendo restaurado.

Outro tema de destaque no projeto de emenda foi a reforma eleitoral, abordada por Geisel como um sinal do amadurecimento político do país:

Mas, além da extinção destes atos de exceção, o projeto de reforma inclui outros dispositivos. (...) Preocupa-se com a organização e funcionamento dos Partidos, possibilitando, em condições mais fáceis a criação de novos partidos, entretanto, sem incorrer no grave inconveniente de permitir a

---

<sup>185</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

proliferação de partidos pequenos, inexpressivos, cujos inconvenientes a nossa experiência passada tornou patente.<sup>186</sup>

Conforme esclarecemos anteriormente, uma das principais ideias da reforma eleitoral era a criação de novos partidos, de modo a dissociar a ARENA do “partido do sim senhor”<sup>187</sup>. Segundo Grinberg, tal designação passou a ser usada nos debates parlamentares por membros da oposição, desqualificando os políticos da ARENA e ameaçando eleitoralmente a ditadura.<sup>188</sup> Assim, apesar de um grande passo no sentido do reestabelecimento de direitos, a medida é também representante de um mecanismo para a sobrevivência política da articulação governista.

Ainda no sentido de se resguardar, o governo preocupou-se em garantir uma série de medidas nomeadas “salvaguardas de emergência”:

Cria também – e isto, no meu modo de ver, é uma condição essencial – medidas que assegurem ao Estado condições para sua defesa e da sociedade. Ao lado da manutenção do tradicional Estado de Sítio, que figurou em todas as nossas Constituições republicanas ele prevê outras situações, como sejam aquelas em que se podem adotar medidas de emergência, ou decretar o Estado de Emergência para, prontamente enfrentar situações que venham perturbar a ordem e a paz social ou que venham a impedir a eclosão de guerra ou de ações subversivas..<sup>189</sup>

Apesar de por fim ao AI-5, e ao autoritarismo extremado do Executivo, a mesma emenda constitucional nº 11 aprovou tais “salvaguardas de emergência” para que funcionassem como um dispositivo - dessa vez constitucional - capaz de estabelecer poderes extraordinários em situações específicas. O estado de emergência poderia ser declarado perante a “possibilidade de guerra externa”, “ameaça à existência do Estado”, ou em casos de “sublevação interna” o que nos faz sublinhar a permanência do exercício de poder baseado na concentração de força, mesmo que em menores proporções.

Como vimos, medidas distensionistas, de fato, acabaram acontecendo, mas os recuos do governo não foram poucos. Marcadamente contraditório na relação entre discursos e práticas, podemos dizer que o mandato de Ernesto Geisel, se contabilizado

---

<sup>186</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

<sup>187</sup> GRINBERG, Lucia. op. cit.2009.

<sup>188</sup> Ibid.

<sup>189</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

por sua totalidade, movimentou-se muito mais para sacralizar uma imagem e levantar a legitimidade do regime do que realmente desmantelar sua estrutura legal autoritária; foram cinco anos organizando maneiras de minar conquistas de poder da oposição no âmbito das próprias regras do regime - ou das mudanças de regras, conforme as peculiaridades dos poderes ditatoriais.

Porém, a imagem construída por Geisel, reforçada em seus discursos inflamados, e arrematada, principalmente, pelo “golpe fatal” de uma proposta capaz de por fim ao AI-5, grande mácula do regime, o tornou diante da memória social um “democrata”. O documento propositivo da reforma política trata-se de um dos elementos capazes de demonstrar-nos a inteligência política de Geisel e sua cúpula para lidar com o momento político.

#### Segundo Geisel:

Não ficamos apenas nas palavras, intenções e promessas vãs. Resultado da ação persistente e vigilante do Governo é, sem dúvida, o clima em que vive hoje o país, de um debate amplo das questões políticas.

Esse clima salutar, a despeito dos obstáculos de toda a ordem – desde a inflexibilidade de revolucionários sinceros, mas radicais, até a irresponsabilidade, se não má fé de contestadores apaixonados, subversivos renitentes ou desordeiros contumazes – propiciou o governo conscientemente, ao garantir liberdade maior de expressão ao pensamento político, através da imprensa que efetivamente conta para a opinião pública do país, toda ela aos poucos liberada da censura.

Hoje já é possível encaminhar-se e esperamos que a bom tempo a tarefa honesta de auscultar os vários setores responsáveis da sociedade brasileira para traduzir-se, em programa concreto, o consenso que se verifique em torno de reformas políticas mais urgentes, com vistas ao aprimoramento democrático do regime.

O momento é o de um passo na mais alta significação para o país, no sentido do aperfeiçoamento substancial de seu regime político. Aí estão envolvidos o futuro da Nação e o destino de gerações. Sinceridade, seriedade é o que temos o direito de exigir.<sup>190</sup>

O presidente empenhou-se na tarefa de construir a própria imagem pelos tempos adiante, talvez não por desejar a própria glória, mas por entender a missão de reconciliar

---

<sup>190</sup> GEISEL, Ernesto. Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

a sociedade com o movimento de 1964. Para os militares era extremamente estratégico restabelecer laços de solidariedade e ação com uma elite política civil adesista aos ideais norteadores do golpe, mas afastada do regime paralelamente ao autoritarismo extremado e a reversão do ciclo econômico. Para que houvesse sucesso a “transição pela transação”, o projeto de 64 deveria restabelecer seu consenso social e contornar a crise de hegemonia que dificultava a condução do governo.

Como vimos, a falta de uma agenda consistente para o projeto de liberalização fez com que esse fosse atravessado por um processo complexo, desenhado no fluxo e refluxo da conjuntura histórica. O final do governo Geisel dedicou-se, então, a negociar e conceber a anistia dos militares. A imunidade militar não poderia correr nenhum risco, os militares teriam que sair do poder protegidos judicialmente e em bloco, sem quaisquer clivagens aparentes. A Lei de anistia nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, assinada no governo de João Baptista Figueiredo, é o grande resultado dessa transição negociada. Beneficiando vítimas e opressores, funcionou como um pacto de silêncio, disposto a enterrar todas as pendências do regime civil-militar no Brasil.

## Capítulo 3

### **A memória emblemática sobre o artífice da abertura democrática.**

A partir da construção simbólica analisada no capítulo anterior, produzida através da exposição de memórias do próprio Geisel em seu arquivo pessoal, procuraremos entender o ponto de chegada da operação: a consumação do consenso em torno de uma personalidade coerente, “o promotor da abertura”.

Em declarações terceiras, como cartas de pêsames enviadas à família Geisel; assim como em editoriais jornalísticos; depoimentos de autoridades públicas; de empresários; e intelectuais - por ocasião da morte do ex-presidente - buscaremos apontar para os elementos formadores de uma memória emblemática sobre o mesmo. Segundo Steven Stern, as mensagens mobilizadas a partir da morte de Geisel retratam a movimentação do que ele define como “nós convocantes da memória”, categoria que identifica situações e atores sociais capazes de estabelecer pontos de contato entre memórias individuais e memória coletiva.<sup>191</sup> Pretendemos, assim, abordar a extensão dos “feitos do arquivo”, e a consolidação da imagem de protagonismo do general, reforçada a várias gerações, no que diz respeito ao empenho por um Brasil soberano e democrático, seja pelas transformações que idealizou em nossa economia, seja, e, principalmente, pela firmeza e independência com que conduziu o país para o caminho da liberdade.

---

<sup>191</sup> STERN, Steve J. “De la memoria suelta a memoria emblematica: hacia el recordar y olvidar como proceso historico - Chile 1973-1998”. Encuentro Nacional sobre la Memoria, Santiago del Chile, 4 a 6 de novembro de 1998.

### 3.1. A morte e o legado de Ernesto Geisel.

O Presidente da República lamenta o falecimento do ex-presidente Ernesto Geisel e envia suas condolências a seus familiares.

O General Geisel marcou sua presença política no empenho pelo fim da repressão e pela redemocratização do Brasil, na ótica que lhe parecia a mais adequada.

Por outro lado, o Presidente Geisel não mediu esforços para repor o país em condições de enfrentar as crises econômicas mundiais e assegurar o crescimento econômico.

A conduta exemplar do General Geisel depois do cumprimento do seu mandato só fez aumentar o respeito que lhe prestam os brasileiros que com ele conviveram.

Por todas essas razões, ao decretar luto nacional, o Presidente da República expressa o sentimento da nação.<sup>192</sup>

Fernando Henrique Cardoso

Com profundo pesar, recebo a notícia do falecimento de seu pai. O presidente Geisel, a par de sua grandeza de estadista conseguiu ver o Brasil mais além do momento, e procurava dotá-lo de condições próprias rumo ao nosso desenvolvimento.

O papel central que desempenhou na abertura política certamente ficará na memória daqueles que hoje podem comemorar o pleno ambiente democrático no qual vivemos. (...) <sup>193</sup>

Luis Felipe Lampreia

As citações acima são trechos de cartas enviadas, respectivamente, pelo ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e de seu ministro das Relações Exteriores Luis Felipe Lampreia, dois representantes do novo “Estado democrático”. As cartas chegaram para expressar condolências à família de Ernesto Geisel no momento de sua morte, no dia 12 de setembro de 1996, e foram anexadas ao arquivo pessoal do

---

<sup>192</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

<sup>193</sup> LAMPREIA, Luis Felipe. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

general por sua filha Amália Lucy, que ficou responsável por cuidar dos papéis do pai. Junto às mensagens de FHC e Lampreia estão, aproximadamente, mais 170 expressões de pesar pela morte de Ernesto Geisel, que ajudam a compor a narrativa biográfica iniciada por ele. Como um mecanismo de exaltação da trajetória do titular, o conteúdo do arquivo ganha ainda maior legitimidade quando registra seu reconhecimento social.

A mensagem de Fernando Henrique Cardoso é, justamente, aquela destinada a abrir a pasta EG dc 1996.09.12 , que traz as correspondências de pêsames pela morte de Geisel. O sociólogo, militante do PCB nos anos 50, cassado pelo AI-5, exilado durante a ditadura, e ativo colaborador para a reformulação do programa do MDB já no fim dos anos de 1970, não hesitou em decretar oito dias de luto oficial pelo falecimento do general, e alimentar a representação que o próprio Geisel criou para si.

Luis Felipe Lampreia também se formou em sociologia e, segundo conta em sua entrevista ao projeto de história oral do CPDOC, <sup>194</sup> participou da reação estudantil à tentativa de veto militar a Jango. Mais tarde, quando já era diplomata, diz ter assistido consternado ao golpe militar que, segundo ele, teve um efeito devastador, com o estabelecimento de “um clima de medo, de preocupação, ‘o que vai acontecer?’. De arbitrariedade, não é? Porque tinham poder”. Ernesto Geisel, contudo, não é lembrado por Lampreia a partir das arbitrariedades que cometeu, mas reverenciado por seu espírito desenvolvimentista e aspirações democráticas.

Como intelectuais autorizados e opositores ao regime civil-militar, as falas acima funcionam como um dos meios para transformar as memórias de Geisel em memórias emblemáticas, com grande aceitação e, de certa maneira, próximas da coletividade. Com efeito semelhante, podemos apontar a correspondência enviada pelo jornalista Mauro Salles:

O presidente Geisel ficará com seu nome marcado na história, pelos exemplos de dignidade pessoal na sua carreira militar e na sua carreira política, pela nitidez com que exerceu as suas chefias, pelo amor ao Brasil e pela forma com que, no momento histórico, soube enfrentar as dificuldades e dar os passos decisivos, (no esquema militar e na política) para promover a abertura que veio, afinal, restabelecer a vida democrática em nosso país. <sup>195</sup>

Mauro Salles

---

<sup>194</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1576.pdf>

<sup>195</sup> SALLES, Mauro. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.



Assim como FHC e Lampreia, Salles carrega em seu currículo uma notória vida pública, atuando, até mesmo, como ministro do governo Jango. Em sua trajetória destaca-se a secretaria no Conselho de Ministros do Gabinete Parlamentar do então ministro da Justiça Tancredo Neves, a nomeação pelo presidente João Goulart como chefe de gabinete do ministro da Indústria e Comércio Antônio Balbino, e o próprio ministério, quando acabou substituindo Balbino em meio a uma crise de governo. Salles teve, ainda, participação destacada na fundação da Rede Globo de Televisão e, mais tarde, coordenou a campanha de Tancredo Neves à Presidência da República. De certa forma, tais experiências, inclusive ligadas a maior antítese ao regime civil-militar, materializada pelo governo Jango, e a proximidade com Tancredo Neves, também ajuda a validar seu depoimento perante a um público amplo. A figura de Geisel passa então a ser valorizada por encontrar legitimidade em variadas correntes de opinião, e ter o trânsito bem aceito entre diferentes setores.

A seguir, citaremos a mensagem de Tácito Theópilo Gaspar de Oliveira. Ao contrário dos primeiro depoentes aqui referidos, Gaspar de Oliveira foi um general do Exército, nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas durante o governo Geisel, mas assim como os outros ressalta o papel fundamental de seu companheiro para a redemocratização do país:

(...) A 13 de março de 1974, depois de eleição indireta pelo Colégio Eleitoral, derrotando Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, toma posse na Presidência da República. Define sua plataforma de governo que se baseia na intenção de uma “Distensão lenta, gradual e segura”. Reconhece o Governo Português e reata as Relações Diplomáticas com a China e Moçambique. Manifesta-se contra o “Apartheid” na África do Sul, reconhece o Governo de Angola. Cancela acordos militares com os Estados Unidos, inclusive o em que aquela Nação participava do mapeamento aéreo do território brasileiro. Acaba com a prisão perpétua, o banimento e a pena de morte; restabelece o Habeas Corpus e os Direitos Políticos dos “cassados” pela Revolução. Prossegue sua ação governamental com o estabelecimento dos contratos de risco da Petrobrás, a assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha para o enriquecimento de Urânio e a construção de Usinas nucleares. Inicia a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu.

Acaba fechando o Congresso Nacional, por breve período (14 dias), a fim de aprovar a Reforma do Judiciário. Por várias vezes teve que agir com energia, a fim de não afastar-se de seu objetivo maior, como ocorreu na demissão de

um Comando Militar e na de seu Ministro do Exército. Com a escolha de seu sucessor encerrou, praticamente, a abertura política, extinguindo o Presidente Geisel, o Ato Institucional nº 5. A 15 de março de 1979 passou a faixa presidencial a seu sucessor.

Ao presidente Ernesto Geisel, e a mais ninguém, se deve a responsabilidade pelo início da redemocratização do país.<sup>196</sup>

Tácito Teóphilo Gaspar de Oliveira

Gaspar de Oliveira destaca, ainda, a política externa soberana de Ernesto Geisel, com o reconhecimento do governo português proveniente da Revolução dos Cravos e do governo independente de Angola; além da volta das relações com países como China e Moçambique, o que significaria o compromisso de primeira ordem com os interesses comerciais do Brasil, desatando, como costumava colocar Geisel, a velha subserviência aos desmandos norte americanos.<sup>197</sup> Contabiliza também a iniciativa de Geisel pelo reestabelecimento de direitos liberais, como o *habeas corpus* e o direito político dos cassados.

Neste sentido, entendemos o movimento de sacralização do arquivo: um lugar que agrega as justificativas para a preservação das memórias de Ernesto Geisel, a partir do apontamento de suas qualidades e da centralidade de sua atuação política, ao mesmo tempo em que ajuda a qualificar essa memória, iluminada através de novos discursos e depoimentos, saídos, de preferência, dos mais diversificados seguimentos.

Segundo Steven Sten, o estabelecimento da categoria que nomeia este capítulo, ou seja, uma “memória emblemática” se dá pela convocação de certos “nós”, que são grupos humanos/ atores sociais; fatos e datas; e os lugares - restos físicos - que vão amalgamando várias memórias e marcando uma forma específica de organização do passado e seus sentidos.<sup>198</sup>

Analisando o caso do arquivo pessoal - um lugar físico, que mobiliza diferentes atores sociais, e ainda explora datas e fatos, como os “feitos” e a morte do estadista, entendemos a concretização de um investimento. A seleção de certas memórias pessoais cria um sentido interpretativo específico, os conteúdos agregados, “legítimos”, pois representantes de diferentes matizes, vão costurando várias opiniões e interpretações

<sup>196</sup> OLIVEIRA, Tácito Teóphilo Gaspar de. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

<sup>197</sup> Ver D' Araújo; Castro, Celso. op.cit. 1997. Capítulo 20: Política Externa e Pragmatismo Responsável.

<sup>198</sup> STERN, Steve J. op.cit. 1998.

que, ao final, compõem uma esteira comum de referências, organizando a maneira emblemática como a coletividade enxergará o passado. Esse “sentido maior” vai sendo definido a partir da escolha do que deve ser colocado à margem, esquecido, e aquilo que deve ter destaque e necessariamente ser lembrado.

Como elemento público e duradouro, as memórias expressas no arquivo devem garantir a missão de influenciar a abordagem com que outros personagens veiculam uma imagem. Com efeito, a maioria das representações sobre Geisel expostas no suporte em questão dialoga com, ou reproduz, o arranjo que ele mesmo confeccionou, e que - no mesmo arquivo - é mais uma vez consagrado na fala de terceiros, no que diz respeito aos “marcos” de sua atuação política.

A partir da análise documental, acessamos a expectativa de Geisel em valorizar o encaminhamento do governo quanto à abertura política. A principal marca dos registros de outros atores políticos inseridos no arquivo trata-se, justamente, de reconhecer o investimento do ex-presidente quanto à liberalização da ditadura. Os tantos recuos impostos no caminho são pouquíssimo citados e, quando aparecem, como na mensagem de Gaspar de Oliveira, estão procedidos da retórica oficial de que o endurecimento às vezes é necessário para a garantia da democracia: “Acaba fechando o Congresso Nacional, por breve período (14 dias), a fim de aprovar a Reforma do Judiciário. Por várias vezes teve que agir com energia, a fim de não afastar-se de seu objetivo maior”<sup>199</sup>. Maquiavelicamente, os fins vão sempre justificando os meios.

As memórias de Geisel sobre a política econômica de sua gestão mostram um governo ágil, comprometido com o II Plano Nacional de Desenvolvimento. O projeto, a partir do investimento em energia e indústrias básicas, teria contornado os efeitos da crise mundial do petróleo na economia brasileira. Como vimos, as novas construções narrativas, anexadas ao material inicial, legitimam a memória do titular. O aumento da dívida externa, o enorme desequilíbrio em nossa balança de pagamentos e a concentração de riquezas em poucas mãos estão, conforme argumenta Stern, à margem, esquecidos. Forja-se aí o “sentido maior”, “a memória emblemática” sobre Geisel.

Complementando o debate iniciado no primeiro capítulo deste trabalho vamos enxergando como os discursos exercidos por Geisel, e os discursos de diferentes personalidades sobre ele, vão adquirindo poder simbólico e contribuindo para o

---

<sup>199</sup> OLIVEIRA, Tácito Teóphilo Gaspar de. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

estabelecimento de uma ordem imediata, um conformismo lógico. A mobilização de tais elementos simbólicos - arquivo “histórico”, personalidades “autorizadas” - instrumentos por excelência da integração social, tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente, de acordo com Bourdieu, para a reprodução da ordem social: “A integração supostamente ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’”.<sup>200</sup>

### 3.2. A exaltação da memória de Geisel e a possibilidade de redenção:

(...) atingiu, com justiça, ao mais alto posto dirigente da República, assinalando a sua gestão principalmente pelo início da abertura democrática que promoveu e propiciou, sem dúvida, a promulgação da Constituição de 1988, marco indelével na história política do País.<sup>201</sup>

Humbero Eustáquio César Mota -  
Presidente da Associação Comercial do Rio  
de Janeiro.

Lamentamos o falecimento do General Ernesto Geisel. Sua visão de estadista reconduziu o país a sua vocação democrática.<sup>202</sup>

Lazaro Infante  
Presidente da Federação do Comércio do  
Estado de São Paulo.

É com pesar que recebemos a notícia do falecimento do ex-presidente Ernesto Geisel. A história desta nação saberá fazer justiça a este ilustre gaúcho que nos devolveu a democracia. Aceite nossas condolências.<sup>203</sup>

<sup>200</sup> BOURDIEU, Pierre. op.cit.1989.p.10.

<sup>201</sup> MOTA, Humbero Eustáquio César Mota. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

<sup>202</sup> INFANTE, Lazaro. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12. Classificação: EG dc 1996.09.12.

<sup>203</sup> GODOY, Dagoberto. Classificação: EG dc 1996.09.12. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

Dagoberto Lima Godoy - Presidente da  
Federação de Indústrias do Estado do Rio  
Grande do Sul (FIERGS).

Perde o Brasil uma das figuras mais exponenciais da sua história oficial do exército, sempre cumpriu com dignidade as mais variadas funções que lhe foram confiadas, como presidente da República no período em que o país estava a exigir sacrifícios, dedicação e patriotismo não faltou ao chamamento dos compatriotas, foi austero e ao mesmo tempo ponderado nas suas decisões. Teve por formação o espírito liberal, e por isto mesmo na recondução do país ao caminho das liberdades plenas. Foi metuculoso na condução dos problemas até chegar à plenitude democrática.

Reverenciamos sua memória e particularmente destacamos as conquistas que o Vale do São Francisco alcançou por intermédio de Nilo Coelho que em todos os momentos acompanhou a sua liderança e se fez um bravo companheiro em todas as jornadas a que foi convidado a participar.

Rendemos assim o contributo de nossa homenagem ao ilustre morto que nos anais da história uma página será escrita de respeito e admiração, onde certamente será inserida em letras de ouro a gratidão da pátria.<sup>204</sup>

José Souza Coelho  
Lauro José Viana Coelho  
Cyro Eugenio Viana Coelho  
Luiz Eduardo Viana Coelho

Como podemos perceber, as cartas acima registram os depoimentos de representantes de “elites orgânicas”<sup>205</sup> da vida social brasileira. São, especialmente, empresários e políticos, componentes de posições dominantes da sociedade, que apresentam como traço comum o fato de que souberam circular bem do regime ditatorial para o regime democrático.

Apesar de exaltarem o início da abertura democrática como marco da gestão de Ernesto Geisel, a Associação Comercial do Rio de Janeiro; a Federação do Comércio do Estado de São Paulo; a Federação de Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; assim como o clã Coelho, foram intensos partícipes na campanha de desestabilização do

<sup>204</sup> COELHO, José Souza; COELHO, Lauro José Viana; COELHO, Cyro Eugenio Viana; COELHO, Luiz Eduardo Viana. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

<sup>205</sup> Ver DREIFUSS, René Armand. op. cit. 1981.

governo constitucionalmente eleito de João Goulart, e no apoio à estruturação da ditadura golpista.

Recuperando o trabalho do cientista político René Armand Dreifuss, que destaca o caráter classista do golpe de Estado no Brasil, já seria possível apontarmos o tipo de associação articulada entre frações da burguesia nacional e estrangeira, representantes do capital nacional associado. Além de promover a formulação de “passos teóricos”<sup>206</sup> apropriados para uma intervenção política, o pacto costurado entre militares e burguesia criou, conforme ressaltamos na quinta seção do capítulo anterior, as condições materiais para efetivar uma modalidade mais consistente de acumulação capitalista no Brasil, substituindo o reformismo nacionalista de Jango que, volta e meia, demonstrava suscetibilidade diante das pressões sindicais e populares, acarretando medidas “desagradáveis” para oligarcas e empresários, como, por exemplo, os debates sobre reforma agrária e a limitação de remessas de lucros ao exterior.

Segundo Carlos Fico, a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, em 17 de janeiro de 1964, significou uma enorme insatisfação para o empresariado local e para o governo norte americano já que “definia como capital nacional os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecia o limite de remessas para o estrangeiro em 10% do total do capital registrado das empresas”.<sup>207</sup> Essa atitude de Goulart é apontada pelo historiador como um dos elementos mais utilizados na campanha da oposição para desestabilizar o governo, o que desencadearia, alguns meses depois, o golpe de 1964.<sup>208</sup>

Entre as grandes aliadas dos militares na trama do golpe e na construção do regime estão as citadas Associação Comercial do Rio de Janeiro e Federação do Comércio do Estado de São Paulo, ao lado de outras importantes organizações da sociedade civil ligadas à burguesia, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES); O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); setores expressivos da imprensa; além de outras tradicionais entidades patronais, como a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).<sup>209</sup>

Em algumas declarações públicas, José Papa Júnior, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo desde 1969, simbolizou o espírito do empresariado

---

<sup>206</sup> IPES, IBAD, ESG.

<sup>207</sup> FICO, Carlos. “Reforma, Golpe e Revolução”. Disponível In: <http://www.brasilrecente.com>

<sup>208</sup> Ibid.

<sup>209</sup> Ver DREIFUSS, René Armand. op.cit.1981.

nacional, defensor da ditadura e mobilizado no estímulo à repressão política. Dizia que “Temos o indeclinável dever de apoiar as autoridades constituídas, no empenho de preservar a paz”<sup>210</sup>, lembrando a obrigação dos brasileiros em saudar as “Forças Armadas, que se cobriam de glórias”.<sup>211</sup>

A posição da FIERGS, entidade representante dos empresários da indústria do Rio Grande do Sul, também pode ser confirmada a partir de nota datada de outubro de 1964, publicada no Jornal Correio do Povo, no qual estão expressas as justificativas para o apoio dado ao movimento de março. Com destaque, estão as ameaças à propriedade privada, que caracterizariam a ação do governo de Jango, “propagandista marxista e totalitário, além de corrupto”<sup>212</sup>. O golpe, ao contrário, é relatado como uma “revolução milagrosa”, e por isso apoiado pelo empresariado:

Remontando ao mês de março, o mês mais crucial de nossa vida, como livres empresários, lembramo-nos de diversas manifestações de desapontamento e de frustração quase que generalizada. Nunca em nossa existência nos sentimos tão ameaçados quando o processo de estatização iniciou a ‘marcha batida’, objetivando a eliminação da iniciativa privada. / As encampações das refinarias particulares e o famoso decreto da SUPRA são exemplos típicos daquele período, independentemente da ostensiva pregação marxista e totalitária que aquele governo corrupto e corruptor, estendia a todo o País (...) Veio a Revolução; milagre de Deus, sem dúvida alguma, e, em 24 horas, a situação mudou / Àquelas manifestações de frustração e desapontamento surgiram as afirmativas de bons propósitos. O empresário eufórico e emocionado solidarizava-se com o novo governo; a ele prometia, em colaboração e trabalho; e dele condicionava este apoio à implantação das reformas.<sup>213</sup>

Já, o sobrenome Coelho intitula uma das oligarquias mais antigas do Nordeste fazendo-se presente em quase todo Pernambuco. Com representantes nos mais diferentes ramos da vida do estado, os Coelho são proprietários de um império econômico que hoje abriga fazendas, indústrias e meios de comunicação. O primeiro a entrar na política foi justamente o referenciado Nilo Coelho, nomeado governador biônico de Pernambuco pelo regime militar e logo mais, em 1983, eleito senador.

<sup>210</sup> Folha de São Paulo, 23 de julho de 1969.

<sup>211</sup> Ibid.

<sup>212</sup> Correio do Povo, 29 de outubro de 1964.

<sup>213</sup> Ibid.

Relacionamos a memória desses atores em torno da sacralização da figura “democrática” de Geisel, justamente, devido à transição conservadora já discutida anteriormente, que seguiu rearticulando os grupos dominantes e garantindo a acumulação de poder de instituições e pessoas estruturantes para o estabelecimento e desenvolvimento da ditadura, e igualmente importantes para a estabilidade da “nova democracia”. Paralelamente à consolidação de um personagem chave para a “reconstrução democrática” - ligado ao projeto militar -; da ideia de um movimento militar “cívico e redentor”, que foi assaltado em seu processo; e do encaminhamento de uma transição conciliada, evitam-se maiores conflitos sociais, e também a investigação do próprio passado dos inúmeros personagens ligados ao regime de exceção, mas posteriormente ao seu sepultamento, transmutados em defensores irredutíveis dos princípios democráticos.

Assim, a construção memorial produzida no arquivo contribui não apenas para exaltar os “princípios democráticos” do titular, mas para redimir, perante a opinião pública, tantos outros participantes da história dos anos de chumbo. Geisel se torna um importante interlocutor de grupos e instituições que apoiaram o golpe - justificando nele a esperança para combater a “arruaça”, a “corrupção” e o “comunismo” -, mas que passaram a “combater” o recrudescimento do regime, primando pela recondução democrática. Segundo Denise Rollemberg, depois dos tristes acontecimentos do Brasil pós-1964 “silenciava-se sobre o fato de que aqueles foram anos de ouro para muitos”.<sup>214</sup>

As ideologias despendidas a partir de materiais como o arquivo por nós estudado, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem a interesses específicos, apesar da tendência de se apresentar como um produto nascido de definições universais. Um elemento forjado a partir da cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante, assegurando comunicação imediata entre seus membros. Segundo Bourdieu, os dominantes estão envolvidos numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social e para continuamente garantirem seus interesses, reproduzindo, no campo das tomadas de posições ideológicas, o campo das posições sociais.<sup>215</sup> Isso quer dizer que conseguem afirmar instrumentos de conhecimentos arbitrários, embora ignorados como tais, na realidade social, estabelecendo uma integração fictícia de muitas pessoas a um projeto particular.

---

<sup>214</sup> ROLLEMBERG, Denise. op.cit. 2010. p.100.

<sup>215</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. op.cit.1989.



O movimento de 1964 volta a ser abordado a partir de sua narrativa fundadora: de uma revolução de ordem moral e redentora, que pretendia romper com uma suposta “república sindicalista” e restaurar a paz no país. Como sabemos, essa foi a justificativa dos militares para o golpe, mas ela foi entrando em descrédito ao longo dos muitos anos de poderes arbitrários e violência estatal. Geisel seria o personagem capaz de retomar a memória de um movimento democratizante; e as pessoas, instituições e grupos próximos à ditadura encampariam a mesma memória, assegurando a conformação da maioria da população a essa forma de ver o mundo, e logo, a continuidade das relações de poder e dominação que estão ligadas a tais determinações.

Vejamos agora o depoimento de um magistrado:

O Exmº Sr. General Ernesto Geisel. S. Exa. durante o período em que exerceu a Suprema Magistratura do País, procurou liberalizar os propósitos do governo no sentido de condicionar o país a se encaminhar para a abertura democrática, tendo em vista os antecedentes havidos que acabaram por determinar uma sucessividade de governos militares no país. Os noticiários veiculados a respeito de S. Exa. procura demonstrar ter sido o General Ernesto Geisel, dentre todos os integrantes do grupo de militares que procurou conduzir o país por mais de vinte e cinco anos, um dos mais liberais. S. Exa. encarava o fato político da mudança ocorrida em 1964, como também ocorreu com o Presidente Castello Branco, como algo que deveria ser transitório. Já por esse aspecto, parece-me ser motivo de elogio a S. Exa. a postura que teve em relação a esse assunto.<sup>216</sup>

Orlando Teixeira da Costa

Orlando Teixeira da Costa consolidou sua carreira na magistratura trabalhista durante a ditadura civil-militar. Apesar de ter tornado-se juiz do trabalho ainda em 1957, chegou à presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará) no ano de 1971. Em 1982 foi indicado pelo presidente João Batista Figueiredo ao Tribunal Superior do Trabalho, assumindo os cargos de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vice Presidente e de Presidente, a partir de 1993. No momento da morte de Geisel, Orlando Teixeira da Costa despedia-se da presidência do TST, instituição tradicionalmente reconhecida como representante e defensora dos direitos sociais e da democracia.

---

<sup>216</sup> COSTA, Orlando Teixeira. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

Conforme elucida Claudiane Torres em sua dissertação de mestrado sobre a atuação da Justiça do Trabalho durante a ditadura civil- militar, o TST foi uma das instituições que colaborou decisivamente com o patronato e com os sucessivos governos dirigidos por militares, julgando seus processos, na maioria das vezes, contra os sindicatos de empregados e trabalhadores.<sup>217</sup> O colaboracionismo do tribunal, como entidade diretamente influenciada pelo poder central, ajudou a sustentar os projetos políticos e econômicos em voga, neutralizando a classe trabalhadora e impedindo que a mesma desequilibrasse as metas orçamentárias adotadas. Segundo Torres:

Em confirmar a cautela de ações que pudessem intervir nos objetivos dos planos do regime civil-militar, os magistrados se colocam na posição de condescendentes com o Estado no caso específico dos processos implementados contra o projeto econômico do regime. Assim, corroboram a ideia de que a ditadura, direta ou indiretamente, contou com a colaboração e o consentimento de instituições civis importantes e estratégicas para execução dos seus projetos ao longo de 21 anos.<sup>218</sup>

Observar um magistrado, no ano de 1996, em pleno regime democrático, endossando o discurso da intervenção cirúrgica, e exaltando o papel e a atuação de Geisel para a redemocratização do país, em nome de todos os seus pares, reforça a ideia de tentar promover a memória sobre os compromissos democráticos da instituição durante o regime civil-militar. A partir do enquadramento<sup>219</sup> dos vestígios do passado vai se forjando o espírito de conciliação nacional que marca a transição do regime ditatorial para a democracia do “esquecimento”.

A partir do bem costurado projeto do grupo político de Geisel para rearticular o consenso em torno do regime civil-militar, foram tomadas decisões de bastante apelo, como o fim do AI-5, a articulação da lei de anistia (1979) e a reformulação da lei de segurança nacional (1979), já no governo do presidente João Baptista Figueiredo. O discurso protagonizado pelo então Chefe de Estado elevou tais medidas à lista das convicções democráticas do governo, capaz de enfrentar com coragem e dignidade os desafios postos naquele momento. Tal narrativa foi encorajada não só pelos governos

---

<sup>217</sup> TORRES, Claudiane. “Justiça do Trabalho e Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): atuação e memória”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

<sup>218</sup> TORRES, Claudiane. op. cit. 2010 p.97.

<sup>219</sup> POLLAK, Michel. op.cit.1998.

pós-militares, como por várias entidades recompostas no interior do Estado, e certos grupos da sociedade civil, principalmente representantes do empresariado nacional, que a partir de seus instrumentos da “desmemoria” vêm jogando sua própria sujeira para “baixo do tapete”. Segundo Denise Rollemberg, entre perdão, esquecimento e silêncio formulou-se a memória dos anos de chumbo, principalmente a partir do ano da anistia. Inúmeras instituições componentes da sociedade política, ou organizadas no interior da sociedade civil passaram a construir “a imagem de si como essencialmente democrática, que repudiara o arbítrio, desde o início, desde sempre”.<sup>220</sup>

### **3.3. Para além do arquivo: a memória midiática sobre Ernesto Geisel.**

As empresas de comunicação, que comumente se apresentam como porta-vozes da imparcialidade e da neutralidade foram, muitas delas, participantes ativas da vida política, econômica e cultural do país durante os anos da ditadura civil-militar, fazendo escolhas, tomando posições, e “educando” a população a ver o mundo conforme suas letras e lentes. Se a memória da “transição pela transação” acabou por resguardar o local dos meios de comunicação de massa segundo a censura que sofreram e a resistência que encamparam, a análise do “outro lado da moeda” comprova o enorme benefício que teve o setor das comunicações durante a ditadura, em um projeto partilhado entre meios e militares.

Para termos maior clareza sobre a aliança ideológica entre militares e as principais empresas privadas de comunicação, basta recordarmos o conteúdo de editoriais da grande imprensa nos primeiros dias após a derrubada do governo de João Goulart:

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos. Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais.<sup>221</sup>

---

<sup>220</sup> ROLLEMBERG, Denise. op.cit. 2010. p.100.

<sup>221</sup> O Globo, 2 de abril de 1964.

Ressurge a democracia! Vive a nação dias gloriosos. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, O Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ter a garantia da subversão, a ancora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.<sup>222</sup>

Minas desta vez está conosco. Dentro de poucas horas, essas forças não serão mais do que uma parcela mínima de incontável legião de brasileiros que anseiam por demonstrar definitivamente ao caudilho que a nação jamais se vergará às suas imposições.<sup>223</sup>

Golpe? É crime só punível pela deposição pura e simples do Presidente. Atentar contra a Federação é crime de lesa-pátria. Aqui acusamos o Sr. João Goulart de crime de lesa-pátria. Jogou-nos na luta fratricida, desordem social e corrupção generalizada.<sup>224</sup>

Segundo Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman alguns jornais chegaram a participar ativamente da articulação para a derrubada de Goulart da presidência, como, por exemplo, o Estado de São Paulo. Um de seus proprietários, Ruy Mesquita, integrou um coletivo de civis e militares que conspiravam contra o governo, já Júlio Mesquita Filho, outro integrante da família, é tido, em parceria com o advogado Vicente Rao, professor de Direito Civil da Universidade de São Paulo (USP), como autor do “Roteiro da Revolução”, documento que supostamente orientou medidas arbitrárias “como a dissolução do Senado, da Câmara e das assembleias legislativas, anulação do mandato dos governadores e prefeitos, e a suspensão do *habeas corpus*”.<sup>225</sup>

O fato é que o projeto cultural fomentado durante a ditadura civil-militar, que buscava implantar um sistema de informação capaz de “integrar” o Brasil, fortalecer a segurança nacional, e mobilizar a sociedade em torno de uma agenda nacional de

---

<sup>222</sup> O Globo, 4 de abril de 1964.

<sup>223</sup> O Estado de São Paulo 1 de abril de 1964.

<sup>224</sup> Jornal do Brasil, 1 de abril de 1964.

<sup>225</sup> ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira”. In: ABREU, Alzira Alves (org). *A democratização no Brasil. Atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.74.

desenvolvimento, gerou uma política deliberada de modernização da mídia. Segundo Abreu e Lattman-Weltman, os meios de comunicação eram parceiros necessários para difundir uma visão otimista do país, destacando-se a televisão.

A criação da TV Globo em 1965, inserida, segundo Renato Ortiz, na perspectiva de reorganização tardia da economia brasileira no processo de internacionalização do capital, virou alvo de interesse do Estado autoritário em fortalecer seu parque industrial. O investimento no mercado de bens culturais no Brasil contribuía para a ampliação da base de apoio ao regime, através da integração do setor empresarial também da indústria cultural.<sup>226</sup> Não por acaso emergiram nessa época os grandes conglomerados que viriam a controlar, cada vez mais, os meios de comunicação e a cultura de massa: representação das forças econômicas e políticas aliadas.

Exemplos diretos de benefícios concedidos pelo Estado aos empresários da mídia dentro do projeto de modernização dos meios de comunicação são descritos por Abreu e Lattman-Weltman:

Através do Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas (Geipag), vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio e que tinha por objetivo analisar e aprovar os pedidos de importação de equipamentos gráficos, foram dadas facilidades para a obtenção de empréstimos em bancos oficiais e para a compra de equipamentos, o que permitiu a modernização das redações. Por outro lado, foram concedidos financiamentos para a construção de novos prédios, agora necessários para abrigar novas máquinas e permitir a expansão das redações. A publicidade dos órgãos oficiais também beneficiou largamente a mídia – basta lembrar que em torno de 30% das receitas dos jornais eram obtidas dos clientes oficiais, o que significava uma dependência econômica considerável do Estado. As concessões de estação de rádio e de televisão muito beneficiaram os empresários da mídia.<sup>227</sup>

Apesar do apoio midiático à ditadura - e vice-versa - estar bem documentado nas páginas dos maiores periódicos do país, ao “contarem”, no presente, a história dos anos autoritários, os meios de comunicação preferem focar certos atores e narrativas que desviem essa abordagem, e se aproximem, de alguma forma, de seus projetos presentes e expectativas futuras. Conforme bem ressalta Alessandra Carvalho, “acabam por

---

<sup>226</sup> ORTIZ, Renato. O Mercado de Bens simbólicos. In: A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2001.

<sup>227</sup> ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. op.cit.2006. p.74.

formatar a história presente em suas páginas”.<sup>228</sup> A autora, que se preocupou com o tipo de construção que a imprensa fez de si e do Brasil sob ditadura, quando tiveram lugar os aniversários de 30 e 40 anos do golpe, chegou à conclusão de que a maioria dos veículos de comunicação afirmava o próprio papel, naquela conjuntura histórica, a partir de um lugar de resistência:

(...) por diferentes caminhos e de acordo com a trajetória de cada periódico, a produção jornalística reforçou uma memória das interações entre imprensa e ditadura centrada nas ideias de repressão/censura e, como consequência, de resistência/vítima. Inerente a essa imagem, alguns eventos foram relatados de forma recorrente constituindo-se em ícones de uma espécie de memória imediata. Quando se pensa na história da imprensa sob a ditadura, vêm à mente os poemas de Camões publicados por *OESP*, a primeira página do *JB* de 14 de dezembro de 1968, a morte de Vladimir Herzog. Como afirma Marcelino, há uma seleção feita em torno de casos exemplares, insistentemente mencionados, que acaba instituindo uma memória baseada na dicotomia repressor/reprimido e na ideia de resistência.<sup>229</sup>

Na análise empreendida pela autora, outro ponto de destaque foi a demarcação alimentada pelos meios de comunicação entre militares liberais e linha dura - interpretação incentivada pelos próprios militares, conforme explicitamos no capítulo 2. Assim como as memórias entoadas nas páginas do arquivo do ex-presidente Geisel, ele e seu companheiro, General Castello Branco, dois estrategistas do golpe de estado, foram retratados pela imprensa como presidentes liberais, preocupados com a democracia, enquanto Costa e Silva e Médici ganhavam ressonância pela aproximação com os setores mais duros das Forças Armadas, e responsabilizados pelos períodos de fechamento do regime. Segundo Carvalho, essa interpretação pode ser encontrada em periódicos como *O Globo* e *OESP* e também na Revista *Veja*.

Alargando a mirada dos próprios jornais é interessante, ainda, abordarmos o livro do *Memória Globo*, projeto da Central Globo de Comunicação, em homenagem ao *Jornal Nacional*. Lançado em 2004 com o título “*Jornal Nacional. A notícia faz história*” o livro pretende-se uma bibliografia que detalha e analisa “especificamente o *Jornal*

---

<sup>228</sup> CARVALHO, Alessandra. “Contando a história da ditadura civil-militar: grande imprensa e a construção da memória no Brasil democrático. In: QUADRAT, Samantha e ROLLEMBERG, Denise (org). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2014 (no prelo).p.2.

<sup>229</sup> CARVALHO, Alessandra. op.cit.2001.p.11.

Nacional, sobretudo em trabalho calcado nas fontes mais apropriadas”.<sup>230</sup> O Capítulo dedicado a falar do “jornalismo em Tempos de Distensão” inicia-se da seguinte maneira:

O General Ernesto Geisel, quarto presidente do Brasil desde o golpe militar, tomou posse em 15 de março de 1974, iniciando uma abertura política definida por ele mesmo “lenta, gradual e segura”. Logo no começo, diminuiu a severa ação da censura sobre os meios de comunicação e garantiu a realização, em novembro daquele ano, de eleições livres para senadores e deputados. A chegada de Geisel ao poder representou um novo tempo para o Jornal Nacional. Durante o governo anterior, do general Emilio Garrastazu Médici o jornalismo político tinha pouca expressão no Telejornal (...). A repórter Marilena Chiarelli lembra que, naquela época trabalhava-se com o *press-release*, em decorrência da forte censura.<sup>231</sup>

Ou seja, na maioria das interpretações os meios de comunicação aparecem ocupando o lugar de forças da resistência ao regime, ou, identitariamente, próximos aos presidentes militares “*castelistas*”, que segundo as apreciações jornalísticas, também entendiam a política a partir de uma perspectiva democratizante.

Pois aqui, mais do que a construção da imprensa sobre ela mesma, nos interessa a análise travada em suas páginas sobre o presidente Geisel. Entendemos, porém que tais interpretações narrativas têm relações entre si. A proclamação de distinções bem marcadas entre as facções dura e moderada das Forças Armadas tem a ver com a construção dos empresários da comunicação do seu próprio lugar no legado memorial do país. Em sua retórica, a grande maioria das empresas de comunicação registrou o apoio a Castelo, pois acreditava na revolução redentora, silenciou o apoio a Costa e Silva e a Médici, através do discurso de resistência à censura, e vangloriou Ernesto Geisel, o presidente da abertura. Se na operação narrativa midiática os *castelistas* são tidos como vozes democráticas dentro das Forças Armadas, a própria mídia, que os reivindica, também garante a si esse lugar. Para Carvalho:

Este julgamento coloca alguns elementos para pensarmos a memória da repressão que emerge da mídia. O núcleo principal das reportagens afirma

<sup>230</sup> Memória Globo. “Jornal Nacional. A notícia faz História.” Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. Capa.

<sup>231</sup> Ibid. p. 69.

uma distinção fundamental nas Forças Armadas entre as facções dura e moderada. O aumento da repressão, tanto a censura à imprensa quanto as violações dos direitos humanos, foi um resultado da vitória dos oficiais da primeira linha, enquanto os castelistas, grupo ao qual Geisel pertencia, apresentavam valores mais liberais, não desejavam a continuidade do governo militar e não apoiavam as práticas violentas. Por outro lado, as torturas, mortes e desaparecimentos de presos políticos eram de responsabilidade dos serviços de informação sem a conivência dos chefes militares. Daí as expressões como "anarco-militarismo", utilizada por *Veja* para descrever a situação nas Forças Armadas no início do governo Geisel e as afirmações de quebra da hierarquia nas situações de tortura ou assassinato. Desta forma, a linha moderada, em nenhum momento, defendeu a necessidade de práticas violentas.<sup>232</sup>

Assim, no dia da morte de Ernesto Geisel, não só sua família recebeu homenagens e elogios exacerbados *in memoriam* do ex-presidente, como os meios de comunicação fizeram questão de exaltá-lo em suas páginas. Na manchete de capa da Folha de S. Paulo do dia 13 de setembro de 1996 (um dia após o falecimento de Geisel) anunciava-se: “Geisel que fez a abertura morre aos 88”. Ainda na primeira página do Jornal uma notinha do historiador Thomas Skidmore, que abriria a matéria principal no interior do jornal:

O primeiro inimigo de Geisel foi a linha dura militar, determinada a empregar a tortura para desestabilizar o regime. Derrotou-a e cumpriu a promessa de abertura lenta, gradual e segura.<sup>233</sup>

No editorial do mesmo jornal, assinado por seu proprietário Luis Frias e por seu conselho, argumentou-se que cumpria à Folha colocar a biografia de Geisel na perspectiva correta, e não revisita-la para melhor, como costumeiramente se fazia com os mortos. Apesar das ressalvas, somente elogios se seguiriam:

De um lado, o general foi figura relevante do regime autoritário, circunstância que a morte não apaga. Mas foi também figura relevante da penosa transição do autoritarismo para a democracia, outra marca indelével de sua biografia. Pode-se até dizer que foi a ação firme do presidente Geisel

<sup>232</sup> CARVALHO, Alessandra. op.cit.2001.p.27.

<sup>233</sup> SKIDMORE, Thomas. Folha de São Paulo, 13 de setembro de 1996.



que permitiu o *turning point* definitivo rumo à democracia. Se ele tivesse hesitado durante a rebelião ensaiada por seu ministro do Exército Silvío Frota, no dia 12 de outubro de 1977, é possível que a transição fosse interrompida. Da mesma forma, foi a firmeza de Geisel, ao demitir um poderoso comandante militar, o general Ednardo D'Ávila Mello, que colocou o primeiro freio às torturas que se praticavam à época. (...) Esse ato marcou o início do fim das torturas contra prisioneiros políticos, outro passo adiante no rumo da normalidade institucional. A esse relevante papel institucional cumpre acrescentar o mérito inquestionável de uma honradez pessoal que jamais foi posta em dúvida.<sup>234</sup>

Como bem analisou o jornalista Nelson de Sá na própria Folha de São Paulo, havia começado a beatificação de Geisel: “para escapar da beatificação de Ernesto Geisel, ontem na televisão, era preciso sair do país.(...)”.<sup>235</sup> A seleção dos telejornais exaltava o “patrono” da abertura política, o grande gestor econômico, e a modernização do Brasil a partir de 1974. E apesar de alguma menção a medidas autoritárias, a “avaliação de seu papel na história, (as emissoras de TV) escolheram sublinhar o democrata, o estadista.”<sup>236</sup>

Sá não estava enganado, a trajetória de Geisel seria escrita, também nos jornais impressos, a partir de uma perspectiva positivada. O que se sublinhava na grande imprensa era a distância do general dos governos “linha dura”, promotores de episódios como o AI-5, e da repressão desenfreada. Geisel, nesse momento de recrudescimento dos arbítrios, estaria se dedicando ao cargo de ministro do Superior Tribunal Militar e, logo, de presidente da Petrobrás; tanto que, quando assumiu a presidência da República, começou o projeto para botar ordem na casa, iniciando a reforma da ditadura, controlando os militares radicais e conquistando o apoio de importantes atores sociais.

Em outro periódico de grande circulação - o Jornal do Brasil - também encontramos uma série de textos e reportagens dedicados a traçar a “biografia” de Geisel, a partir de episódios selecionados. Na chamada principal do JB, a seguinte mensagem:

O General Ernesto Geisel, penúltimo presidente do regime militar, o último a dispor de poderes absolutos, será sepultado às 11h no cemitério João Batista.

<sup>234</sup> Editorial Folha de S. Paulo, 13 de Setembro de 1996.

<sup>235</sup> Folha de São Paulo, 13 de Setembro de 1996.

<sup>236</sup> Ibid.

Geisel morreu ontem, de câncer generalizado, aos 88 anos, na clínica São Vicente, na Gávea. Governou o Brasil de 1974 a 1979 e passou ao sucessor um país liberto dos traços essenciais da ditadura: desestabilizou os aparelhos de tortura de presos políticos, abrandou a lei de segurança nacional, eliminou a censura à imprensa e revogou o AI-5, o instrumento do poder arbitrário. Usou o arbítrio, porém, quando julgou conveniente: cassou mandatos parlamentares, fechou o congresso e decretou uma reforma do judiciário, Geisel reatou relações diplomáticas com a China, denunciou os acordos militares com os EUA e promoveu uma frustrada política de cooperação nuclear com a Alemanha.<sup>237</sup>

Assim como no arquivo de Geisel, os depoimentos no interior do jornal deram voz a personalidades da vida pública brasileira que conviveram com Geisel, ou acompanharam seu governo. A maioria do espaço foi destinada a mensagens pródigas em elogios:

(...) A brilhante carreira militar, a sua participação em acontecimentos marcantes dos anos republicanos, os postos e responsabilidades que assumiu na vida pública, já preenchiam um currículo suficiente para que Ernesto Geisel fosse convocado a comandar os destinos do Brasil, numa fase excepcional e complexa. Além de seus títulos biográficos, incorporou na nova missão o compromisso de resgatar e completar o movimento de reorganização democrática no país.

Em que pesem os múltiplos efeitos negativos da crise mundial do petróleo na década de 1970, o governo Geisel manteve o Brasil no rumo do desenvolvimento, definindo importantes investimentos para as nossas necessidades energéticas, de insumos básicos, de bens de capital, de infraestrutura, de produtos siderúrgicos etc. Implantou-se a política de substituição de importações, acionaram-se obras de porte da hidroelétrica de Itaipu e, vencidas naturais dificuldades, o crescimento do PIB atingiu o nível de 7% ao ano. A política externa inseriu-se na simetria liberalizante sob o signo “pragmatismo responsável”. São múltiplos os motivos que justificam o sentimento de pesar do povo brasileiro com a morte do presidente Ernesto Geisel. Para nós da Petrobrás, esses motivos são mais específicos, pelo que representam para a empresa. São, porém, de igual emoção e intensidade.<sup>238</sup>

---

<sup>237</sup> Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

<sup>238</sup> RENNÓ, Joel Mendes. Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

Joel Mendes Rennó - ex- Presidente da Petrobrás.

Ernesto Geisel será lembrado como o iniciador do processo de redemocratização do Brasil na década de 1970. Ele foi o pai da abertura e firme opositor dos linhaduristas que queriam uma ditadura militar permanente. Ele não tinha dúvidas que o destino do Brasil no mundo era como parte do Ocidente democrático, independente e não como um satélite dos EUA. Eu tive o privilégio de trabalhar com Geisel quando foi chefe da casa militar durante o governo de Castelo Branco, e a maior parte dos equipamentos militares de grande porte do Brasil ainda estava sendo fornecida pelos EUA. Ele defendia uma política racional de suprimentos para as necessidades reais dos militares e também ajudou Castelo a negociar um entendimento entre a Marinha e a Força Aérea no argumento sobre o voo de aviões de guerra de Minas Gerais. Eu acredito que como o presidente Harry Truman nos EUA, a reputação de Ernesto Geisel vai crescer com a passagem dos anos. Ele será visto, em retrospecto, como um homem imensamente importante na história do Brasil.<sup>239</sup>

Lincon Gordon, embaixador dos EUA no Brasil entre 61 e 66.

Foi um bom presidente. Um homem sério que iniciou o processo de abertura democrática. E o fez com muita lealdade e competência. Era um militar circunspecto e, entre os militares, o mais chegado à democracia. Governou durante uma das mais sérias crises econômicas mundiais, com o petróleo tendo um aumento de 80%. Briguei com ele por causa da insistência no programa nuclear e em querer instalar a produção de alumínio no Rio de Janeiro. Morreu pobre e sempre prestigiou o país. Quando sua filha teve um câncer na hipófise fez questão de operá-la no Brasil.<sup>240</sup>

Antônio Ermínio de Moraes – empresário

Além dos depoimentos acima, muitos outros nomes públicos destacaram, nas páginas do Jornal do Brasil, a importância de Geisel para o país. Entre eles, o líder do MDB no senado e principal voz das oposições durante o governo Geisel, Paulo

---

<sup>239</sup> GORDON, Lincon. Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

<sup>240</sup> MORAES. Antônio Ermínio. Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

Brossard que declarou que apesar dos erros cometidos por Geisel era inevitável não deixar de lembrar o que de positivo ele havia feito, como o enfrentamento à tortura praticada dentro do governo.

Sérgio Motta, Ministro das comunicações de FHC, ex-secretário geral da Ação Popular (AP), organização de esquerda durante a ditadura, elogiou o presidente Geisel pelo papel excepcional no processo de desenvolvimento do país, e por exercer seu mandato com muita justiça.

Romeu Tuma, que foi diretor geral do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de 1977 a 1982, e eleito senador pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual DEM, encampou os elogios apontando a seriedade e a honestidade de Geisel, que pegou um período difícil e enfrentou o desafio de começar a abertura política, trabalho refletido pelos tempos adiante: “Foi um inspirador das ideias democráticas”.<sup>241</sup> Cabe lembrarmos que Tuma foi apontado no livro *Habeas Corpus*<sup>242</sup>, lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como ativo participante na ocultação de cadáveres de militantes políticos torturados e assassinados durante a ditadura, além de promover o falseamento de informações que poderiam identificar a localização dos corpos dos desaparecidos.

Uma das poucas vozes críticas convidadas a falar sobre Geisel na repercussão de sua morte pelo Jornal do Brasil foi a de Francisco Pinto, ex-deputado cassado no governo do general:

Para mim, era um farsante. Quando eu estava preso em 1964, em Salvador, Geisel era chefe do gabinete do ex-presidente Castelo Branco e foi visitar as prisões do nordeste, onde havia denúncias de tortura. Esteve no quartel onde eu estava preso, viu presos torturados, um rapaz com a mão esmagada. Depois voltou para Brasília e deu entrevistas dizendo que não havia tortura. Foi um farsante. Como presidente teve alguns pontos positivos. O principal deles foi a tentativa de buscar uma alternativa energética para o Brasil. Sobre a sua dedicação à redemocratização, só tenho a dizer que vi Geisel cassando muita gente e fechando o congresso.<sup>243</sup>

Francisco Pinto

<sup>241</sup> TUMA, Romeu. Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

<sup>242</sup> SACCHETTA, Vladimir (org). “Habeas corpus: que se apresente o corpo - A busca dos desaparecidos políticos no Brasil” Brasília: Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

<sup>243</sup> PINTO, Francisco. Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

Como podemos observar através da repercussão da morte de Geisel no Jornal do Brasil e na Folha de São Paulo, e também na distinção feita entre militares duros e moderados em outros jornais como O Globo e OESP, o enfoque jornalístico sobre a figura de Geisel privilegiou a construção iniciada em seu arquivo pessoal como um homem adepto de ideias liberais, comprometido com a democracia e exitoso em promover a abertura política brasileira. Como analisa Carvalho, coube a imprensa destacar, ainda, características pessoais de Geisel como *honestidade, honradez, simplicidade*. Para a autora:

A ausência, nas páginas dos jornais, de vozes de grupos ou pessoas com posturas bastante críticas em relação à ditadura militar contribuiu para a construção da imagem de Geisel como o principal responsável pela volta da democracia. O inimigo de Geisel, a quem ele combateu, foi sempre identificado com a linha dura e nunca correntes políticas ou movimentos sociais. Desta forma, os periódicos não apresentam visões concorrentes em relação a Ernesto Geisel. Nas páginas da imprensa, a avaliação de Geisel só tem uma voz: a daqueles que veem o ditador de forma positiva. Não há depoimentos de adversários ou uma análise das pressões das organizações da sociedade civil sobre o regime e da repressão a estas mobilizações, que marcaram seus anos na presidência. A democracia aparece sempre como resultado de uma luta de Geisel contra a linha dura, sem considerar a luta da sociedade contra o regime que o general chefiava. Neste sentido, a escolha dos atores e memórias pela mídia para fazer o balanço de Geisel o elevam a um patamar impensável para um presidente de uma ditadura militar: o defensor da democracia.<sup>244</sup>

Como vimos, a partir do arquivo de Geisel, artefato dotado de poder simbólico, logo um instrumento político nem sempre perceptível, estruturou-se a imagem do presidente da abertura. Em um processo de diálogo com essa memória, que envolve disputas de caráter tanto valorativo como cognitivo, entra o lugar das forças sociais mais amplas, instituições e personalidades que combinam recursos de legitimidade e coerção moral para consolidarem certos consensos, segundo suas próprias conveniências.

---

<sup>244</sup> CARVALHO, Alessandra. op.cit. 2001. p.28.

Aclamar Geisel como um homem de convicções democráticas, oposto à linha dura que ora esteve no poder, significa, para os meios de comunicação brasileiros, aclamar a própria trajetória nas “trincheiras da liberdade”<sup>245</sup>. O Brasil estaria, finalmente, ao encontro de sua verdadeira vocação pacífica, e isso, devido ao protagonismo do general *castelista*, que encarnava o verdadeiro espírito da “revolução”. “Revolução” defendida pela maioria dos meios de comunicação, mas também “combatida” por eles depois dos famosos “desvios”, a partir da eleição de Costa e Silva, em 1967. As empresas de comunicação como as relacionadas acima - O Globo, OESP, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, entre outras - podemos afirmar, procuraram demarcar seu lugar na memória social entre o engano sofrido a partir do processo de consolidação da ditadura, o mito da resistência, e a defesa da democracia, reconduzida por Geisel.

Assim, o apoio a Ernesto Geisel acaba por selar “a tranquilidade da nação coesa, fraterna, harmônica, conciliada no presente, assumindo sua vocação, eliminando as barreiras que dividem, esquecendo e confraternizando (...)”<sup>246</sup>

Em consonância com a “monumentalização” da figura de Geisel em seu arquivo pessoal, que o valoriza e pretende legitimá-lo como o presidente da abertura, entendemos a memória construída a partir de outros suportes, neste caso, conhecidas empresas de comunicação, contribuindo, da mesma forma, para influenciar a sociedade, atribuindo às memórias específicas - construídas por e sobre Geisel - o status de “história nacional”. A instauração desse consenso narrativo vem funcionando como molde para a reconciliação nacional pós-ditadura, obedecendo, assim, à disposição de superar antagonismos e garantir a estabilidade no país.

Para nós, a consumação dessa memória oficial é muito danosa, principalmente por continuarmos convivendo com as mesmas narrativas produzidas para legitimar o estado policial implantado no pós-1964<sup>247</sup>, por abrandar a participação de muitos civis, como empresários da indústria e dos meios de comunicação no regime autoritário, e por isentar a responsabilidades dos sucessivos governos pós-militares que vêm adotando as

---

<sup>245</sup> Para usar a expressão de Denise Rollemberg. Ver ROLLEMBERG, Denise. op.cit. 2010.

<sup>246</sup> ROLLEMBERG, Denise. op.cit. 2010. p. 120.

<sup>247</sup> JANE, Jessie. “O que os meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar”. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (org.). *Violência na história. Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 168.

políticas do esquecimento para refundar a unidade pátria, pautada por uma democracia de acordos.

## Conclusão

Não podia ter vindo em melhor data a conclusão deste trabalho. No ano em que se completam 50 anos da ditadura civil-militar no Brasil e 40 anos da posse de Ernesto Geisel como presidente do país, aproveitamos para imergir na complexidade do período e questionar a memória emblemática do general que, muitas vezes, se confunde com a história nacional.

Conforme Steven Stern “las memorias emblematicas son productos del conflicto social. Nacen y adquieren su influencia a través de esfuerzos múltiples, conflictos y virajes históricos.”<sup>248</sup> A categoria contribui, assim, para entendermos as sacralizações de memórias e a construção de consensos em torno de determinados marcos representativos dominantes, mas ao mesmo tempo a possibilidade de serem revisitados, questionados, desconstruídos.

Se a significação dos acontecimentos do passado não se estabelece de uma vez para sempre, certamente a data redonda de 50 anos do golpe civil-militar no Brasil cria uma oportunidade muito especial para que ganhem ressonância novas vozes sobre aquele período. Vozes dissonantes - fragmentadas e silenciadas durante tantos anos de “enquadramentos de memória” -, trabalhos acadêmicos questionadores, exposições, filmes, peças, debates etc., contribuem para propor retrospectivas analíticas alternativas às versões oficiais, abrindo fissuras nos consensos estruturados, que um dia se tentou definitivos.

Nos últimos anos, aliás, temos acompanhado um maior interesse pelo passado recente da ditadura civil-militar brasileira por parte da sociedade, relacionado, certamente, ao acúmulo de questionamentos sobre as versões oficiais estabelecidas, e à negação do direito à informação sobre o período. As primeiras reivindicações travadas pelo movimento de familiares de mortos e desaparecidos, muitas vezes sem resposta, foram sendo incorporadas por outros movimentos sociais, convencidos do simbolismo democrático que a pauta carregava. Em episódios recentes, conhecidos como escrachos ou esculachos, a juventude usou sua irreverência para denunciar a tranquilidade com que viviam ex-membros da repressão ou patrocinadores do regime de exceção no Brasil.

---

<sup>248</sup> STERN, Steve J. op.cit. 1998. p.8.



Organizados pelo Levante Popular da Juventude, os escrachos têm promovido ações diretas para revelar situações silenciadas. Enquanto os agentes de Estado que cometeram crimes durante a ditadura permanecem isentos da obrigação de responderem judicialmente por esses atos, são obrigados a conviver com as calçadas de suas casas pintadas com frases como: “aqui vive um torturador”.

Apontando para as engrenagens violentas da ditadura, e a omissão do Estado em fazer justiça, tais movimentos sociais ajudaram - e ajudam - a ampliar o envolvimento da sociedade nessas questões, e a potencializar transformações no quadro de imobilismo no qual estivemos mergulhados por mais de vinte anos.

O governo brasileiro encaminhou em 2010 o projeto de lei destinado a criar nossa Comissão Nacional da Verdade (CNV). Aprovada pelo congresso em 18 de novembro de 2011, a lei 12.528 sensibilizou a opinião pública, sendo amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Seu relatório final está previsto para 16 de dezembro de 2014.

Como em outras Comissões da Verdade ao redor do mundo, o texto da lei não cria, inicialmente, mecanismos de impetração de processos judiciais para o julgamento de perpetradores.<sup>249</sup> Porém, estamos diante da possibilidade de serem apontadas não só as violações aos direitos individuais cometidos no período, como de questionarmos os símbolos em torno dos quais a memória oficial sobre o golpe e a ditadura foi produzida. Se a esquerda, derrotada no passado, tem conseguido algumas vitórias em batalhas memoriais do presente, sobretudo quanto ao debate da violência, e a imposição da chave analítica das torturas e assassinatos para o período da ditadura; a memória oficial dos militares sobre o golpe ainda encontra legitimidade para propagar a tese da “revolução redentora que se desencaminhou”<sup>250</sup>, além da ideia de compromisso democrático de presidentes ditadores como Castello Branco e Ernesto Geisel. Talvez, a dedicação a

---

<sup>249</sup> Ainda sob ditadura, o Congresso Nacional brasileiro aprovou a Lei de Anistia “a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes.” Sob a justificativa de anistiar crimes “conexos” aos crimes políticos, torturadores e agentes da repressão, que praticaram crimes recebendo salário como funcionários do Estado, também foram contemplados pela lei. Deste modo, a Lei de Anistia funcionou como um mecanismo de consenso, marco da transição do regime ditatorial para uma democracia pautada pelas políticas do esquecimento. No ano de 2010, este entendimento foi questionado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil perante o Supremo Tribunal Federal, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153. Porém a Corte, por maioria, decidiu que a referida Lei fosse recepcionada pela Constituição atual. Portanto, apesar da lei de anistia impossibilitar a criação de “poderes jurídicos” para a Comissão da Verdade processar perpetradores existe a remota possibilidade de que, a partir de um grande envolvimento social com o tema, o Congresso Nacional se mobilize para mudar a lei.

<sup>250</sup> JANE, Jesse. op. cit. 2012.

temas mais abrangentes por parte da Comissão da Verdade traga a possibilidade de que sejam disputadas narrativas conciliadoras, fundadoras da redemocratização brasileira.

Por outro lado, a investigação sobre a ligação, e até mesmo patrocínio, de parte de nossa sociedade civil, como empresários e meios de comunicação, a soluções violentas para superar supostas crises de governo também constitui uma ótima contribuição ao fortalecimento da democracia que, ainda hoje, carrega marcas causadas pelas políticas econômica, social e cultural dos sucessivos governos ditatoriais.

Novos desafios vão sendo colocados e, no cerne desse debate, está a expansão dos estudos acadêmicos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1965), apontando para a necessidade de renovação de olhares críticos sobre um passado de autoritarismos e radicalização política.

Conectados com a pauta do momento, em nossa dissertação procuramos confrontar as construções de memória conduzidas no arquivo pessoal acumulado pelo ex-presidente militar Ernesto Geisel, que contribui para a formulação da narrativa oficial que, em meio a “borrões do esquecimento” e à ênfase dos “gestos sublinhados”, vem influenciando novos olhares. Destacando o espaço da memória a partir de suas rupturas e descontinuidades, e compreendendo o arquivo como produtor de enorme poder - simbólico e político - cumprimos a tarefa de refletir sobre fontes que ao mesmo tempo preservam o passado e alimentam projetos e ideais.

No arquivo pessoal de Geisel destacamos os discursos que contribuem para a consolidação de sua própria imagem como presidente da abertura, comprometido com a liberdade, a paz e apegado às normas legais. Confrontando a narrativa do ex-presidente com as análises historiográficas do período, compreendemos o empreendimento de Geisel não como a materialização de uma vontade de valorização individual, mas a manifestação do projeto político de sua cúpula para lidar com a crise de hegemonia que sofria a ditadura naquele momento. Para os militares, o resgate das alianças com elites políticas civis era um ponto crucial para emplacar o projeto de transição que desejavam e, para isso, além de negociação política, e da coerção violenta, o governo passou a investir em uma identidade simbólica que dialogasse e superasse as críticas a ele dirigidas. O consenso foi articulado em torno das ideias da mínima violência, do máximo desenvolvimento, e do restabelecimento de mecanismos institucionais de oposição política, criando um ambiente mais estável para a reivindicação das liberdades democráticas e da abertura política.

O arquivo pessoal de Ernesto Geisel, como depositário desses discursos, transmite à sociedade de hoje uma memória particular daquele período. Mesmo que aparentemente superada a organização do Estado em um modelo burocrático-autoritário, esse dispositivo conserva a força de criar consensos acerca das experiências encarnadas naquele momento; interpretações parciais se consolidam em um suporte apresentado como neutro, mas, na verdade, muito eficiente em informar nossas classificações mentais.

De acordo com essa perspectiva, em que a cultura também contribui para a construção da realidade, na medida em que atua como dimensão organizativa dos agentes sociais e do próprio Estado, observamos a difusão dos códigos culturais a que Geisel estava ligado, permitindo que após 40 anos de seu governo ele ainda seja reconhecido como um presidente militar diferente, apegado aos valores democráticos, e executor do verdadeiro projeto da “Revolução redentora”.

Ao longo do trabalho, observamos que os reflexos de seus discursos políticos pautados no ideal de distensão gradual, com combate à violência e a garantia das liberdades públicas, mobilizou uma série de atores autoidentificados com a ditadura “moderada” dos *castelistas*. Esses, como empresários da indústria ou dos meios de comunicação, passaram a reivindicar Geisel e sua narrativa, esquivando-se sabiamente de qualquer vinculação com uma ditadura sanguinária. Exemplo bem marcante foi o recente editorial do Jornal O Globo que, após quase trinta anos evitando comentar os gritos vindos de críticos das ruas, como “a verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura” reconheceu o feito, mas não sem afirmar o “engano” com o sentido do golpe, e ressaltar a figura de Geisel, representante do verdadeiro espírito da “Revolução”.

Naquele contexto, o golpe, chamado de “Revolução”, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia. Os militares prometiam uma intervenção passageira, cirúrgica. Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis. Tanto que, como prometido, foram mantidas, num primeiro momento, as eleições presidenciais de 1966. (...) No ano em que o movimento dos militares completou duas décadas, em 1984, Roberto Marinho publicou editorial assinado na primeira página. Trata-se de um documento revelador. Nele, ressaltava a atitude de Geisel, em 13 de outubro de 1978, que extinguiu todos os atos institucionais, o principal deles o AI5,

restabeleceu o habeas corpus e a independência da magistratura e revogou o Decreto-Lei 477, base das intervenções do regime no meio universitário.

Podemos dizer, também, que a memória emblemática sobre Geisel foi produzida e legitimada pelos diferentes governos civis. Obviamente, o que chamamos de memória emblemática é composta de várias clivagens, mas conforme o já citado Steven Stern, o destaque vai se dando àquilo que deve ser lembrado.

Certamente o que levou Fernando Henrique a homenagear Geisel com oito dias de luto nacional e palavras de exaltação, ou Lula a afirmar, durante o 31 de março de 2004, que 1964 era um episódio histórico findo, já que o povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia <sup>251</sup>, não tem a ver com nenhum envolvimento golpista dos ex-presidentes, como o de outros setores que localizamos aqui, mas com a cultura política brasileira da conciliação, que vem sendo construída há muitos anos e, podemos dizer, aperfeiçoada durante nossa transição pela transação.

A comissão da verdade, o aniversário de 50 anos do golpe, novos trabalhos acadêmicos sobre o tema, devem ser a oportunidade de desorganizar memórias enquadradas, servindo de interpelação à sociedade brasileira sobre as verdadeiras responsabilidades de generais “adocicados” como Geisel e Castelo Branco nos 21 anos de ditadura brasileira, assim como seus parceiros formadores de opinião e financiadores.

---

<sup>251</sup> Folha de São Paulo 1/4/2004

## Bibliografia

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira”. In: ABREU, Alzira Alves (org). *A democratização no Brasil. Atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ARTIÈRE, Philippe. “Arquivar a própria vida” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 21, 1998.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). *Usos e Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. “ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974-1979)”. Texto apresentado ao Polis. Niterói: UFF, 2007. Disponível In: <http://www.historiauff.br/polis>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1985”. São Paulo: Editora 34, 2003.

BURAWOY, Michael. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: UNICAMP. 2011.

BURTON, Antoinette. “Introduction: archive fever, archive stories” In: *Archive Stories: facts, fictions, and the writing of history*. Durham/London: Duke University Press, 2005.

CAMARGO, Ana Maria. “Arquivos pessoais são arquivos” In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte nº 2, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Uma ‘Nova História?’”. In: *Ensaio Racionalistas, Filosofia, Ciências Naturais e História*. Rio de Janeiro: Editora Campos. 1988.

CARVALHO, Alessandra. “Do autoritarismo à democracia. Um estudo dos processos de transição no Brasil (1945-1984).”, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2000.

\_\_\_\_\_. “Contando a história da ditadura civil-militar: grande imprensa e a construção da memória no Brasil democrático.” In: QUADRAT, Samantha e ROLLEMBERG, Denise (org). *Historia e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2014 (no prelo).

CARVALHO, Aloysio de. “Os militares na liberalização do regime autoritário brasileiro (1974-1985)”. Rio de Janeiro, 2010. Disponível In: <http://www.lemp.historia.ufrj.br>

COOK, Terry e SCHWARTZ, Joan M. “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna” In: *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba*, São Paulo, 2004.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e MARTINS, Carlos Estevão. De Castelo a Figueiredo. Uma incursão na pré- história da abertura. In :SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. “Estado e planejamento no Brasil 74-76”. Estudos Cebrap, nº27, 1988.

D’ARAÚJO, Maria C.; SOARES, Ary Dillon; CASTRO, Celso (org). “Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.” Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. “Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.” Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. “A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura.” Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. “21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.” Rio de Janeiro: FGV, 1994.

D'ARAUJO, Maria C. e CASTRO, Celso. “Ernesto Geisel”. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. “Dossiê Geisel”. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DERRIDA, Jacques. “Mal de arquivo: uma impressão freudiana”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

DIAS, Luis Antônio. Disponível In: <http://oglobo.globo.com/brasil/operacao-riocentro-passou-pelo-alto-comando-dizem-historiadores-12050640>

DRAIBE, Sonia. Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre a ditadura militar”. São Paulo: Revista Brasileira de História Oral, nº47, v. 24, 2004.

FISHLOW, Albert. “A história de dois presidentes. A economia política de gestão da crise.” In: STEPAN, Alfred. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FOUCAULT, Michel. “A arqueologia do saber”. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FONTES, Virginia. “O Capital - imperialismo no Brasil: Teoria e História.” Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FRAIZ, Priscila. “A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 21, 1998.

GASPARI, Elio. “A ditadura encurralada”. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GOMES, Angela de Castro. “Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os encantos dos arquivos privados” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº. 21, 1998.

GORENDER, Jacob. “Combate nas Trevas”. São Paulo: Ática. 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRINBERG, Lucia. “Adauto Lúcio Cardoso, da UDN à ARENA”. In: KUSHNIR, Beatriz (org.). *Perfis cruzados, trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

\_\_\_\_\_. “Partido Político ou bode expiatório. um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA”. Rio de Janeiro: MAUAD, 2009.

HALBWACHS, Maurice. “A Memória Coletiva” São Paulo: Centauro, 2004.

HEYMANN, Luciana. “O Lugar do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro”. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

\_\_\_\_\_. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 19, 1997.



JANE, Jessie. “O que os meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar”. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (org.). *Violência na história. Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

JANINE, Renato. “Memórias de Si ou...”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 21, 1998.

KINZO, Maria D'alva Gil. “A Democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição”. In: *São Paulo em Perspectiva*. Vol.15, nº 4, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. “Oposição e autoritarismo, gênese e trajetória do MDB: 1966-1979”. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

LAMOUNIER, Bolivar. “O ‘Brasil autoritário’ revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira. 1974-1982.” In: STEPAN, Alfred (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LESSA, Renato. “Reflexões sobre a gênese de uma democracia banal”. In: DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato;

\_\_\_\_\_. “Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: dilemas da Nova República”. São Paulo: Vértice, 1989.

MANTEGA, Guido. “O governo Geisel, O II PND e os economistas”. São Paulo: FGV, 1997.

Memória Globo. “Jornal Nacional. A notícia faz História.” Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina. “Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, 1996.

MÉSZÁROS, István. “O Poder da Ideologia”. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOISÉS, José Álvaro. “Entre a Incerteza e a Tradição Política: uma crítica da primeira geração de estudos da transição.” In: *Novos Estudos*, nº40, Novembro, 1994.

\_\_\_\_\_. “Crise Política e Democracia: a transição difícil”. In: *Revista de Cultura e Política*. Agosto/outubro, 1980. p. 27.

MOTTA, Rodrigo Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: Rodrigo Sá Motta. *Culturas políticas na História: novos estudos*. BH: Argumentum, 2009.

O'DONNELL, G; SCHMITTER, P.C. e WHITEHEAD, L. “*Transitions from authoritarian rule.*” Londres: *The Johns Hopkins University Press*, 1986.

ORTIZ, Renato. O Mercado de Bens simbólicos. In: *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PADRÓS, Enrique. “Repressão e Violência: Segurança Nacional e Terror de Estado nas Ditaduras Latino-Americanas”. FICO, Carlos; MORAES, Marieta; ARAÚJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha (Org.) In: *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PADRÓS, Serra e GASPAROTTO, Alessandra. “Gente de menos nos caminhos e descaminhos na abertura do Brasil (1974-1985)” In: *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985. O fim da ditadura e o processo de redemocratização*, volume 4. Porto Alegre: CORAG, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. “Formação do Brasil Contemporâneo”, São Paulo: Publifolha, 2000.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade! Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 21, 1998.

QUADRAT, Samantha. “Os militares, a comunidade de informação e a abertura”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ROBERTSON, Craig. “Mechanisms of exclusion: historicizing the archive and the passports”. In: BURTON, Antoinette. *Archive Stories: facts, fictions, and the writing of history*. Durham/London: Duke University Press, 2005.

ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964 – 1974). In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT Samantha (org.). “*A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SALLUM JUNIOR, Brasília. Transição Política e crise de Estado. In: Lua Nova, Revista de Cultura e Política. nº32, São Paulo, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme. A Pós-Revolução Brasileira. In: Helio Jaguaribe, Brasil: sociedade democrática, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1985.

SARLO, Beatriz. “Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva”. São Paulo: Companhia das Letras. Belo Horizonte: UFMG, 2007,

SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. “Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha”. In: *Dados*, vol. 29, nº 2, 1986, pp. 207-236.

SACCHETTA, Vladimir (org). “Habeas corpus: que se apresente o corpo - A busca dos desaparecidos políticos no Brasil.” Brasília: Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de

Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: vol 4 o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

STEEDMAN, Carolyn. “Dust: the Archive and Cultural History”. New Brunswick: Rutgers University Press, 2002.

STERN, Steve J. “De la memoria suelta a memoria emblematica: hacia el recordar y olvidar como proceso historico - Chile 1973-1998”. Encuentro Nacional sobre la Memoria, Santiago del Chile, 4 a 6 de novembro de 1998.

STOLER, Ann Laura. “Colonial archives and the arts of governance” In: *Archival Science*, nº 2, Dordrecht, 2002, pp. 87-109.

THOMPSON, Edward P. “Folclore, antropologia e história social.” In: A. L. Negro & S. Silva (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: editora da Unicamp, 2001.

TORRES, Claudiane. “Justiça do Trabalho e Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): atuação e memória”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

VELLOSO, João Paulo. “A Fantasia Política: A Nova Alternativa de Interpretação do II PND”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, V 18. Nº2, 1998.

## Fontes

Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12

Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG pr 1978.00.00.

Folha de São Paulo, 13 de setembro de 1996.

Jornal do Brasil, 13 de Setembro de 1996.

O Estado de São Paulo 1 de abril de 1964.

O Globo, 2 de abril de 1964.

O Globo, 4 de abril de 1964.

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos>

<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista432.pdf>

<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/asp111120034.htm>